

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

BÁRBARA MARTINS

**As relações de trabalho na Economia Solidária: experiência do Coletivo de  
Produtoras Elizabeth Teixeira**

São Paulo  
2023

BÁRBARA MARTINS

**As relações de trabalho na Economia Solidária: experiência do Coletivo de  
Produtoras Elizabeth Teixeira**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da  
Universidade de São Paulo como requisito para a  
obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e  
do Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Parodi Svartman

São Paulo

2023

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE  
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,  
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação  
Biblioteca Dante Moreira Leite  
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Martins, Bárbara

As relações de trabalho na Economia Solidária: experiência do Coletivo de  
Produtoras Elizabeth Teixeira / Bárbara Martins; orientador Bernardo Parodi  
Svartman. -- São Paulo, 2023.

155 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) --  
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2023.

1. Trabalho. 2. Economia Solidária. 3. Gênero. 4. Saúde. 5. Autogestão. I.  
Parodi Svartman, Bernardo , orient. II. Título.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIA  
DO COLETIVO DE PRODUTORAS ELIZABETH TEIXEIRA

BÁRBARA MARTINS

BANCA EXAMINADORA:

---

Nome e assinatura

---

Nome e assinatura

---

Nome e assinatura

Dissertação defendida e aprovada em: \_\_/\_\_/\_\_

*A todas as trabalhadoras do campo e todas as  
trabalhadoras rurais sem terra que colocam comida  
em nossas mesas.*

*A todas as trabalhadoras da Economia Solidária  
que nos ensinam que outras relações de trabalho  
são possíveis.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira, em especial à Clarice, Cíntia, Fogaça, Jandira, Juraci, Regina, Marieta e Melissa por aceitarem contar suas histórias e por permitirem que eu compartilhasse essa trajetória com elas.

À Ala Loucos pela X, por ter possibilitado meu primeiro contato com uma forma de organização do trabalho mais igualitária e horizontal, com energia vital, que abriu meus horizontes para outros mundos possíveis.

À minha mãe, Ana Maria, pois sem toda a sua garra e força, eu não poderia ter chegado onde cheguei.

À Simone, minha professora, amiga, irmã, por todo o aprendizado, pela disponibilidade afetuosa ao longo de todos esses anos, e por não me deixar esquecer da minha capacidade.

À Marcela, com quem compartilho a vida e os sonhos. Agradeço por todo o acolhimento ao longo desses anos, principalmente nesses últimos que acompanharam a feitura da dissertação.

Ao CEDECA “David Arantes” e ao CAPSij Limeira, e todas que tive o prazer de conviver no trabalho, podendo construir relações não só profissionais, mas de afeto.

Aos familiares e amigos que estiveram comigo ao longo dessa jornada.

Ao Bernardo, meu orientador, por todo o acolhimento e conhecimento compartilhado, mas principalmente por toda paciência ao longo dessa pesquisa. E ao grupo de orientação, por todas nossas conversas semanais, apoio e sugestões, pelas conexões criadas e compartilhadas.

Ao Luís Galeão e a Solange, pelas trocas cuidadosas e afetuosas e pela veia militante que nos aproxima.

## RESUMO

Martins, Bárbara. **As relações de trabalho na Economia Solidária: experiência do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023

Esta pesquisa tem como objetivo investigar acerca das repercussões psicossociais do processo de construção do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira nas relações estabelecidas pelas trabalhadoras. Tendo como foco a experiência das produtoras rurais de um pré-assentamento do Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, a proposta se baseia em contar a história do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira, a partir das narrativas das histórias de vida e de trabalho das 8 produtoras que compõem essa iniciativa. O percurso metodológico desta pesquisa articula as discussões da Psicologia Social e do Trabalho com as questões de classe, raça, gênero e saúde. Foram realizadas entrevistas semi estruturadas em que foi possível explorar elementos sobre o trabalho realizado, a entrada no MST e entrada no Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira, assim como sobre o trabalho baseado na autogestão, o estabelecimento das relações de trabalho e convivência dentro desse grupo. Buscou-se compreender acerca do estabelecimento das relações de trabalho e de convivência das produtoras, assim como investigar quais os desafios e as contradições que estão presentes nas relações de trabalho autogeridas do Coletivo. É por meio da obra de Paul Singer sobre Economia Solidária que as discussões partem, possibilitando ainda que se acrescente duas discussões importantes a esse debate sobre outra forma de se fazer economia: a questão de classe, raça e gênero, e de saúde; bem como, tendo a segunda questão tendo surgido da necessidade de inclusão dessas temáticas a partir da vivência do cotidiano de trabalho do Coletivo. Com as entrevistas realizadas e as narrativas contadas, quatro eixos de discussão se destacaram: acerca da precarização do trabalho e do trabalho infantil e adolescente desprotegido, relacionando essas questões com as discussões de raça, classe e gênero; a importância apresentada sobre a relação com a terra, o plantio e a trabalhadora do campo e como essa relação foi se colocando como fundamental para a compreensão de todo o processo de trabalho; o debate sobre a autogestão, a ausência de chefe e patrão, em que se discute na prática sobre suas belezas e contradições, e como lidar com essa nova forma de organização do trabalho; e sobre a potência da convivência e da solidariedade, que dá o contorno geral para toda essa experiência, colocando em lugar de destaque a importância da coletividade para elaboração de suas dores, podendo em fim apropriarem-se de suas próprias histórias.

**Palavras chave:** trabalho, economia solidária, gênero, autogestão.

## ABSTRACT

Martins, Bárbara. **Labor relations in the Solidarity Economy: the Producers Elizabeth Teixeira Collective experience** 2023. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023

This research aims to investigate the psychosocial repercussions of the construction of Producers Elizabeth Teixeira Collective in the relationships established by the workers. Focusing on the experience of female rural producers in a pre-settlement of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, the MST, the proposal is based on telling the story of the Producers Elizabeth Teixeira Collective, based on the narratives of the life and work stories of the 8 production companies that make up this initiative. The methodological course of this research articulates the discussions of Social and Work Psychology with the questions of class, race, gender and health production. Semi-structured interviews were carried out in which it was possible to explore elements about the work carried out, joining the MST and joining the Producers Elizabeth Teixeira Collective as well as work based on self-management, the establishment of work relationships and coexistence within this group. We sought to understand the Collective and the establishment of work relationships and their coexistence, as well as investigate what challenges and contradictions are present in work relationships. self-managed by the Collective. It is through Paul Singer's work on Solidarity Economy that the discussions start, making it possible to add two important discussions to this debate about another way of doing economics: the question of class, race and gender, and the production of health; as well, with the second question having arisen from the need to include these themes from the experience of the Collective's daily work. With the interviews carried out and the narratives told, four axes of discussion stood out: about the precariousness of work and unprotected child and adolescent labor, relating these issues to discussions of race, class and gender; the importance presented on the relationship with the land, the plantation and the field worker and how this relationship was becoming fundamental for the understanding of the entire work process; the debate on self-management, the absence of bosses, in which its beauties and contradictions are discussed in practice, and how to deal with this new form of work organization; and about the power of coexistence and solidarity, which gives the general contour to this whole experience, highlighting the importance of the community to work out their pain, finally being able to appropriate their own stories.

**Key words:** work, Solidarity Economy, gender, self-management



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Placa que se encontra em um dos lotes do pré-assentamento Elizabeth Teixeira em que constam os seguintes dizeres: “Se o campo não planta, a cidade não janta” (foto do acervo pessoal da autora).....	17
Figura 2 – Foto do dia da Formação sobre Grupos de Consumo, Sistema Agroalimentar e Reforma Agrária, em junho de 2016 (foto disponível no Flickr do Coletivo King Chong). .....	26
Figura 3 - Registro fotográfico da primeira entrega realizada pelo Grupo de Consumo Responsável na Casa Coletiva Sabigaias (foto disponibilizada pela fotógrafa Thaís Chiyo). .....	28
Figura 4 – Disposição dos alimentos no local de entrega (foto do acervo pessoal da autora). .....	32
Figura 5 - Registro fotográfico das cestas de alimentos em suas sacolas térmicas (foto do perfil do Instagram do Coletivo de Produtoras).....	37
Figura 6 – Logo provisório feito pelo trabalhador da ITCP, que apresenta uma mulher de cabeça baixa segurando uma cesta repleta de alimentos.....	39
Figura 7 – Logo atual do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira, em que há uma mulher olhando para o horizonte, segurando uma cesta repleta de alimentos. ....	41
Figura 8 - Abertura da Caravana pela Terra, evento organizado por Sônia Guajajara (PSOL) com a presença do Coletivo de Produtoras e da articulação de Limeira .....	47
Figura 9 - Maço de rabanetes recém-colhidos pelas mãos de Juraci (foto do acervo do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira).....	72
Figura 10 - Orquidário da Clarice (foto do acervo pessoal da autora).....	79
Figura 11 - Marieta entre seus pés de feijão andu (foto do acervo do Coletivo de Produtoras).....	87
Figura 12 - Foto da plantação de alfaces no lote de Cíntia (foto do acervo do Coletivo). .....	94
Figura 13 - Registro da plantação de Antônio Fogaça (foto do acervo do Coletivo de Produtoras).....	102
Figura 14 - Foto da colheita de carambola de Regina (foto do acervo do Coletivo de Produtoras).....	107
Figura 15 - Jandira mostrando seu plantio de abóboras (foto do acervo pessoal da autora). .....	114
Figura 16 - Plantação de espinafre da Melissa (foto do acervo pessoal do Coletivo de Produtoras).....	121

## **Lista de Siglas**

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionário  
AVC - Acidente Vascular Cerebral  
CCA - Cooperativas Centrais da Reforma Agrária  
CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo  
CEDECA - Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CDP - Centro de Detenção Provisória  
CEPROSOM – Centro de Promoção Social Municipal  
CNBB - Conferência Nacional de Bispos do Brasil  
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo  
DA – Diretório Acadêmico  
DAP - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente  
ECOSOL - Economia Solidária  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz  
FCA/UNICAMP - Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas  
FEPASA – Ferrovia Paulista S/A  
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz  
GCR - Grupos de Consumo Responsável  
GESTO – Grupo de Extensão Social e Tecnologia  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPUSP - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo  
ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PACS – Projetos Alternativos Comunitários  
PANCS - Plantas Alimentícias Não Convencionais  
PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PLP – Promotoras Legais Populares  
PM – Polícia Militar  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNSIPCF - Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RFFSA - Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima  
SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados  
SESI – Serviço Social da Indústria  
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
TIP - Piores Formas de Trabalho Infantil  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNISOL - União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo  
UP – Universidade Popular

## SUMÁRIO

Primeiros passos: como essa pesquisa começou.....	13
1. Os caminhos traçados com o pré-assentamento Elizabeth Teixeira .....	16
A criação do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira.....	25
Preparando o solo e escolhendo as sementes .....	28
Semeando a terra.....	30
Manejando a produção.....	33
Preparando para a colheita .....	36
Colhendo alguns frutos .....	40
Refazendo os canteiros .....	42
E o plantio continua... ..	45
2. A Economia Solidária como horizonte para o trabalho do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira.....	49
2.1 Uma economia que se propõe a ser melhor que a vigente: a questão de raça, classe, gênero e saúde em debate .....	57
2.1.1 Classe, Raça e Gênero na Economia Solidária .....	58
2.1.2 Saúde e Economia Solidária .....	63
3. Percurso Metodológico .....	67
4. A história contada por quem viveu: as produtoras do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira.....	72
Juraci, a produtora de sonhos.....	72
Clarice, a força da terra.....	79
Marieta, a força do silêncio.....	86
Cíntia, uma mulher de garra.....	94
Seu Fogaça, a dança da terra.....	102
Regina, a recém-chegada .....	107
Jandira, nascida da terra.....	113
Melissa, de sem-terrinha a produtora rural .....	121
5. Tecendo diálogos .....	127
O trabalho precarizado tem idade, raça e gênero: Trabalho Infantil / Trabalho Adolescente Desprotegido e a precarização do trabalho .....	127
A relação com a terra, o plantio e a trabalhadora do campo.....	134
Sem chefe nem patrão: a autogestão na prática .....	140
A convivência que gera trabalho, o trabalho que gera solidariedade.....	145
Referências Bibliográficas .....	152

## Primeiros passos: como essa pesquisa começou

*“[...] Dessa história  
Nós somos os sujeitos  
Lutamos pela vida  
Pelo o que é direito  
As nossas marcas  
Se espalham pelo chão  
A nossa escola  
Ela vem do coração  
Se a humanidade  
Produziu tanto saber  
O rádio e a ciência  
E a cartilha do ABC  
Mas falta compreender  
A solidariedade  
Soletrar essa verdade  
Está faltando acontecer”*

*(A Educação do Campo - Gilvan Santos)*

A primeira vez que ouvi falar sobre Economia Solidária estava no terceiro ano da graduação em Psicologia, em um evento sobre saúde mental. Desde então, não parei de pesquisar e procurar saber mais sobre ela. A proposta apresentada de construir geração de trabalho e renda a quem não tem esse direito, subvertendo e se infiltrando dentro do sistema excludente, como é o capitalista, me fez brilhar os olhos.

A Ala Loucos pela X foi meu primeiro contato com uma proposta de trabalho que se baseia na democracia e na horizontalidade, mudando a forma como passei a compreender o que é o trabalho. Em 2016, ao ser convidada para auxiliar na criação de um projeto de escoamento dos alimentos cultivados por um grupo de produtoras de um pré-assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo já conhecido a proposta de um trabalho mais próximo da Economia Solidária e querendo colocar em prática tudo o que conhecia sobre a proposta, aceitei prontamente e mergulhei nele de cabeça.

O Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira (que na época não tinha nome) foi criado em outubro de 2016 com o objetivo de escoar os alimentos cultivados por essas produtoras rurais. A criação do coletivo se deu em decorrência da suspensão das políticas públicas de fomento à agricultura familiar, principalmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que eram imprescindíveis e que compunham a maior parte da renda dessas produtoras. Meu

interesse estava voltado em compreender como seria possível, de fato, estabelecer relações de trabalho pautadas pela Economia Solidária ou próximas a seus ideais.

Ao longo desses anos, muitas parcerias entre o Coletivo e instituições de pesquisa e estudantis foram realizadas, mas quase sempre não tinham uma participação efetiva das produtoras e das pessoas envolvidas nos processos de trabalho, o que gerava desconfortos, tanto para o Coletivo, quanto para mim. Até que um dia, pesquisando a respeito da Economia Solidária, deparei-me com a Psicologia Social e do Trabalho e um novo mundo se apresentou, já que o olhar é voltado para as trabalhadoras e trabalhadores, para as suas histórias e relações. A Psicologia Social e do Trabalho me disponibilizou um terreno fértil para que eu pudesse compreender qual era o papel que desempenhava no trabalho com o Coletivo, além de me mostrar os caminhos de minha prática. E foi o que me deu subsídio para propor essa pesquisa de mestrado. É uma tarefa que assumi: conhecer melhor e narrar a história dessas mulheres e desse Coletivo, que resiste ao tempo e suas intempéries, a fim de mostrar que é possível esperar e criar outros mundos.

O texto está dividido da seguinte forma: no Capítulo 1, conto a partir da minha perspectiva como o Coletivo de Produtoras foi criado e como o trabalho tem sido executado e transformado ao longo dos anos de sua existência. No Capítulo 2, a partir da obra de Paul Singer, apresento o que é a Economia Solidária e seus princípios, assim como acrescento duas discussões que me são caras nesse debate: a questão de classe, raça e gênero, e de saúde; se mostrou necessária a partir da vivência no cotidiano de trabalho com as produtoras. O Capítulo 3 apresenta o percurso metodológico, que articula as discussões da Psicologia Social e do Trabalho com as questões de classe, raça, gênero e de saúde. O objetivo é auxiliar a compreensão das repercussões psicossociais do processo de construção do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira, nas relações estabelecidas pelas trabalhadoras e estabelecimento das relações de trabalho e convivência dentro desse grupo, além de investigar quais desafios e contradições estão presentes nas relações de trabalho autogeridas nessa experiência. No Capítulo 4, serão expostas as oito entrevistas realizadas com todas as produtoras que compõem o grupo, em que contam suas histórias de vida e trabalho, a entrada para o MST e a entrada para o Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira. Por fim, no Capítulo 5, apresentamos uma análise das entrevistas a partir de quatro eixos principais, que se fizeram presentes ao longo das narrativas, por meio dos seguintes temas: O trabalho precarizado tem idade, raça e gênero; A relação com a terra,

o plantio e a trabalhadora do campo; Sem chefe nem patrão: a autogestão na prática; e A convivência que gera trabalho, o trabalho que gera solidariedade. Dessa forma, foi realizado um diálogo com o que a Psicologia Social e do Trabalho apresenta sobre esses debates.

## 1. Os caminhos traçados com o pré-assentamento Elizabeth Teixeira

*“[...] E fez o criador a natureza  
Fez os campos e florestas,  
Fez os bichos, fez o mar  
Fez por fim, então a rebeldia,  
Que nos dá a garantia.  
Que nos leva à lutar  
Pela terra, terra, terra, terra [...]”  
(Canção da terra - Pedro Munhoz)*

Conheci (efetivamente, quando os meus pés ali pisaram) o MST, por meio do pré-assentamento Elizabeth Teixeira, em meados de 2014, quando comecei a trabalhar como abordadora social no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDECA “David Arantes”. Fomos a convite de uma parceira do movimento que nos dizia que nossa presença ali era necessária, já que nenhuma política pública estava presente naquele território (a equipe da qual era integrante tinha por objetivo identificar violações de direitos humanos de crianças e adolescentes). No começo, fomos por curiosidade e por vontade de conhecer aquele território tão mal visto pelos limeirenses. Contudo, nesta primeira visita, mal conseguíamos entender o motivo do CEDECA estar ali.

Realizamos duas visitas que foram agendadas com as lideranças do pré-assentamento. Fui apenas na segunda e lembro de meus companheiros de trabalho contando sobre a experiência, de modo que alguns não davam muita importância, enquanto outros falavam com brilho nos olhos. Contavam que uma das moradoras os recebeu de forma hostil dizendo: “Se for para vocês virem aqui para nos tratar feito um zoológico de visita, já podem ir embora”. Mal saberíamos que esta mulher seria uma das idealizadoras do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira e que nossa relação, a partir de sua fala, seria construída ao longo de muito tempo.





Figura 1- Placa que se encontra em um dos lotes do pré-assentamento Elizabeth Teixeira em que constam os seguintes dizeres: “Se o campo não planta, a cidade não janta” (foto do acervo pessoal da autora).

Com o anseio em aproximar o CEDECA do pré-assentamento, passamos a ir quinzenalmente aos finais de semana ao território, para conhecer as crianças e “identificar as demandas” que estas apresentavam. Nessa mesma época, o Coletivo Universidade Popular (UP), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), realizava atividade com as crianças, denominada de Ciranda Infantil. Conforme a fala da produtora anteriormente citada, os educadores também nos receberam de forma hostil, mas foi possível estabelecer um diálogo. Eles estavam com dificuldades em realizar atividades e nós estávamos querendo contribuir. Foi assim que a parceria se deu: intercalamos (CEDECA e UP) nos sábados de atividades, a fim de irmos nos vinculando àquele território e com quem ali morava.

O coordenador da equipe e eu, envoltos pela atmosfera do pré-assentamento, fomos marcando prosas com algumas lideranças de lá, a fim de entender a história, como as coisas tinham se dado e o que nós, trabalhadores da política de assistência social, poderíamos ofertar. Foi por meio dessas prosas que as demandas foram surgindo, principalmente às relacionadas à ausência de saneamento básico e rede de esgoto, energia elétrica, transporte e serviços de saúde. Ficamos ao longo de praticamente um ano nos aproximando das lideranças e das crianças, construindo conjuntamente o que seria possível se fazer ali.

Em outubro de 2015, realizamos uma festa de Dia das Crianças com vários parceiros, e, nesse dia, definimos que o CEDECA, junto com esses parceiros, iria conduzir as atividades de Ciranda Infantil com as crianças sem-terrinha. Nesse período de aproximação com o pré-assentamento, fomos descobrindo mais sobre a sua história.

A história do pré-assentamento Elizabeth Teixeira começa a ser construída em 21 abril de 2007, quando cerca de 250 famílias ligadas ao MST ocuparam a área da antiga FEPASA/RFFSA (área de posse da União), conhecida como área do Horto Florestal Tatu, na cidade de Limeira, interior de São Paulo, como forma de reivindicar um local para moradia e trabalho. Sebastião Albuquerque, um dos assentados descreve a ação em poema escrito em 2009

### O Assentamento Elizabeth Teixeira

#### 1. A Ocupação

No ano dois mil e sete  
a vinte e um de abril  
em município de Limeira  
gente honesta brasileiras  
acendeu mais um pavio

Um quarto de mil famílias  
uma organização  
gente pobre, gente ordeira  
corajosa e prazenteira  
fez mais uma ocupação

A igreja progressista  
apoia o MST  
em favor dessa medida  
da terra distribuída  
essa luta é pra valer

Sindicatos combativos  
se fazem também presentes  
gente séria e solidária  
pra fazer reforma agrária  
são elos dessa corrente  
(ALBUQUERQUE, 2009)

A área ocupada já era marcada por conflitos entre a União e o município, sendo o mais recente deles em 2005, como apontou Freitas (2015), ano em que a prefeitura de Limeira realizou o acordo de compra daquela área, mas não efetuou o pagamento. Nesse mesmo ano, a Presidência da República extinguiu a FEPASA/RFFSA e, com isso, abriu

a possibilidade de destinação das áreas para que a União desenvolvesse projetos de habitação social e de reforma agrária.

Logo após a área ter sido ocupada, a prefeitura de Limeira entrou com ação judicial solicitando a reintegração de posse, todavia, a área ainda não era da prefeitura. O MST passou a pressionar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que também entrou com uma ação judicial demonstrando interesse no local. A prefeitura de Limeira justificou o seu interesse em decorrência do Plano Diretor, que objetiva a ampliação do aterro sanitário, entretanto, como Freitas (2015) aponta, especialistas ambientais descrevem que o local é um “lixão”, em decorrência de suas irregularidades e condicionamento onde os materiais são despejados. Além disso, constava no Plano a necessidade de ampliação industrial (no mesmo local onde as famílias se encontram assentadas), uma vez que essa área fica entre três rodovias principais (Anhanguera, Bandeirantes e Washington Luiz), ligando a capital São Paulo à Ribeirão Preto, possibilitando, assim, o escoamento e distribuição dos produtos industriais (o pré-assentamento se localiza no quilômetro 139 da rodovia Anhanguera, ao lado norte-sul, ou interior-capital).

Enquanto esse conflito judicial acontecia, no dia 29 de novembro de 2007, as 250 famílias foram atacadas ostensivamente pela Polícia Militar (PM), que invadiu o local com carros, helicóptero, bombas e armas, atirando para todos os lados. Moradoras e apoiadoras tentaram negociar com a PM para que pudessem tirar as crianças com segurança do local, mas não foi possível. Um trator passava por cima de tudo, das casas, das roupas, dos móveis, das comidas. As assentadas e os assentados só tiveram tempo de tirar o que lhes cabiam nas mãos e braços, sendo que muitos não tiveram tempo nem de pegar seus documentos pessoais.

Crianças e idosos estavam em um galpão, afastado da entrada do pré-assentamento (de forma a tentar protegê-los da violência do despejo), todavia, esse galpão foi atacado com bombas pelo helicóptero da PM, causando graves problemas de saúde em quem ali estava (uma das crianças apresenta sequelas no sistema respiratório até hoje em decorrência dessa ação truculenta). Uma freira e um padre que estavam no local para ajudar na negociação foram violentamente atacados a mando do prefeito da época (filiado ao Partido Democrático Trabalhista, o PDT, e que fora cassado por suspeita de corrupção – mas que, posteriormente, foi inocentado pela justiça).

O poema de Sebastião Albuquerque (2009) narra como se deu a ação

## 2. O despejo

Não foi mole meu cumpadre  
esse dia de tensão  
começou na madrugada  
à beira daquela estrada  
bem em frente ao lixão

A injusta liminar  
não nos deu outra saída  
o povo cedo desperto  
seu destino era incerto  
sem rumo as suas vidas

Um pelotão de soldados  
armados todos iguais  
pra cumprir o mandamento  
um grande destacamento  
das forças policiais

pois lá no núcleo seguinte  
à beira da Anhanguera  
a polícia foi chegando  
com tratores derrubando  
os barracos sem terra

Assim que aconteceu  
a violência brutal  
sibilava, bala no ouvido  
gritaria e alarido  
um barulho infernal

Bombas de lacrimogênio  
um irmão ferido ao chão  
o barulho ensurdecia  
a fumaça entorpecia  
não havia compaixão

Bombas eram arremessadas  
entremeio à multidão  
nós não movemos um dedo  
a merecer o degredo  
do maldoso batalhão

Havia uma irmã  
da igreja de Limeira  
uma senhora de idade  
pedindo ter piedade  
atiraram nessa freira

Permeio aquele choque  
tentamos conversação  
para fazer a retirada  
ao menos da criançada  
o comando disse não

O pino de meio-dia  
naquela grande tensão  
marcada fica a cabeça  
pra que nunca esqueça  
a marca do coração

Trouxeram maquinaria  
feita por trabalhador  
para derrubar os barracos  
colocá-los em buracos  
cavados pelo trator

O barracão social  
construído com amor  
em segundos derrubado  
em instantes enterrado  
o peito roeu de dor

É nó preso na garganta  
para quem quer trabalhar  
perguntas que se levantam  
e não querem se calar  
(ALBUQUERQUE, 2009)

Após a ação truculenta da PM, as famílias, sem terem onde morar, foram acolhidas em um barracão paroquial de uma Igreja Católica de Limeira, local em que permaneceram por 13 dias. E foi no dia 11 de dezembro de 2015 que cerca de 150 famílias reocuparam a área, onde hoje se localiza o pré-assentamento Elizabeth Teixeira, com a colaboração da Igreja Católica, dos integrantes da UP, de famílias do núcleo Che Guevara (ligadas ao MST da grande São Paulo e que, depois, foram inseridas na regional Campinas) (Freitas, 2015). Albuquerque (2009) nos conta

### 3. A reocupação

Raiz tem o que é bom  
o que é mal não tem raiz  
foi assim no Elizabeth  
é assim pelo país

Em que pese ansiedade  
no caminho da verdade  
a injustiça ruirá

Enquanto houver Sem-Terra  
nossa luta não encerra  
haverá de continuar.

Pois então ô seu doutor

é aqui que torce o rabo  
da porca de seu Nonô  
a chuva chegou mais cedo  
na praia do arvoredado  
e o povo ainda não plantou

Estando no apertamento  
deste nosso acampamento  
o povo se rebelou  
se o governo é devagar  
quem queria trabalhar  
a terra reocupou.

(ALBUQUERQUE, 2009)

Em março de 2008, foi quando o INCRA conseguiu, via decisão judicial, a área de cerca de 602 hectares do Horto Florestal Tatu para fins de Reforma Agrária, em que se criou o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Elizabeth Teixeira. Segundo o PDS, nessa área, seria possível abrigar 150 famílias, contudo, a quantidade de terra disponível só consegue destinar 1 hectare por família, pois o município ocupou ilegalmente 502 ha de terras destinadas para Reforma Agrária a fim de desenvolver as fases I, II e III do aterro sanitário. Da mesma forma, o governo municipal cedeu a terra para a construção de uma pista de kart e de aeromodelismo privada, forneceu espaço para o Centro de Detenção Provisória (CDP), além de um estande de tiro para PM (RODRIGUES; MAZALLA NETO; SPINELLI, 2011).

O município recorreu da decisão, e, novamente, o conflito de interesse pela terra voltou para a pauta. Para além da disputa pela terra, as famílias ali assentadas não possuíam (e não possuem ainda hoje) o básico para a sua sobrevivência, já que a água é fornecida por meio de caminhão-pipa, que abastece as casas diariamente, com exceção de feriados, ou quando não conseguem entrar com o caminhão porque a estrada está muito esburacada. Vale mencionar que o direito ao abastecimento de água potável só foi possível mediante uma liminar, pois o prefeito da época não queria fornecer nem água para as famílias assentadas.

A gestão municipal entre 2012-2016 (prefeitura do Partido Socialista Brasileiro, o PSB, e vice-prefeitura do Partido dos Trabalhadores, o PT) sinalizou de forma positiva o interesse em regularizar a situação do pré-assentamento. Freitas (2015) aponta que foi nesse período que se retirou o processo de interesse industrial pela área e deu parecer favorável à implantação do assentamento no espaço já ocupado. O INCRA reiniciou o processo, revalidando o cadastramento das famílias e com a proposta de redistribuição dos lotes com novas dimensões estabelecidas nas reuniões entre as partes (MST,

coordenação do acampamento, prefeitura e INCRA), que agora ficaram em 2 hectares por família, para as 100 famílias cadastradas (p. 53).

Conhecendo mais a história e as moradoras e os moradores do pré-assentamento, foi possível compreender com o que poderíamos auxiliar as famílias que ali se encontravam. Compreendemos, então, que a configuração desse pré-assentamento é bem heterogênea, acaba sendo uma junção de pessoas que lutam por moradia, e de outras que lutam por moradia e por reforma agrária. Muitas famílias trabalham nas empresas ao redor e na cidade e muitos plantam para sua subsistência.

É a partir de 2016 que passamos a entender melhor a dinâmica do local, as pessoas que o compõem e que estão há anos esquecidas pelo Estado. A partir do contato com as crianças e adolescentes é que os ideais da Reforma Agrária e da Luta pela Terra foram tomando corpo para constituir quem sou. Fui me aproximando de algumas ações do Movimento e de algumas iniciativas por conta do trabalho com as crianças e adolescentes que estávamos construindo.

Sabíamos que havia algumas produtoras rurais no território, mas que não conseguiam escoar sua produção em decorrência da situação de irregularidade (por não terem a posse da terra, não conseguiam emitir a documentação necessária para poderem participar dos programas governamentais de incentivo à agricultura familiar). Quem ali produzia, tinha que repassar a sua produção para algum intermediário, que acabava pagando um valor bem abaixo e revendendo para os mercados da cidade, já os que conseguiram a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) vendiam um pouco da sua produção para o Centro de Promoção Social Municipal, o CEPROSOM (autarquia da Assistência Social de Limeira) para a entrega das cestas verdes e da merenda escolar, via PAA e PNAE.

Todavia, entre 2015 e 2016, houve a interrupção do PAA e do PNAE e essas famílias produtoras ficaram sem ter para onde escoar os alimentos que ali produziam. A DAP garantia a participação das produtoras nas políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e cooperativismo, em que o PAA e o PNAE eram a principal forma de escoamento da produção e de geração de renda. Com isso, houve a diminuição brusca na renda mensal das famílias que forneciam os alimentos para o município de Limeira por meio desses programas.

A partir dessa suspensão, um grupo de pessoas das cidades de Limeira e de Campinas que já realizavam alguns trabalhos em parceria com o pré-assentamento, a partir da provocação de um militante (do setor de produção do MST), começaram a pensar

em uma forma de comercialização dos alimentos que eram ali produzidos, uma vez que essas famílias perderam a sua maior fonte de renda.

Dessa maneira, com a interrupção do PAA e do PNAE, um grupo de pessoas interessadas em auxiliar nesse processo de escoamento dos alimentos oriundos do pré-assentamento se reuniram para conversar e compreender como poderiam executar uma proposta viável de comercialização, tendo em vista que nenhuma das pessoas envolvidas tinha experiência nessa área. Nas primeiras reuniões, estavam presentes representantes da direção regional do MST, representantes da UP, representantes do CEDECA, do Coletivo King Chong (um coletivo cultural do município), a Confraria dos Pretos Velhos e pessoas da sociedade civil que já tinham alguma relação com o pré-assentamento ou com a luta pela Reforma Agrária. E é assim que o Coletivo de Produtoras (que não possuía esse nome na época) começou a ser criado.

Um fato importante a ser mencionado é que, no dia 20 de outubro de 2017, ocorreu uma nova ocupação em outra área pertencente ao Horto Florestal Tatu, localizado em frente ao aterro sanitário municipal, feita por assentadas e assentados do pré-assentamento Elizabeth Teixeira junto com assentadas e assentados do Assentamento Nelson Mandela (de Piracicaba) que haviam sido despejadas de onde moravam. A ação foi compreendida como uma dupla denúncia: uma delas foi a de trazer visibilidade para a questão da regularização do pré-assentamento Elizabeth Teixeira, enquanto a outra foi uma tentativa de barrar a implementação da segunda etapa do aterro sanitário em terras destinadas à reforma agrária.

Em contrapartida, houve tentativas de reintegração de posse da área (o CEDECA auxiliou na negociação e entrou com o pedido de “amigo da corte” para que não houvesse o despejo em decorrência das crianças e adolescentes que ali estavam), além do ressurgimento do movimento “Salve o Horto”, encabeçado pelo Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB. Todavia, as famílias se mantiveram ali – espaço que foi denominado de Extensão Elizabeth Teixeira - por cerca de um ano, até que foi decidido que era mais seguro abandonar o local e reorganizar as famílias no pré-assentamento Elizabeth Teixeira.

É importante mencionar essa nova ocupação porque alguns parceiros que estavam na construção da Ciranda Infantil e na divulgação do Grupo de Consumo Responsável (GCR) se afastaram após essa ação, por não concordarem com a forma que o MST atuou. Alguns parceiros não concordaram com a ocupação de uma nova área, achando que era um exagero, após tanto tempo sem nenhuma ação desse tipo. Foram realizadas tentativas



de mediação com esses parceiros, mas sem efeito, que resolveram abandonar as articulações, afirmando que o MST errou ao utilizar essa estratégia. Mesmo após a retirada das famílias do local (quase um ano depois), esses parceiros não voltaram a participar de nenhuma atividade do MST.

Vale mencionar também que, após 15 anos de ocupação, as famílias ainda não possuem a posse da terra e nenhuma segurança em relação a sua permanência ali. Todavia, em 18 de julho de 2019, uma notícia trouxe de volta a esperança para as moradoras e moradores do pré-assentamento Elizabeth Teixeira. Após anos de litígio, houve a negociação definitiva entre União e Município, para destinar a terra em que o pré-assentamento se encontra. Dos 748 hectares de terra que estavam em disputa, o município conseguiu manter em sua posse 85%, enquanto apenas 15% do território foi destinado ao INCRA (cerca de 124 hectares) para assentar as famílias do pré-assentamento. Foi uma quantia muito menor do que deveria ser e do que estava sendo planejado pelo INCRA, contudo, cabe agora ao INCRA a regularização das famílias naquelas terras. Mas, com a pandemia de Covid-19 e com os desmontes do governo Bolsonaro, o INCRA não agiu para a regularização do pré-assentamento, que até agora está com todas as questões estagnadas (e pouco se consegue obter de informações acerca do processo de regularização).

#### *A criação do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira*

Após o breve histórico sobre o pré-assentamento, partimos agora para a história do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira. A partir do grupo de parceiras e parceiros do pré-assentamento, foi realizada, em julho de 2016, uma formação sobre Grupos de Consumo, Sistema Agroalimentar e Reforma Agrária, com o intuito de explicar o que era um GCR, e de que forma esse grupo de pessoas que ali se encontrava poderia auxiliar na execução dessa proposta. De todos os coletivos e grupos já citados, permaneceram, para a execução da proposta: apenas o representante da regional do MST, duas pessoas da UP, uma pessoa do Coletivo King Chong, uma pessoa da Confraria dos Pretos Velhos e quatro pessoas que já realizavam alguns trabalhos com o pré-assentamento. Esse grupo de pessoas (os voluntários de Limeira e de Campinas) que iriam apoiar a iniciativa foi denominado de “articulação”.



Figura 2 – Foto do dia da Formação sobre Grupos de Consumo, Sistema Agroalimentar e Reforma Agrária, em junho de 2016 (foto disponível no Flickr do Coletivo King Chong).

Esse grupo de articulação dividiu-se em duas frentes de trabalho: uma de ação direta com as produtoras do pré-assentamento (as três articuladoras que moravam em Campinas e que possuíam experiência com a questão da produção de alimentos livres de veneno e das questões relacionadas à comercialização) e outra que ficaria responsável pela articulação com as consumidoras e os consumidores na cidade de Limeira (as cinco articuladoras que moravam em Limeira). O papel da articulação de Campinas era de apoio na organização e planejamento da produção por meio de reuniões semanais com o Coletivo de Produtoras, assim como na mediação dos conflitos (uma vez que essas pessoas já possuíam uma relação de longa data com as produtoras), na compra do material necessário para realizar as entregas, além da construção de um processo educativo de manejo agroecológico (por terem experiência na área e serem próximas do MST). A articulação de Limeira ficou responsável pelo contato com consumidoras e consumidores, gestão financeira dos produtos, organização das entregas dos alimentos e estabelecimento de um local no qual as entregas seriam realizadas. Contudo, essas duas frentes de trabalho funcionavam de forma articulada para que pudessem trocar informações acerca do trabalho que estava sendo realizado pelo GCR.

O Coletivo em seu início foi formado por doze pessoas, sendo nove mulheres e três homens, que se reconheciam como parte do MST. A articulação de Campinas foi a responsável por fazer o convite às produtoras e formar esse coletivo.

Com as articulações definidas, faltava escolher o modelo de comercialização dos alimentos. Dentro da proposta do GCR, era possível pensar no modelo de cestas padronizadas de alimentos (escolhidos pelas produtoras) ou em um modelo parecido com as feiras-livres (as consumidoras e os consumidores escolhem seus alimentos). O formato

adotado para a comercialização foi parecido com o modelo de feira-livre, que denominamos de “feira-cota”, em que se escolhe os alimentos que se deseja consumir. Esse formato foi o escolhido por se acreditar que ele poderia atrair mais consumidoras e consumidores.

Para além de poder agradar as pessoas, compreendeu-se que este formato possibilitaria também o dimensionamento, por parte do grupo articulador, da quantidade de alimentos a serem escoados a partir do número de consumidoras e consumidores que aderissem à iniciativa. Esse modelo adotado possibilitava tempo para um planejamento a fim de equilibrar a produção com a demanda e também viabilizava o poder de escolha das quantidades e variedades dos alimentos para quem estava comprando, dentro das opções de cotas mensais. Além disso, esse modelo permitia que não houvesse o descarte exagerado de alimentos (diferentemente das feiras-livres), tendo em vista que os alimentos eram enviados para a quantidade de consumidoras e consumidores que já haviam pago pelo recebimento da comida. A comercialização desses alimentos era feita na Casa Coletiva Sabigaias, onde uma das articuladoras residia.

Neste formato, a pessoa pagava antecipadamente um valor referente a um ciclo (com duração de 4 semanas, ou seja, um mês) em que a retirada dos alimentos era realizada uma vez por semana. Havia duas opções de cota que se poderia escolher: a cota menor no valor de R\$ 45,00 por ciclo, com retirada de R\$ 10,00 em alimentos por semana (durante 4 semanas); e a cota maior de R\$ 65,00 por ciclo, com retirada de R\$ 15,00 em alimentos por semana (durante 4 semanas). Em ambas, sobraria um valor de R\$ 5,00 que seria utilizado para o pagamento do transporte dos alimentos do pré-assentamento até o local da retirada e para manutenção da estrutura do GCR, como a compra de sementes, insumos e sacos plásticos para que as consumidoras e os consumidores armazenassem os alimentos no dia da retirada. A proposta em se deixar explícito o valor cobrado para a manutenção do GCR era para que as pessoas tivessem clareza dos valores que estavam sendo pagos por cada produto e/ou serviço que era adquirido.

Para a definição dos valores a serem cobrados pelos alimentos, realizou-se uma pesquisa de mercado, tanto no mercado tradicional de produtos livres de venenos, quanto em outras experiências de GCR e cooperativas, até se chegar a um valor que foi considerado, pelo Coletivo de Produtoras e pela articulação, como justo.

Neste formato “feira-cota”, a organização para a retirada dos alimentos pelas consumidoras e pelos consumidores se dava da seguinte forma: os alimentos se encontravam organizados em caixas plásticas que ficavam à mostra em mesas, para que

as pessoas pudessem escolher os alimentos que queriam levar. Assim, a pessoa escolhia os alimentos que desejava, direcionava-se até a balança (onde uma das articuladoras estaria presente) e os alimentos escolhidos eram pesados; a articuladora na função do controle da balança anotava os produtos selecionados pela consumidora ou consumidor em uma tabela no computador que informava a quantidade e os valores do que foi pego. Os produtos eram divididos em raízes, legumes, frutas e hortaliças, tendo como medida: maço, unidade, quilo ou saco.

### *Preparando o solo e escolhendo as sementes*

A primeira entrega foi realizada em 18 de outubro de 2016 e, neste mesmo dia, foi realizado um bate-papo sobre Consumo Responsável e a importância de iniciativas de comercialização de alimentos para a visibilidade da luta pela Reforma Agrária. A proposta dessa conversa foi em decorrência do receio, nesse primeiro mês de entregas, em relação à responsabilidade das consumidoras e dos consumidores em se manterem na iniciativa, de efetuarem os pagamentos em dia, de irem buscar seus alimentos, além de compreenderem que o espaço da entrega dos alimentos era de extrema potência para que conversas como essas pudessem ocorrer e que o debate sobre a luta pela terra pudesse chegar a mais pessoas.



Figura 3 - Registro fotográfico da primeira entrega realizada pelo Grupo de Consumo Responsável na Casa Coletiva Sabigaias (foto disponibilizada pela fotógrafa Thaís Chiyo).

Uma prática que teve início desde a primeira entrega de alimentos foi a “Mesa de Degustação”. Alguma produtora preparava um prato salgado, doce ou bebida, para que consumidoras e consumidores pudessem degustar na hora da retirada de seus alimentos. Na maioria das vezes, os preparos dos quitutes eram feitos com alimentos não convencionais, que as pessoas não conheciam ou não estavam acostumadas a consumir, assim como também eram utilizadas as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), para darem exemplo de como esses alimentos poderiam ser utilizados de forma mais versátil e diversificada no preparo de suas refeições.

Em 2016, no primeiro ano de criação do GCR, foram realizados dois ciclos de entregas, de outubro a dezembro. Após essas entregas foi avaliada a adesão das consumidoras e dos consumidores por meio de um questionário aplicado durante as retiradas dos alimentos, para verificar como tinham sido suas experiências com o GCR e se teriam interesse em se manter nessa iniciativa. A maioria avaliou de forma positiva, indicando a permanência no GCR.

Sobre a implementação, é importante ressaltar alguns pontos (para além da comercialização dos alimentos). Todo o material necessário para que se pudesse iniciar as entregas - como as caixas de transporte dos alimentos, balanças, caixas e potes para a exposição dos produtos, sacos plásticos para que consumidoras e consumidores pudessem colocar os alimentos - foram comprados via edital de um projeto de extensão pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da UNICAMP, da qual a articulação de Campinas fazia parte. Já as mesas onde os produtos seriam expostos foram emprestadas pelas moradoras da casa, o computador para realizar as vendas era das articuladoras de Limeira e a estante onde ficariam armazenados os potes e os produtos de limpeza (para a higienização das caixas) foram doados por uma parceira/consumidora do GCR.

Durante esse período, fazíamos reuniões semanais para avaliar as entregas (e essas avaliações eram repassadas para a articulação de Campinas que se responsabilizava por fazer o repasse para o Coletivo de Produtoras). Outro ponto importante a ser mencionado é em relação à manutenção da diversidade dos alimentos, uma vez que poucas produtoras tinham experiência com a produção em larga escala para poder comercializar alimentos diversos (muitas produtoras tinham os mesmos tipos de alimentos), assim como a questão da renda (muitas produtoras tinham apenas as entregas no GCR como fonte de renda).

Nessas primeiras entregas, cada produtora recebia pouco mais de R\$ 30,00 por mês, um valor irrisório pelo trabalho que precisavam desempenhar. Para além da questão

da remuneração, também houve alguns conflitos no Coletivo de Produtoras (divergências em relação à condução do coletivo e dos trabalhos), que fizeram com que algumas pessoas desistissem de permanecer na iniciativa. Em relação às consumidoras e consumidores, é importante frisar que grande parte eram estudantes da UNICAMP, que já haviam tido contato com a pauta da Reforma Agrária em algum momento da vida. Faltava, assim, ampliar o horizonte e levar o debate da luta pela terra para as moradoras e moradores de Limeira. Durante esses dois ciclos, passaram pelo GCR 43 pessoas.

### *Semeando a terra*

Após o recesso de final de ano, as entregas retornaram na segunda quinzena de janeiro de 2017. Bimestralmente, eram realizadas reuniões entre as articulações de Limeira e de Campinas para que se pudesse alinhar como estavam sendo as entregas, para conversar sobre o planejamento da produção e discutir sobre a manutenção e sustentação financeira do GCR. Nessas reuniões, também se discutia a importância de conversarmos com as produtoras sobre autonomia e autogestão do Coletivo, para que um dia não fosse mais necessário o intermédio das articulações.

Conforme já mencionado, a articulação de Campinas era responsável pelo planejamento da produção com as produtoras e o planejamento das entregas (o que e qual a quantidade que cada produtora iria entregar) e a articulação de Limeira ficava responsável pelo contato com as consumidoras e os consumidores e a comercialização dos produtos. Durante, aproximadamente, seis meses, as articuladoras de Limeira pouco se envolveram com a organização da produção e das entregas e raramente participavam das reuniões realizadas no pré-assentamento com o Coletivo (por não conseguirem acompanhar as datas das reuniões realizadas).

Após alguns meses, começou-se a perceber um descompromisso por parte das consumidoras e dos consumidores, alguns confirmavam a sua participação e no dia de retirar os alimentos (e de realizar o pagamento) não apareciam, o que ocasionou um desfalque financeiro. Sendo assim, duas ações foram tomadas: a primeira (em maio) foi a de aumentar o valor da manutenção, de R\$ 5,00 para R\$ 10,00, pois, assim, conseguiríamos começar a criar um fundo de caixa (que denominamos de “caixinha”) para eventuais problemas, e a segunda (em junho) foi a elaboração de um Termo de Compromisso com o GCR em que a pessoa se comprometia a permanecer, por no mínimo, dois meses no grupo. Três meses depois, deixou-se de utilizar o Termo, pois

mesmo com ele algumas pessoas acabavam desistindo, ou seja, o termo não dava garantia alguma, sendo apenas mais uma tarefa que as articuladoras teriam que desempenhar.

Ao longo das entregas, foi-se constatando que periodicamente sobrava uma quantidade de alimentos (em decorrência de algumas produtoras mandarem alimentos a mais e por conta de “arredondar” alguns valores na tabela”) que daria para o consumo de mais duas pessoas. Então as articuladoras decidiram colocar pessoas para consumirem no esquema de “caixinha”: pagavam o valor da cota, mas esse valor não era repassado para as produtoras, mas colocado na “caixinha”, pois esse dinheiro poderia ser utilizado para a compra de sacos plásticos, produtos de limpeza, ou para repor alguém que desistiu de última hora. Foi a solução encontrada para não prejudicar financeiramente as produtoras.

Em maio de 2017, tivemos que mudar de local onde as retiradas ocorriam, em decorrência da mudança da articuladora que havia disponibilizado a casa. Contudo, isso não afetou a permanência das consumidoras e dos consumidores (inclusive as casas eram bem próximas). As entregas continuaram sendo na casa de uma das articuladoras.

Tendo em vista a questão de se fazer um fundo de caixa, foi realizado o evento “Boteco da Reforma Agrária – Samba Insurgente”, no dia 28 de maio, com o objetivo de levantar fundos para o GCR (para que se pudesse investir em algo que as produtoras estivessem necessitando), divulgar a existência do GCR a fim de trazer mais consumidoras e consumidores e poder debater a Reforma Agrária por meio do samba. Foi possível, durante esse evento, fazer o levantamento de dinheiro para a compra de esterco para melhorar a produção (cerca de R\$ 800,00). Aproveitamos o evento para vender alguns produtos processados de outros assentamentos do MST, como feijão, leite condensado, creme de leite e cachaça.

Conforme o GCR foi parecendo se consolidar, foi-se aprimorando algumas demandas do trabalho, em relação à “feira-cota”. Após o Boteco da Reforma Agrária, foi possível perceber que algumas pessoas tinham interesse em consumir outros produtos, além dos alimentos *in natura*. Sendo assim, além dos alimentos que eram entregues dentro da “cota”, as produtoras também passaram a enviar alguns alimentos processados, como banana e mandioca chip, geleias e compotas.

A mesa de degustação já havia virado tradição, então, quando as produtoras não conseguiam preparar nenhum quitute, este era preparado pelas articuladoras de Limeira.

A partir de meados de 2017, as articuladoras de Limeira começaram a se envolver mais na questão da produção (para compreender melhor acerca da disponibilidade e qualidade dos alimentos que estavam sendo entregues) e, inclusive, realizaram um

levantamento com consumidoras e consumidores para saber quais alimentos gostariam de consumir, além de avaliar como estavam sendo as entregas. Neste ano, também ocorreu a troca de algumas articuladoras de Limeira. Foi por volta deste período que as articuladoras de Campinas passaram a ir quinzenalmente ao pré-assentamento para realizar as conversas com as produtoras e que a relação entre as articulações começou a apresentar complicações.

Alguns ruídos na comunicação se iniciaram, e, na medida do possível, as articulações foram tentando se entender. A articulação de Limeira se aproximou mais das produtoras, pois acreditou que algumas informações não lhe estavam sendo repassadas, principalmente no que se referia à qualidade dos produtos que estavam sendo entregues e à participação das produtoras na organização da “feira-cota”.

Mesmo com a relação desgastada, as entregas foram mantidas até o final do ano, quando se realizou uma reunião entre consumidoras, consumidores e articuladoras para discutir a manutenção do grupo, e, constatada a importância e a necessidade do GCR existir, ele foi mantido para o ano seguinte.



Figura 4 – Disposição dos alimentos no local de entrega (foto do acervo pessoal da autora).

O ano de 2017 foi marcado, principalmente, pela mudança das articuladoras (éramos em cinco e passaram a ser três), assim como a mudança na relação com as articuladoras de Campinas, visto que se identificou que havia ideias e modos de trabalho bastante distintos entre as articulações (principalmente no que dizia respeito à emancipação e a autogestão do Coletivo de Produtoras). Algumas produtoras



abandonaram a iniciativa, além de continuarem com uma remuneração baixa pelos alimentos comercializados.

Em relação ao perfil de consumo, ainda não havíamos chegado à população limeirense, mas tínhamos dado alguns passos nessa direção. Esse ano foi crucial para que compreendêssemos que o espaço do GCR era muito potente, tanto para a comercialização de alimentos oriundos da Reforma Agrária, quanto para haver um ponto de encontro de pessoas com pensamentos mais progressistas na cidade. Ao longo do ano de 2017, passaram pelo GCR 73 pessoas.

### *Manejando a produção*

Iniciamos o ano de 2018 com uma questão muito latente: era preciso promover a autogestão do Coletivo o mais rápido possível, pois havia o receio de que, pela dinâmica da vida, as articuladoras de Limeira tivessem que ir embora da cidade e o GCR deixasse de existir. Dessa forma, foi acordado, entre ambas as articulações, que seria realizado, ao longo do ano com as produtoras, um processo de emancipação frente às articulações.

Concomitante a isso, uma das articuladoras de Limeira (que era estudante da UNICAMP) passou a fazer parte da ITCP da UNICAMP e um dos locais de trabalho era o pré-assentamento Elizabeth Teixeira. A articulação de Campinas já estava se afastando dos trabalhos realizados com o pré-assentamento (por questões pessoais), e aparentava estar mais conformada com o fato de que o GCR poderia acabar (assim como aconteceu com iniciativas anteriores), como se fosse uma iniciativa com prazo de duração já delimitado e chegando ao seu fim.

Nesse processo de afastamento, também foi colocado em evidência que a articulação de Campinas não poderia se envolver em algumas demandas que estavam sendo trazidas pelas produtoras, principalmente nos assuntos relacionados à convivência coletiva e nas questões relacionadas à saúde mental das produtoras, o que ocasionou um grande desconforto entre as articulações, gerando desgaste em ambas as partes, inclusive respingando na relação com as produtoras.

As articuladoras de Limeira, após esse desentendimento com as articuladoras de Campinas, aproximam-se das produtoras, cujo grupo, neste ano, era composto por sete pessoas, sendo seis mulheres e um homem. A partir de então, o grupo foi se configurando como um grupo de mulheres.

Foi a partir da aproximação da articulação de Limeira com as produtoras que se começou a entender alguns processos que foram se construindo ao longo dos anos, sem que as articuladoras se dessem conta. Eram escassas as discussões sobre a Economia Solidária, e, nesse sentido, as produtoras eram bastante dependentes das articuladoras de Campinas (se não fossem à reunião, as produtoras não faziam a divisão do que cada uma iria entregar), não se tinha um compromisso com o grupo e nem com a colega produtora, não havia uma tentativa de equiparação de produção e de renda. É a partir daí que se iniciou um processo da nova equipe da ITCP de tentar conversar mais com as produtoras sobre a questão da Economia Solidária e sobre a ampliação da produção, além de promover debates sobre a importância do espaço do GCR, tentando, inclusive, deixar em evidência os avanços obtidos com o GCR, não apenas financeiro, mas de convivência entre elas e em relação ao processo de transformação pelo qual consumidoras e consumidores vinham passando (principalmente no que dizia respeito à educação alimentar e ao resgate de tradições culinárias).

O ano de 2018 esteve repleto de novidades. As produtoras mandaram alguns “produtos especiais”, produzidos por elas mesmas de forma artesanal. Para além dos alimentos processados (a novidade foram os chás e as farinhas, de araruta e de banana), também estavam à venda bolsas de tecido (para incentivar a não utilização de plásticos), produtos de limpeza (sabão, detergente, amaciante e desinfetante) e sabonetes artesanais (de barbatimão). Outro ponto importante foi que as produtoras passaram a manter uma frequência e um rodízio maior ao participarem das entregas (atividade essencial, uma vez que, com a presença das produtoras, além do acesso a como acontecia a organização das entregas, consumidoras e consumidores podiam ter contato com quem produziu seus alimentos, tirar dúvidas e ainda trocar receitas). Foi realizado, também, um vídeo amador em que produtoras entrevistaram consumidoras e consumidores para saber qual era a importância em se consumir do GCR. Da mesma forma, investiu-se na divulgação do GCR pelas redes sociais, por meio da criação de uma página na plataforma *Facebook* e de uma conta na plataforma *Instagram*.

Além disso, o GCR foi chamado para falar na Faculdade de Ciências Aplicadas - FCA-UNICAMP, para contar sua experiência, bem como expor seus produtos em duas feiras: uma na FCA e outra no Serviço Social da Indústria (SESI).

No final de 2018, foi realizada uma experiência de entrega de “cestas” para alguns alunos da FCA, organizada pelo Diretório Acadêmico (DA). Foram feitas quatro entregas, que aconteceram com periodicidade quinzenal (durante 2 meses), sendo pago um valor

de R\$ 70,00 por cesta, dos quais R\$ 60,00 eram para a retirada em alimentos e R\$ 10,00 eram para a manutenção e transporte. Essas cestas já vinham com produtos selecionados e separados pelas produtoras e eram entregues diretamente para as consumidoras e os consumidores. Dez pessoas participaram dessa experiência, tendo sido organizada (seleção das pessoas e recebimento dos pagamentos) pela gestão do DA. Por ter sido uma experiência pontual, houve alguns desencontros - como, por exemplo, a pessoa responsável por receber as cestas não estar no local e no horário combinado -, o que nos trouxe algumas reflexões importantes, principalmente acerca da capacidade de ampliação do GCR para outros pontos da cidade e de potenciais parceiros para essa execução. Essas entregas foram interrompidas quando o ano letivo se encerrou, e, com a mudança na gestão do DA no ano seguinte, não foi estabelecido novo contato.

Foi-se percebendo que, com o grupo de trabalho da ITCP, alguns aspectos do grupo foram se modificando e algumas discussões mais identificadas com a Economia Solidária foram acontecendo. Neste ano, a “caixinha” cresceu, sendo possível investir esse dinheiro na produção (compra de mais esterco, mudas e sementes para as produtoras), pois uma consumidora se responsabilizou por vender a “xepa” para algumas senhoras de um grupo da terceira idade que se tornaram “freguesas da xepa”. Ainda nesse mesmo ano, uma equipe da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) de Piracicaba se aproximou do Coletivo de Produtoras para ajudar nas questões relacionadas à produção agroflorestal e manejos com a terra.

No final de 2018, a articulação de Campinas informou que estava se afastando do Coletivo de Produtoras por questões particulares, e assim, ITCP e articuladoras de Limeira assumiram a organização junto às produtoras.

Nesse mesmo período, as produtoras resolveram nomear o grupo, oficialmente, de Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira, já que a maioria são mulheres, e, a partir disso, um novo caminho começou a ser trilhado.

Ainda em 2018, havia muitas confusões a respeito do que era o Coletivo de Produtoras e o que era o GCR, já que, além de Limeira, as produtoras passaram a realizar entregas em Campinas, criando assim um GCR em Campinas. Dessa forma, foi-se compreendendo que o Coletivo de Produtoras estava além dos GCRs.

Dois pontos foram cruciais nesse ano: com a experiência das cestas com o DA, surgiu a possibilidade de estabelecer parcerias com alguns grupos (partidos políticos, sindicatos, locais de trabalho) para que essas novas consumidoras e consumidores pudessem comprar os alimentos oriundos do Coletivo de Produtoras; e outro ponto

importante do debate foi: como atrair mais moradoras e moradores de Limeira para consumir em nossa iniciativa? Precisávamos atingir mais pessoas, pela comercialização (para gerar mais renda para as produtoras) e para colocar em questão o debate da reforma agrária.

Neste ano, passaram pelo GCR de Limeira 44 consumidoras e consumidores, sendo 34 por meio do modelo “feira-cota” e 10 por meio da parceria de cestas com o DA; e cerca de 50 consumidoras e consumidores pelo do GCR de Campinas. Nessa perspectiva, esse foi o ano em que as produtoras conseguiram escoar boa parte de sua produção, assim como conseguiram uma maior remuneração.

### *Preparando para a colheita*

No início de 2019, foi necessária a mudança de local da entrega dos alimentos, e outro articulador do GCR de Limeira ofereceu sua casa como possibilidade de ponto de encontro (essa mudança acarretou alguns debates referentes à questão de se ter um local mais consolidado, ou ainda uma parceria com o poder público, sendo uma discussão que ainda vem sendo feita).

A partir da compreensão desta iniciativa enquanto Coletivo, foi possível criar a logomarca para que se pudesse confeccionar panfletos de divulgação do GCR pelas cidades de Limeira e Campinas. É importante mencionar que a maioria das consumidoras e dos consumidores dessa iniciativa de comercialização continuavam sendo estudantes universitários, que já haviam tido algum contato com as questões relacionadas ao consumo de alimentos sem veneno. Todavia, essa sempre fora uma preocupação das articuladoras de Limeira, uma vez que a população de Limeira, moradoras, moradores da cidade, trabalhadoras e trabalhadores pouco tinham acesso a essa experiência. Foi no final de 2018 e início de 2019 que esse quadro começou a mudar, e cada vez mais moradoras e moradores de Limeira começaram a consumir no GCR, graças à intensificação da divulgação.

A experiência das entregas de cestas (que consistiam numa sacola de alimentos pré-selecionados pelas produtoras e que eram entregues as consumidoras e aos consumidores) na FCA no ano anterior serviu de inspiração para que articuladoras começassem a pensar, construir e sugerir essa possibilidade para as consumidoras e os consumidores de Limeira, e para isso, iniciaram um mapeamento dos possíveis parceiros (Sindicatos e Coletivos) que pudessem se interessar por essa ideia. As cestas de alimentos

eram mais fáceis de serem armazenadas, mais rápidas de serem retiradas, e dependiam menos das articuladoras de Limeira para acontecer (pois toda a sua organização era realizada pelas produtoras).

A partir desse levantamento, constatou-se que havia produção e demanda para que isso ocorresse. Sendo assim, em junho, iniciaram-se, além do formato de “feira-cota” que ocorria semanalmente, as entregas das cestas em Limeira e em Campinas.

O formato de cesta funciona da seguinte forma: o ciclo da entrega também é baseado em quatro semanas, ou seja, era um pacote mensal e as cestas possuíam três tamanhos diferentes: Estudante ou P, que custava R\$ 58,00 por ciclo (e a pessoa recebia uma cesta de R\$ 12,00 em alimentos semanalmente); Trabalhadora ou M, que custava R\$ 74,00 por ciclo (e a pessoa recebia R\$ 16,00 em alimentos semanalmente); e a Família ou G, que custava R\$ 90,00 por ciclo (e a pessoa recebia R\$ 20,00 em alimentos semanalmente). Em Campinas, as entregas das cestas tinham frequência quinzenal e em apenas um tamanho, a cesta G.

Assim como no funcionamento da “feira-cota”, os R\$ 10,00 restantes de cada cota eram utilizados para o pagamento do transporte dos alimentos do pré-assentamento até o local da retirada e a manutenção da estrutura do GCR. Neste formato, as pessoas apenas retiravam as cestas com os alimentos já selecionados (era possível no ato da retirada trocar algum alimento que a pessoa não consumisse). As cestas eram organizadas pelas produtoras no pré-assentamento, o que fazia com que o grupo de articuladoras fosse apenas a ponte para que essa entrega acontecesse.



Figura 5 - Registro fotográfico das cestas de alimentos em suas sacolas térmicas (foto do perfil do Instagram do Coletivo de Produtoras).

A parceria para entrega de cestas foi feita com o curso das Promotoras Legais Populares (PLP) de Limeira, em que algumas das participantes se interessaram pela iniciativa e começaram a consumir os alimentos. É a partir dessa parceria que se insere de forma efetiva, em Limeira, o novo formato de comercialização de alimentos: as cestas agroecológicas (nos modelos e valores já citados).

Outra iniciativa deste ano foi a parceria com um coletivo de produção audiovisual. Essa parceria resultou num vídeo de divulgação do GCR, que traz depoimentos das produtoras e das consumidoras e dos consumidores e explica o funcionamento da “feira-cota”. Também começou-se a investir bastante na divulgação do grupo pelas redes sociais.

A partir do ano de 2019, iniciou-se a discussão sobre a necessidade deste Coletivo de Produtoras, que, naquele momento, passou a ter dois pontos de entrega, em duas cidades distintas (Limeira e Campinas), ter um nome oficial, uma vez que ficou compreendido que os GCRs fazem parte de uma iniciativa maior, que é composta pelas produtoras.

Discussões foram sendo feitas ao longo das reuniões com as produtoras, até que se caminhou para a compreensão de que aquela iniciativa era, então, um Coletivo de Produtoras, tendo, inclusive, como base, todas as discussões anteriores referentes à forma de trabalho que ali era desenvolvida.

Sendo assim, as produtoras resolveram que elas seriam o Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira, homenageando novamente Elizabeth Teixeira e demarcando de onde elas vêm e de onde contam suas histórias: do pré-assentamento Elizabeth Teixeira. Um dos trabalhadores da ITCP desenvolveu uma logo provisória a partir do que as produtoras disseram que poderia ser a sua representação visual.



Figura 6 – Logo provisório feito pelo trabalhador da ITCP, que apresenta uma mulher de cabeça baixa segurando uma cesta repleta de alimentos.

Em agosto, algumas produtoras, junto com as trabalhadoras da ITCP, participaram da Marcha das Margaridas, evento fundamental para também ressignificar a participação política das produtoras nas mobilizações referentes ao direito à terra.

Entre outubro e novembro, algumas consumidoras de Campinas se voluntariaram para criar um financiamento coletivo para que o Coletivo pudesse adquirir uma Kombi para realizar as entregas e para fazer algumas viagens (como visitas para outros assentamentos, cursos em outros municípios). O transporte dos alimentos em Limeira sempre foi feito pelo único produtor do Coletivo, que recebe um adicional em sua renda, para a realização deste trabalho. Para Campinas, o transporte é feito pelo marido de uma das produtoras. Já tivemos alguns problemas com ambos os transportadores, por isso, a proposta é que as próprias produtoras realizem as entregas com automóvel próprio, e que essa renda seja retornada para elas e não para terceiros. A campanha foi um sucesso, a meta foi alcançada e auxiliou no aumento de visibilidade para o Coletivo durante esse período (novas pessoas interessadas em consumir, principalmente em Campinas) chegaram até a iniciativa.

Conforme a comercialização das cestas foi se consolidando, foi-se compreendendo que esse formato, de cestas agroecológicas, poderia ser o ideal para efetivamente iniciar o processo de emancipação do grupo em relação às articuladoras. Para a “feira-cota” acontecer, era necessária uma dinâmica de mais ou menos quatro pessoas e, para as cestas, apenas duas eram suficientes. Sendo assim, a proposta foi de transicionar o modelo para o próximo ano (de 2020), para a comercialização em formato

de cestas. Sendo assim, as últimas entregas de 2019 foram realizadas na forma de cestas, para verificar como seria a adesão das consumidoras e dos consumidores nesse novo formato.

Em novembro deste ano, foram realizadas duas visitas com consumidoras e consumidores de Limeira e de Campinas aos lotes das produtoras. A ideia era que a partir do contato direto com a realidade das produtoras fosse possível que estes compreendessem melhor a proposta do GCR e se responsabilizassem em relação à luta dessas mulheres para a produção de alimentos livres de veneno.

Esse ano de trabalho nos elucidou algumas questões acerca da necessidade urgente da realização de um trabalho incessante de emancipação do Coletivo em relação às articuladoras e ITCP, de um aprofundamento nas questões relacionadas à Economia Solidária e Feminista e aos princípios da Agroecologia (que ainda suscita questões dentro do Coletivo). Outro ponto importante é em relação às parcerias que são realizadas com o Coletivo. Como já mencionado, a ESALQ auxiliou o Coletivo de Produtoras em alguns processos, inclusive no da obtenção do Protocolo de Transição Agroecológico, importante para a garantia de que os alimentos ali produzidos sejam livres de veneno ou estejam em processo de alcançar isso. O que aconteceu é que ocorreram alguns desconfortos dentro do Coletivo em decorrência de como a dinâmica do trabalho foi conduzida, causando tensões entre o Coletivo e os estudantes da ESALQ, que após o fato não mais retornaram ao pré-assentamento.

Em 2019, foi possível observar um aumento do número de consumidoras e consumidores por conta das entregas das cestas nas cidades de Campinas e de Limeira. Passaram pelo GCR de Limeira 88 pessoas, sendo 45 por meio do formato de cestas agroecológicas, e cerca de 80 pessoas por meio do GCR de Campinas.

### *Colhendo alguns frutos*

A partir de janeiro de 2020, em Limeira, aconteceu a transição da forma de comercialização dos alimentos: consumidoras e consumidores passaram a receber cestas agroecológicas. Com a pandemia de Covid-19 que nos assolou a partir de março deste ano, alguns aspectos tiveram que ser modificados. A nossa tradicional mesa de quitutes foi suspensa (pelo risco de contaminação, já que as pessoas teriam que ficar sem máscara para comer), restringimos a participação das produtoras nas entregas e começamos a usar máscara, protetor facial e luvas.



Com a pandemia, os prêmios que estavam previstos para as pessoas que colaboraram com a campanha da Kombi, como os cursos e visitas, não aconteceram e não foi possível comprar a Kombi. Em contrapartida, aumentou drasticamente, quase dobrando, o número de pessoas interessadas em participar da iniciativa. Em Limeira, iniciou-se as entregas por delivery, em que todo o valor pago era direcionado para um trabalhador/consumidor parceiro que realizava as entregas.

Em junho, firmamos, via edital, uma parceria de trabalho com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para entregar cestas de alimentos agroecológicos para famílias de dois territórios em situação de pobreza na cidade de Limeira, além de outras duas ações com instituições parceiras para a entrega de cestas agroecológicas também para as famílias em situação de pobreza da cidade de Campinas. Ademais, foram doados alimentos semanalmente para as famílias atendidas pelo CEDECA.

Em 6 de julho de 2020, foi confeccionada uma nova logo para o Coletivo, construída coletivamente com as produtoras, baseada na logo anterior. A ideia de uma nova logo era mostrar a consolidação desta experiência, trazer mais visibilidade nas redes sociais e apresentar, de fato, algo que representasse visualmente a identidade do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira.



Figura 7 – Logo atual do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira, em que há uma mulher olhando para o horizonte, segurando uma cesta repleta de alimentos.

O ano de 2020 foi bastante surpreendente. Em relação à questão financeira, foi o melhor ano para o Coletivo, já que, inclusive, uma “vaquinha” realizada com as consumidoras e os consumidores foi realizada, sendo possível, portanto, remunerar o Coletivo de Produtoras pelas semanas de recesso de final e começo de ano em que não ocorreram as entregas, que denominamos de 13ª Renda. Percebemos que, neste ano, houve uma mudança significativa em relação ao perfil das consumidoras e dos consumidores, visto que moradoras e moradores de Limeira passaram a consumir no GCR, bem como pessoas que já faziam parte de movimentos e coletivos progressistas no município, além de pessoas que nunca tiveram contato com a pauta da Reforma Agrária. Outro ponto importante foi que ampliamos os produtos processados a serem vendidos, incluindo arroz orgânico, café, farinha de milho flocada, sucos, todos produtos oriundos da Reforma Agrária e de outros assentamentos do MST (algo que também agradou consumidoras e consumidores).

Uma das maiores dificuldades deste ano de trabalho foi a ausência de reuniões com o Coletivo de Produtoras - realizamos, no começo da pandemia, algumas reuniões por telefone e, por conta da parceria com a Fiocruz, acabamos realizando algumas reuniões presenciais –, logo, os conflitos entre as produtoras surgiram e se intensificaram sem que conseguíssemos fazer a mediação, gerando desconfortos e brigas, sendo que os principais motivos de tensão foram a qualidade dos alimentos entregues e a discrepância entre as rendas. Outro ponto crucial é que não foi possível realizar os espaços de visitas e de formação com consumidoras e consumidores, para discutir tanto a pauta da Reforma Agrária, quanto às responsabilidades em se consumir de um GCR (o que também ocasionou uma alta rotatividade entre quem consome). Conseguimos atingir cerca de 140 pessoas por mês, entregando alimentos em Limeira e Campinas.

Vale mencionar que a “caixinha” tem sido bastante utilizada pelas produtoras: com ela, é possível realizar a compra coletiva de sementes, mudas, biofertilizantes, esterco e afins. Da mesma forma, ela também funciona como um crédito rotativo para empréstimos individuais, em que cada produtora pode solicitar um valor (acordado de R\$ 200,00 por produtora, mas que é possível negociar, desde que haja a aprovação de todo o Coletivo), comprometendo-se a devolver mensalmente a quantia (que é retirada do seu pagamento).

*Refazendo os canteiros*

Ainda vivendo com a pandemia de Covid-19, mas com um controle maior dos riscos de transmissão e com a possibilidade da vacinação em massa da população, retomamos as reuniões presenciais com o Coletivo de Produtoras. Mantivemos os valores das cestas, as entregas por delivery e a doação de alimentos para as famílias que estavam em situação de risco e eram atendidas pelo CEDECA.

Em fevereiro de 2021, realizamos de forma remota um “Café e Prosa com as Produtoras”, como uma tentativa de “suprir” as visitas que aconteciam no pré-assentamento, para que consumidoras e consumidores conhecessem a realidade do local. Não participaram muitas pessoas, mas foi um importante momento de socialização, mesmo que mediado pelas telas, para as produtoras que estavam há tempos sem contato com os grupos de consumo, pois, nesse período de pandemia, elas não estavam acompanhando as entregas das cestas.

Com o retorno das reuniões de planejamento presencial, com frequência mensal, o foco principal foram as estratégias de ampliação da produção de alimentos, para que assim se pudesse ampliar o número de consumidoras e consumidores nos grupos de consumo de Limeira e Campinas. Isso porque, de 2020 para 2021, tivemos uma queda de cerca de 20/25 pessoas.

Com o Coletivo, também foram realizadas conversas sobre a necessidade da vacinação contra a Covid-19, a fim de explicar a importância disso e tentar combater as fake news que as produtoras estavam recebendo (e que estavam sendo propagadas dentro do pré-assentamento). Além dessas conversas, foi-se compreendendo que o Coletivo de Produtoras foi se tornando um dos únicos grupos organizados pelos ideais do MST e que acabaram assumindo a organização e o cuidado com os espaços coletivos da comunidade.

Um ponto importante do trabalho deste ano foi a tentativa de resolver algumas pendências dos anos anteriores, uma delas, de extrema importância, a compra da Kombi.

Ao longo do ano, fomos buscando kombis que cabiam no orçamento do Coletivo e que tinham todas as especificações necessárias, contudo, os valores estavam bem acima do esperado. Outro ponto importante foram as discussões sobre a regularização do Coletivo e sobre a ampliação dos produtos feitos pelas produtoras para venda, como a criação das cestas de café da manhã, comercializadas no dia das mães.

Nas conversas sobre uma possível regularização do Coletivo, pensando na criação de uma associação ou cooperativa e compreendendo que um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) as auxiliaria na possibilidade de ampliar o escoamento da produção do Coletivo, foi possível redesenhar os acordos coletivos, a divisão de tarefas e reorientar a

organização do trabalho. Sendo assim, toda a venda de produtos processados por elas que ultrapassasse R\$ 100,00 em vendas por ciclo deveria ter um desconto de 6% do valor para ser destinado ao Coletivo, como um fundo de caixa, que seria utilizado para a manutenção da Kombi (ou para completar o dinheiro para a sua compra).

Durante as reuniões, também retomou-se as discussões sobre a possibilidade de entrada de novas produtoras para o Coletivo, uma vez que se compreendeu que, com mais produtoras, haveria mais diversidade de produção, o que atrairia mais consumidoras e consumidores para os grupos de consumo. Ao longo desse processo e após alguns desentendimentos entre algumas produtoras, no primeiro semestre deste ano, uma das produtoras informou seu afastamento do grupo, em decorrência do acúmulo do trabalho com suas filhas durante a pandemia e por conflitos internos (foram realizadas reuniões com o Coletivo a fim de compreender e mediar a situação, que manteve o afastamento da produtora).

Após isso, a discussão sobre a entrada de uma nova produtora no grupo se tornou mais urgente e para viabilizar essa questão, o acordo firmado foi que não aceitariam homens (pelo histórico que tiveram) e que a nova produtora teria que ter participado da primeira formação ofertada pelo MST em 2016. Com esses critérios, elencaram 3 produtoras que os cumpriam, e escolheram uma que todas tinham uma boa convivência prévia. Foram verificadas seu interesse, a forma que plantava e a qualidade de seus alimentos. Após essas conversas e visitas, ela foi convidada a fazer parte do coletivo.

Essa nova produtora foi apresentada aos acordos coletivos de trabalho, bem como ficou estabelecido que ela passaria por um período de teste e de adaptação, e que seriam feitas visitas em seu lote e conversas para verificar como estava o andamento do trabalho. Também foram feitas visitas nos lotes de outras produtoras em que a qualidade dos alimentos estava duvidosa e conversas foram feitas para melhorar essas situações. Contudo, alguns meses e algumas reuniões depois, pelo não cumprimento de alguns combinados, o Coletivo deliberou pela saída dessa nova produtora (foi uma decisão bastante complexa e que ainda rende alguns desentendimentos).

O trabalho em parceria com a ITCP da Unicamp também retomou algumas das atividades presenciais, propondo alguns mutirões para a construção de lagos e de sistemas de irrigação nos lotes das produtoras. Foram feitas algumas visitas pontuais com pessoas que queriam conhecer o Coletivo e o pré-assentamento, assim como a participação das agricultoras em programas de rádio local para divulgação do trabalho realizado.

Neste ano, iniciou-se também uma articulação com consumidoras, consumidores e antigos parceiros do pré-assentamento para auxiliarem no processo de regularização da área, uma vez que, desde o acordo feito entre município e União em 2019, nenhuma movimentação frente a isso aconteceu. Dessa forma, foram realizadas reuniões com uma vereadora do PT de Limeira, que promoveu encontros com representantes do MST da regional Campinas, do pré-assentamento e da prefeitura, nos quais foi informado pela prefeitura que é necessário esperar o INCRA resolver a regularização, pois é responsabilidade dele. Todavia, foram realizadas inúmeras tentativas via telefone e via e-mail de acessar o INCRA e verificar como estava o processo, mas foram em vão, já que não se teve nenhum retorno. Essa vereadora acionou um deputado estadual do seu partido para que ele pudesse entrar em contato com o INCRA, mas não obtivemos nenhum retorno positivo.

Ocorreu a tentativa de expansão da comercialização de cestas em Limeira, em que foi criado um novo ponto para a retirada de cestas, em um bairro oposto da cidade, de forma a atender mais consumidores. Essa experiência durou dois ciclos (cerca de dois meses), tendo a participação de 15 pessoas.

No final de 2021, foi organizada uma reunião com uma deputada estadual do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) na tentativa de articular mais forças políticas para auxiliar no processo de regularização da terra do pré-assentamento Elizabeth Teixeira. Essa deputada se disponibilizou a entrar em contato com o INCRA para marcar uma reunião e verificar a situação, mas também não conseguiu, uma vez que o INCRA foi ainda mais sucateado e a pessoa responsável pelo pré-assentamento não estava mais trabalhando no órgão.

Outro ponto importante foi a comemoração de 5 anos de existência e resistência do Coletivo, superando, inclusive, a expectativa das produtoras. Ao final de 2021, o Coletivo era composto por 6 pessoas, atendendo uma média de 100 famílias mensalmente com suas cestas, assim como a renda mensal das mulheres passou a ter um valor próximo a um salário mínimo.

*E o plantio continua...*

Em 2022, muitas mudanças ocorreram no Coletivo de Produtoras, assim como se intensificou o clima de tensão por ser um ano eleitoral. Logo em janeiro de 2022, foi realizada uma oficina sobre manejo agroecológico na casa de uma das produtoras, em

parceria com a regional Campinas do MST, na qual participaram pessoas do Acampamento Mariele Vive, de Valinhos, o que possibilitou uma aproximação maior com a regional do MST.

Neste ano, foi possível também, após muita procura, comprar a kombi para o Coletivo. Não foi a melhor compra, mas a possível no momento e com a verba disponível, e, desde então, todas as entregas de alimentos realizadas pelo Coletivo, estão sendo feitas com a kombi.

Os valores das cestas também foram alterados, sendo a cesta Estudante ou P, o valor de R\$ 70,00 por ciclo (e a pessoa recebia uma cesta de R\$ 15,00 em alimentos semanalmente); a Trabalhadora ou M, no valor de R\$ 90,00 por ciclo (e a pessoa recebia R\$ 20,00 em alimentos semanalmente); e a Família ou G, no valor de R\$ 110,00 por ciclo (e a pessoa recebia R\$ 20,00 em alimentos semanalmente). Em Campinas, as entregas das cestas tinham frequência quinzenal e em apenas um tamanho, a cesta G.

Em relação ao trabalho desenvolvido em parceria com a ITCP, em que estavam construindo os lagos e os sistemas de irrigação, algumas dessas demandas foram supridas.

A irrigação foi concluída, ainda sendo necessários alguns reparos e manutenções, por outro lado, os lagos e os sistemas de irrigação não foram concluídos, pois a verba disponibilizada não foi suficiente, o que acarretou diversos conflitos e divergências entre o Coletivo e as instituições parceiras, mas que têm sido trabalhadas.

As articulações tanto de Limeira quanto de Campinas também sofreram algumas mudanças. Muitas pessoas que acompanhavam as articulações mudaram de cidade e novas pessoas passaram a auxiliá-las, contudo é necessária uma nova construção de vínculo com o Coletivo e com consumidoras e consumidores. O número de pessoas consumindo também diminuiu, principalmente em Campinas, praticamente pela metade (oscilação de 25 a 30 pessoas), enquanto, em Limeira, manteve-se, ao longo do ano, a mesma quantidade (entre 40 e 42 pessoas).

Ocorreu também a organização de algumas moradoras e moradores que, com o auxílio de uma advogada, entraram com pedido na justiça para reivindicar o direito à energia elétrica no pré-assentamento. Em outubro de 2022, saiu uma reportagem dizendo que a justiça ordenou que a empresa realizasse os procedimentos necessários para que todas as casas passassem a receber energia elétrica.

Outro ponto importante dos trabalhos realizados foi a articulação realizada com a equipe de assessoria da então candidata à deputada pelo PSOL Sônia Guajajara (que posteriormente assumiu o cargo de Ministra dos Povos Indígenas). Limeira, no caso, o

pré-assentamento Elizabeth Teixeira, foi o local de abertura da Caravana da Terra, que iniciou a pré-campanha eleitoral de Sônia. Foi um momento muito importante para o reconhecimento da existência do Coletivo, além da possibilidade de que as produtoras contassem a sua história e estabelecessem parcerias no auxílio para a regularização do local.



Figura 8 - Abertura da Caravana pela Terra, evento organizado por Sônia Guajajara (PSOL) com a presença do Coletivo de Produtoras e da articulação de Limeira.

Ainda sobre as parcerias, também foi realizada uma reunião entre Coletivo e partidos políticos de esquerda da região para construir pontes e expandir o trabalho realizado no pré-assentamento. Desse grupo, saíram pessoas interessadas em realizar diversos trabalhos em parceria com o Coletivo de Produtoras.

O Coletivo também passou a comercializar alimentos em duas feiras da cidade de Limeira e, semanalmente, nos dois campus da UNICAMP no município, assim como também participou de eventos pontuais de venda de alimentos em Limeira e Campinas, além da participação em eventos acadêmicos, a fim de compartilhar suas experiências enquanto produtoras rurais sem-terra.

Em 16 de outubro, foi realizado a comemoração do aniversário de 6 anos de existência e resistência do Coletivo de Produtoras, na qual fizemos visitas aos lotes e um almoço agroecológico, em que foi possível contar a história do pré-assentamento e do Coletivo, assim como aproximar consumidoras, consumidores e demais pessoas interessadas na proposta do Coletivo. Foi um dos maiores eventos organizados por esse

grupo dentro do pré-assentamento. Também ocorreram outras visitas em parcerias com outros grupos e instituições para conhecerem o pré-assentamento.

Neste ano, a articulação de Limeira não conseguiu acompanhar sistematicamente o Coletivo, auxiliando no que era necessário de forma remota. Paralelamente a isso, cerca de 80 famílias foram atendidas com as entregas das cestas nos grupos de consumo de Limeira e de Campinas.



## 2. A Economia Solidária como horizonte para o trabalho do Coletivo de Produtoras

Elizabeth Teixeira

“O que queremos é um convívio sem dominante e nem dominado, com complementação e nunca exploração, cultivando relações colaborativas, coletivas, reestruturando a noção de poder e direcionando nosso pensamento para a igualdade política econômica e social” (Joênia Wapichana).

Considerando a Economia Solidária como o sul que guia as concepções para que o trabalho com o Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira se desenvolva, tomaremos a obra de Paul Singer como a referência principal para compor essa conversa. A Economia Solidária é um conceito desenvolvido recentemente, mas as práticas de enfrentamento ao modelo de produção capitalista são bastante antigas.

Na tentativa de identificar as origens históricas da Economia Solidária, Paul Singer (2002) aponta que seu nascimento se dá logo após a “consolidação” do capitalismo industrial, decorrente da situação em que se encontravam as artesãs e os artesãos, como uma reação “ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção” (SINGER, 2002, p. 24).

Paul Singer (1998) aponta que

Atingida em sua base existencial, a classe operária, reage em três níveis distintos ao avanço do modo de produção capitalista: 1. opondo-se ao industrialismo em si, em nome dos direitos adquiridos e dos fundamentos tradicionais do antigo regime; 2. somando-se à luta pela democracia, em grande medida impulsionada pela Revolução Francesa; e 3. desenvolvendo formas próprias, potencialmente anticapitalistas, de organização social – o sindicalismo – e de organização da produção e distribuição – o cooperativismo. É importante sublinhar que neste período – 1780/1880 – as reações da classe operária são principalmente protagonizadas pelos trabalhadores qualificados, seus ideólogos, líderes políticos, sindicais e cooperadores (p. 68).

Esse trecho pode nos indicar o caráter de resistência advindo das trabalhadoras e trabalhadores frente ao processo de industrialização, que ocorreu logo após a 1ª Revolução Industrial, na Grã-Bretanha. Nesse contexto, foi necessário que as pessoas passassem a ocupar cargos de trabalho nas fábricas, de modo que camponesas e camponeses se convertessem no proletariado moderno: em trabalhadoras e trabalhadores de fábricas. Em decorrência do processo de industrialização, artesãs e artesãos tiveram

que se adaptar a esse novo modelo de organização social e de trabalho. Foi neste mesmo período que crianças passaram a ocupar cargos de trabalho nas fábricas, por necessidade de geração de renda para as famílias e de força de trabalho fabril.

Todavia, Robert Owen, expoente do socialismo utópico, no século XIX, resolveu limitar a jornada de trabalho e proibir o emprego de crianças nas fábricas. Sua proposta se deu por meio da construção de escolas para que as crianças pudessem ter um local onde ficar. Owen entendia que a diminuição da carga horária de trabalho geraria mais produtividade a longo prazo, uma vez que trabalhadoras e trabalhadores poderiam dispor de um maior tempo de descanso. Singer (2002) aponta em seu livro que “visitantes do mundo inteiro vinham a New Lanark tentar decifrar o mistério de como o dinheiro gasto com o bem estar das trabalhadoras e dos trabalhadores era recuperado sob a forma de lucro, ao fim de cada exercício” (p. 25).

Vivia-se o contexto pós Revolução Francesa, momento no qual um turbilhão de acontecimentos políticos, sociais, culturais e econômicos eclodiram. Naquele período, a economia britânica estava caindo em profunda depressão, decorrente da queda da demanda do mercado bélico (SINGER, 2002) após o término das guerras napoleônicas que perturbaram o continente europeu. Sendo assim, com o país vivendo a recessão, não havia emprego para todo mundo, ou melhor, não seriam todas as pessoas que seriam absorvidas por esse modelo de trabalho fabril.

Owen (1817) avaliava a necessidade de inserir trabalhadoras e trabalhadores no mercado para poderem gerar lucro e consumir (o que contribui para a manutenção da economia local), dessa forma ele propõe a criação das Aldeias Cooperativas, local onde as pessoas trabalhariam e morariam; seria um campo de indústria, onde viveriam até 1200 pessoas; o excedente produzido poderia ser trocado entre as aldeias (a proposta de Owen era a de que os fundos para os pobres fosse utilizado para a criação dessas aldeias em vez de serem distribuídos, pensando, assim, a longo prazo, dissipar essa desigualdade existente). Dessa forma, Singer (2002) aponta que

O raciocínio econômico de Owen era impecável, pois o maior desperdício, em qualquer crise econômica do tipo capitalista (devida à queda da demanda total), é a ociosidade forçada de parte substancial da força de trabalho. Há um efetivo empobrecimento da sociedade, que se concentra nos que foram excluídos da atividade econômica. Portanto, conseguir trabalho para eles é expandir a criação de riqueza, permitindo a rápida recuperação do valor investido (p. 26).

Todavia, a proposta de Owen estava além do seu tempo e não foi aprovada pelos políticos da época, uma vez que ela se propunha a mudar a lógica do sistema capitalista, o que não os agradou.

Em relação às formas coletivas de organização do trabalho, o sindicalismo e as aldeias cooperativas surgiram praticamente juntas no território britânico, graças à revogação da lei do *Combination Acts*, que tratava da proibição de qualquer tipo de organização entre trabalhadoras e trabalhadores. Após sua revogação, em 1824, há o surgimento de novos sindicatos e das cooperativas, extremamente ligadas à luta de classes (SINGER, 2002).

A primeira cooperativa que se tem registro foi a de jornalistas e gráficos em Londres, criada por George Mundie, sendo o *The Economist* o primeiro jornal produzido de forma cooperada, que formava o *London Co-operative Society*. Singer (2002) aponta que

A criação desse tipo de cooperativa, estreitamente ligada à luta de classes conduzida pelos sindicatos, conferia a essa luta uma radicalidade muito maior. Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhoria salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariamento, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão (p. 29).

Dessa forma, Singer (2002) descreve que, ainda em seu berço, a proposta do cooperativismo vai dando seus primeiros passos indicando que a sua proposta se ancora em um “modo de produção alternativo ao capitalismo” (p. 33). Aponta ainda que essa origem da economia solidária deixa em evidência sua forte ligação com “a crítica operária e socialista do capitalismo” (p. 35).

Além das propostas de Owen, ocorreu também a experiência francesa de Fourier, que propôs o falanstério, que seria uma comunidade com até 1800 pessoas que se dedicariam à atividade que fossem “apaixonados”, que tivessem prazer em realizar, sem necessariamente se preocupar com a remuneração. Mas, a sua proposta não era coletivista, ainda preservava a propriedade privada e a liberdade individual de mudar de trabalho. Todavia, propunha uma renda mínima para toda a comunidade, incluindo aqueles que quisessem trabalhar nas tarefas desejadas, bem como aqueles que não pudessem ou não quisessem trabalhar. Segundo Singer (2002), a proposta de Fourier é uma variedade do socialismo de mercado, contudo apresenta uma discussão importante: “[...] para que a liberdade humana culmine na paixão pelo trabalho é necessário que ninguém dependa

dele para viver, o que requer nessa uma renda cidadã que garanta a todos uma sobrevivência digna” (p. 37).

Foi a partir da necessidade de geração de renda que a Economia Solidária surgiu. As primeiras experiências registradas, como apontado por Singer (2002), foram as Cooperativas de Consumo, responsáveis pela difusão do cooperativismo na Europa (em meados do século XIX), sendo um dos seus maiores expoentes a Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, a mãe de todas as cooperativas que, em sua fundação, contava com 28 operários. A iniciativa dos Pioneiros era de uma co-gestão, uma vez que a administração era feita por representantes dos acionistas (que não trabalhavam na cooperativa) e das trabalhadoras e dos trabalhadores dela. O grande sonho dos Pioneiros era tornar a cooperativa uma colônia comunista.

Inspirados na proposta de Rochdale, após seis anos, surgiram as Cooperativas de Crédito e Cooperativas de Crédito Rural. O objetivo era guardar e aplicar valores, além de realizar empréstimos — financiados por ricos que o faziam em nome da filantropia. A taxa de juros aplicada era baixa para que artesãs, artesãos, operárias e operários pudessem investir em suas produções e, conseqüentemente, quitar o valor devido (Singer, 2002).

Outra experiência que podemos destacar é o “Banco do Povo”, que se baseava na autogestão, em que a autoridade suprema é da assembleia de sócias e sócios (todas e todos têm direito a um voto), da qual se elege um conselho de supervisão e este escolhe uma executiva (presidente, secretário e tesoureiro). Singer (2002) pontua que “[...] a cooperativa de crédito *não é um intermediário financeiro*, como o são os bancos e as companhias de seguro, por exemplo, mas uma associação de pequenos poupadores que se unem para potencializar seus acessos a crédito mediante a financiamento mútuo” (p. 67, grifos do autor). Uma proposta que se baseia na possibilidade das trabalhadoras e dos trabalhadores conseguirem “crédito” para poder estruturar seus trabalhos.

Já as Cooperativas de compra e venda se baseiam em “associações de pequenos e médios produtores que procuram ganhos de escala mediante a unificação de suas compras e/ou de suas vendas” (SINGER, 2002, p. 83) e têm seu maior expoente nas cooperativas agrícolas, que não necessariamente seguem a lógica da Economia Solidária. Ademais, há as Cooperativas de Produção, que consistem na produção de bens e serviços a serem vendidos no mercado, a exemplo a cooperativa dos jornalistas londrinos, que se apresentam como o protótipo da empresa solidária. Outro exemplo desse tipo de organização são as empresas em vias de falência que são transformadas em cooperativas e que tiveram seu marco na América Latina por volta dos anos de 1978.

Estas experiências se propunham a viabilizar novas formas para se realizar os trabalhos e, sobretudo, estabelecer relações de trabalho bastante distintas das instituídas pelo modelo fabril capitalista. Propunha-se, então, a organização de coletivos de trabalhadoras e trabalhadores, como artesãs e artesãos, produtoras e produtores rurais, além de comerciantes que se juntavam para produzir e vender seus produtos, de forma que pudessem gerar renda para si mesmos e não para terceiros.

Entretanto, graças às conquistas do movimento operário, com a condição de pleno emprego nos países centrais nas décadas de 1940 à 1970, segundo Singer (2002), houve um desinteresse pela economia solidária. Ou seja,

Em vez de lutar contra o assalariamento e procurar uma alternativa emancipatória ao mesmo, o movimento operário passou a defender os direitos conquistados e sua ampliação. Os sindicatos tornaram-se organizações poderosas, cuja missão passou a ser a defesa dos interesses dos assalariados, dos quais o mais crucial é conservar o emprego. Por meio do emprego os trabalhadores alcançam uma espécie de cidadania “social”, que compensaria a posição subordinada e alienada que ocupam na produção (p. 110).

Mas é a partir da segunda metade dos anos 1970 que o desemprego volta a aumentar. Isso ocorre devido à mudança das indústrias para países onde as conquistas do movimento operário ainda não haviam sido consolidadas. Foi nesse período que a economia solidária ressurge em vários países de forma repaginada, “*O que distingue este ‘novo cooperativismo’ é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento*” (SINGER, 2002, p. 111, grifos do autor).

No Brasil, há influência de diferentes formas de organização autogestionadas nas experiências de Economia Solidária. Segundo Singer (2014), a expansão ocorreu por volta das décadas de 1970 e 1980, seguindo o mesmo fluxo que grande parte da Europa, das Américas, da Ásia e da África. Em sua análise, Singer (2014) parte da premissa de que a Economia Solidária se lança como uma prática econômica em resposta ao agravamento da crise econômico-financeira da época.

Da mesma forma, Eneida Santiago e Silvio Yasui (2015) informam que, no Brasil, foi a partir de 1980 e 1990 que a Economia Solidária se fortaleceu, por conta da efervescência de vários movimentos e iniciativas populares – decorrentes dos anos de crise, de alta de inflação, de desemprego, de instabilidade, de flexibilização e de terceirização – contexto este que propiciou um terreno fértil para a eclosão de novos

modelos para se pensar e se fazer economia. Compartilhando deste mesmo pensamento, Cris Andrada e Egeu Esteves (2017) apontam que a Economia Solidária surgiu no Brasil em meio a uma das crises sistêmicas do capitalismo, como um movimento de resistência às consequências dessa crise.

Singer (1998) aponta dois pontos cruciais na história que possibilitaram a reformulação da economia solidária: a crise dos estados do “socialismo realmente existente” (da antiga União Soviética em relação à ditadura do proletariado) e o semi fracasso dos governos dos partidos social-democratas, que atenuaram de forma bastante tímida os efeitos do neoliberalismo por meio de algumas políticas sociais.

A proposta da Economia Solidária apresentada por Singer (2002) parte do princípio de que é por meio das contradições inerentes ao capitalismo que se oportuniza o desenvolvimento e a criação de novas formas de organização e produção opostas ao modelo vigente.

Dessa forma, o movimento da Economia Solidária no país teve forte apoio da Igreja Católica, por meio da Conferência Nacional de Bispos do Brasil, a CNBB, em que eram financiados pequenos Projetos Alternativos Comunitários, denominados de PACs - para gerar trabalho e renda para os pobres moradores das periferias das grandes cidades. Essas PACS, ao longo do tempo, foram se tornando unidades de economia solidária. O autor menciona também os PACS criados em assentamentos rurais do MST (Singer, 2002).

No que diz respeito às aproximações da Economia Solidária com o MST, o movimento, em seu projeto para a realização da Reforma Agrária, aponta a importância das cooperativas para a organização da luta, principalmente no que tange às cooperativas de produção e de comercialização de alimentos por meio de seus assentamentos. No documento “A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST”, de 1999, é exposto o Sistema Cooperativista dos Assentados, o SCA, que surgiu como uma possibilidade para estimular e aumentar as potencialidades de produtividade e comercialização nos assentamentos (assim como uma possibilidade para o fortalecimento e criação de grupos dentro dos assentamentos). O MST também passou a compreender qual é o tipo de cooperação que o movimento preza, avaliando as experiências que haviam acontecido até então.

Unindo os ideais da cooperação com os da luta pela Reforma Agrária, a proposta inicial se baseava em organizar os trabalhos de forma mais coletivizada, proporcionando:

maior divisão do trabalho; maior acesso à terra e distribuição dela; compra coletiva de maquinários; uso comunitário de equipamentos e de armazéns, dentre outras questões.

A proposta inicial nos primeiros documentos era que as Cooperativas Centrais da Reforma Agrária, as CCA, fossem uma forma de articular as experiências de cooperação e associativas dentro dos assentamentos para que assim pudesse se pensar na criação e construção de um sistema alternativo que possibilitaria um desenvolvimento mais rápido das famílias assentadas pelo MST, visando não apenas um desenvolvimento econômico, mas também um fortalecimento comunitário.

Dentro dessa concepção das CCA e dos SCA, as propostas de geração de trabalho e renda seriam uma forma de propiciar espaço para que acontecesse a transformação da consciência individual em consciência coletiva revolucionária, pois compreendia-se a necessidade das camponesas e camponeses se adentrarem na luta com as demais trabalhadoras e trabalhadores de outras categorias. Ou seja, caberia ao movimento realizar o trabalho político ideológico com assentadas e assentados, enquanto o SCA teria como foco a formação técnica sobre a questão da produção e comercialização de alimentos, e seria com essas duas frentes atuando em conjunto que os ideais da Reforma Agrária se expandiriam.

É a partir dessa noção de cooperação que o MST coloca um papel fundamental nessa forma de organização, uma vez que evidencia o seu caráter de resistência ao modelo capitalista de produção, destacando, inclusive, que as trabalhadoras e os trabalhadores do campo são uma força social imprescindível para a transformação da sociedade (o que denota o caráter político e de classe das cooperativas como um processo gradativo para a mudança da sociedade). Dessa forma, é possível compreender que, para o MST, a cooperação é uma forma de organizar a luta, é um instrumento de luta com função pedagógica para a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores (assim como também foi proposto por Singer). Ou seja,

Buscar uma cooperação que traga: Desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade. Para isto, deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e resistir ao capitalismo (p. 20).

Compreende-se que a cooperação é um meio para que se atinja o objetivo final, que é a transformação da sociedade. Dessa maneira, a proposta de SCA do MST pode se

aproximar da concepção de Economia Solidária de Singer, ao se colocar como uma oposição possível dentro do capitalismo, não para superá-lo imediatamente, mas para a formação de quadros de lideranças que auxiliarão na transformação social, além da possibilidade de geração de trabalho e renda para as pessoas.

Contudo, ao massificar as experiências de cooperativas para apenas um modelo, o MST encontrou um conflito interno em que a organicidade do movimento passou a se dar por meio das cooperativas e não pela cooperação, pois foi se consolidando que a cooperação era sinônimo de cooperativa, ou a única via para se fazer isso. As cooperativas foram se tornando apenas instrumentos de trabalho, com foco econômico, estando aquém nas formações político-ideológicas e acarretando o esvaziamento da função pretendida, a transformação social.

Retomando Singer (2002), ele nos aponta que

[...] a reinvenção da economia solidária não se deve apenas aos próprios desempregados e marginalizados. Ela é obra também de inúmeras entidades ligadas, ao menos no Brasil, principalmente à Igreja Católica e a outras igrejas, a sindicatos e a universidades (p. 112-113).

O autor cita também a importância da criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária, a ANTEAG, em relação aos trabalhadores das fábricas ocupadas; e a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo, conhecida como UNISOL, para a expansão do debate das experiências baseadas na lógica da Economia Solidária.

Outrossim, conforme já apontado acima, a Economia Solidária parte, então, do princípio democrático, a partir de um sistema no qual todas as pessoas possam ser donas do seu trabalho, ou do empreendimento em que trabalham, e que possam ter o controle desses meios de produção e façam uso coletivo desses meios. Desse modo, Singer (2002) aponta que

Há, no entanto, uma outra alternativa. A economia solidária é ou poderá ser *mais do que mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto



produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma *vida melhor* (p. 114, grifos do autor).

Para se pensar a Economia Solidária como “uma alternativa superior ao capitalismo”, como apontada por Singer (1998), é necessário, portanto, que ela crie sua própria dinâmica e forma de existir, diferenciando-se das formas impostas pelo modo hegemônico de produzir economia, podendo pautar as questões e as contradições existentes dentro do modelo econômico capitalista.

## **2.1 Uma economia que se propõe a ser melhor que a vigente: a questão de raça, classe, gênero e saúde em debate**

Partindo do pressuposto de que a Economia Solidária deve se colocar como uma nova forma de organização das relações de trabalho e de se fazer economia, Singer (2006) aponta que

A economia solidária deve ser um outro espaço livre para a experimentação organizacional, porque só a tentativa e o erro podem revelar as formas organizacionais que combinam o melhor atendimento do consumidor com a auto-realização do produtor. Se estas formas organizacionais forem encontradas – e certamente serão muito diferentes da empresa capitalista, haverá uma boa probabilidade de que elas sejam a semente de um novo modo de produção (p. 125).

Nessa perspectiva, a partir dos princípios da cooperação, da solidariedade, da autogestão, da sustentação econômica e da sustentabilidade ambiental, é que essas experiências devem se pautar. Dessa forma, é necessário que essa outra economia se proponha a ser, como apontada por Singer (2002):

- cooperativa: em que todas as pessoas envolvidas possam se beneficiar das ações realizadas pelo coletivo;
- solidária: onde todas as pessoas envolvidas possam se sentir pertencentes ao grupo, de forma que compreendam e reconheçam que todas e todos são importantes e responsáveis pelos processos de trabalho, ou seja, que haja uma responsabilidade recíproca;
- autogestionária: propõe-se uma gestão coletiva em que todas as tomadas de decisões sejam realizadas de forma autônoma e coletiva, em que trabalhadoras e

trabalhadores, iguais em voz e direitos, possam decidir sobre todas as questões relacionadas ao empreendimento;

- sustentável economicamente: que o valor arrecadado pelo empreendimento possa ser justo para quem produz e para quem consome, de forma que o empreendimento possa continuar existindo e produzindo;
- sustentável ambientalmente: que os materiais e recursos utilizados pelos empreendimentos contribuam com os 5R (reduzir, reciclar, reutilizar, recuperar e repensar), tendo em vista o equilíbrio ambiental.

Toma-se a liberdade em inserir nessa discussão dois pontos acerca da criação/desenvolvimento de uma outra forma de se fazer economia. A discussão acerca das mulheres no mundo do trabalho, em específico na Economia Solidária, uma vez que a opressão causada pelo patriarcado e aperfeiçoada pelo capitalismo, continua presente no cotidiano das pessoas. Nesse viés, é necessário considerar a saúde da trabalhadora e do trabalhador, de forma integral, tendo em vista que o trabalho calcado pela égide do capitalismo tem se apresentado como um dos maiores causadores de sofrimento e/ou adoecimento.

Assim sendo, ao se pensar um novo modelo de trabalho, é fundamental que este tenha ainda como pilar o enfrentamento de todas as formas de opressão, principalmente de gênero e de raça, além da possibilidade de produção de saúde e não de sofrimento e/ou adoecimento.

### **2.1.1 Classe, Raça e Gênero na Economia Solidária**

[...] a mulher representa, de modo geral, o “anticapitalismo”, quer pela sua maior pertinência às esferas econômicas presas a modos de produção não dominantes, quer por sua socialização em desacordo com a consecução dos alvos culturais postos pelas sociedades de classes, quer ainda por sua remota vinculação com a civilização individualista das sociedades competitivas (SAFFIOTTI, 1969/2013, p. 34).

Iniciando, então, a questão das mulheres na Economia Solidária, parte-se do princípio de que, segundo apontado por Maria Amélia Telles (2006), a desvalorização da mulher, a partir da cultura patriarcal, legitimou a dominação masculina, pelos mecanismos de controle exercidos por esta mesma cultura. Assim, nessas relações desiguais, a questão de gênero ganha relevância e amplitude por configurar “um conceito

político, segundo o qual o poder, as decisões e os privilégios encontram-se nas mãos dos homens” (TELES, 2006, p. 47), atribuindo à mulher um lugar de sujeição, uso e dominação.

Vale aqui uma explicação acerca do conceito de gênero, que surgiu enquanto um conceito na década de oitenta, em decorrência da utilização nos estudos acadêmicos permeados por discussões feministas. Isso porque, nessas discussões, percebeu-se a fragilidade dos termos “mulher” ou “mulheres”, que traziam em seu bojo a legitimação apoiada no corpo biológico. Todavia, Joan Scott (1990) e Helleith Saffioti (2015) apontam que a categoria gênero buscaria dar conta de relações socialmente constituídas no que diz respeito ao que são considerados gêneros feminino e masculino, suas variações e hierarquização social com base no patriarcado, no sexismo, na classe social e na raça-etnia.

As pesquisadoras Arruza, Bhattacharya e Fraser (1979) apresentam a existência não apenas do patriarcado, mas de um patriarcalismo. Este seria a aliança entre o patriarcado e o capitalismo, pois, em suas diferentes formas e culturas, o patriarcado sempre esteve presente na sociedade, a questão é que, com o advento do capitalismo, a forma de organização e estruturação desse patriarcado foi se modificando e também aprimorando suas formas de opressão. Ou seja, “o que é menos amplamente compreendido é que sociedades capitalistas também são, por definição, a origem da opressão de gênero. Longe de ser ocidental, o sexismo está entranhado em sua própria estrutura” (51). bell hooks (1952/2020), por sua vez, vai apontar que o patriarcado é a expressão do sexismo institucionalizado.

Assim como exposto por Telles (2006) e por Arruza (2015), o capitalismo é compreendido como uma totalidade que abarca em si as relações de gênero, em que o que vai diferenciar as mulheres dos homens é o papel que elas essencialmente cumprem na reprodução social da vida. Vale a afirmação de que

Como feministas, reconhecemos que o capitalismo não é apenas um sistema econômico, e sim algo maior: uma ordem social institucionalizada que abrange relações aparentemente não econômicas e práticas que mantêm a economia oficial. Por trás das instituições oficiais do capitalismo - trabalho assalariado, produção, troca e sistema financeiro - estão os suportes que lhes são necessários e as condições que as possibilitam: famílias, comunidades, natureza; estados territoriais, organizações, políticas e sociedades civis; e, em especial, enormes quantidades e múltiplas formas de trabalho não assalariado e expropriado, incluindo muito do trabalho de reprodução social, ainda executado predominantemente por mulheres e muitas vezes sem

compensação. Esses também são elementos constitutivos das sociedades capitalistas – e lugares de luta em seu interior (ARRUZA, BHATTACHARYA e FRASER, 1979, p. 102).

bell hooks (1952/2020), ao falar sobre a luta das mulheres, aponta dois direcionamentos: uma vertente que diz respeito ao que ela denomina de pensadoras revolucionárias, aquelas que lutavam (e lutam) não apenas para alterar o sistema vigente (no caso, o capitalismo) para que as mulheres tivessem acesso a mais direitos, mas, sobretudo, para transformar esse sistema e, conseqüentemente, acabar com o patriarcado (que auxilia na sua sustentação); já a outra vertente diz respeito às pesquisadoras que lutam pela igualdade de gênero partindo de uma lógica reformista do sistema, que, em sua maioria, não consideram o debate de classe e raça, o que Hooks (1952/2020) compreende que não traria resultados efetivos para um problema que é estrutural.

Em relação à Economia Solidária, Carolina Orquiza Cherfem (2014), em sua tese de doutorado, aponta que as mulheres são a maioria em sua construção, todavia ainda não estão em pé de igualdade com os homens no quesito participação. Isso pode ser em decorrência do pouco reconhecimento acerca da divisão sexual do trabalho, que ainda tem colocado, ou melhor, faz com que as mulheres permaneçam na execução de trabalhos denominados e determinados como femininos, principalmente no que diz respeito ao trabalho doméstico e de reprodução. Cherfem (2014) afirma que

Um debate central para a construção do feminismo dentro da Economia Solidária é o questionamento e o rompimento com a divisão sexual do trabalho. Para isto é preciso ampliar o conceito de trabalho e compreender que as chamadas esferas da produção e da reprodução, não são separadas e independentes. Pelo contrário, são esferas articuladas (p. 43).

A autora afirma que é a partir do exposto na Carta das Mulheres da Economia Solidária, apresentada na V Plenária de Economia Solidária, que a ligação direta entre a luta feminista e a Economia Solidária se consolidou por meio da proposta de autogestão. Isso porque a autogestão permite e garante a participação das mulheres nas esferas de decisão, bem como nas de participação política dos empreendimentos econômicos solidários, possibilitando assim a construção da autonomia dessas mulheres. Federici (2019) descreve que a autogestão sempre fez parte da vida das mulheres, uma vez que essa sempre foi a forma de organização utilizada por elas no trabalho doméstico. A autora ainda afirma que “[...] o poder das mulheres não vem de cima, concedido por instituições

globais como as Nações Unidas, mas que deve ser construído de baixo para cima, pois apenas pela auto-organização as mulheres podem revolucionar a própria vida” (p. 191). Dessa forma, a autogestão e a auto-organização das mulheres é o ponto de ruptura central para essa proposta.

Ao se falar sobre a organização de mulheres e sua importância, Hooks (1952/2020) aponta que a sororidade deve ser compreendida como uma solidariedade entre as mulheres, em que “a sororidade feminista está fundamentada no comprometimento compartilhado de lutar contra a injustiça patriarcal, não importa a forma que essa injustiça toma” (p. 36). Pensando, então, nas injustiças provocados por esse modo de produção vigente, as mulheres e os coletivos de mulheres se unem a partir de um ponto em comum dentro da Economia Solidária: a importância e a necessidade de um trabalho que possa considerar as particularidades que possuem enquanto mulheres, mas também como mulheres da classe trabalhadora, e, por fim, enquanto mulheres negras da classe trabalhadora.

Ao se pensar em mulheres trabalhadoras da Economia Solidária, fazemos um paralelo com o que bell hooks (1952/2020) afirma em relação à luta de classe feminista. O movimento feminista sempre tentou pautar as mulheres trabalhadoras e a luta de classe, mas havia questões envolvendo o tema (principalmente sobre as hierarquizações de classe dentro do movimento), pois as mulheres, em sua maioria brancas, que não estavam inseridas no mundo do trabalho, questionavam a necessidade de se inserirem nele, enquanto a maioria das mulheres da classe trabalhadora e negras já estavam inseridas, ganhando salários baixos, precarizados e ainda tendo toda a responsabilidade do trabalho doméstico. Com seu privilégio de classe, algumas mulheres achavam que o trabalho poderia libertá-las, fato que as trabalhadoras já assinalavam que não era real.

Miriam Nobre (2003) discute uma economia feita por mulheres, para mulheres e com mulheres, partindo do princípio de que durante todo esse tempo, as mulheres foram colocadas em condição de subalternização e de não reconhecimento do seu protagonismo nas estruturas que fazem a manutenção da economia hegemônica (por meio do trabalho doméstico e de reprodução). Dessa maneira, as discussões sobre uma Economia Feminista se iniciam a partir da reivindicação da dimensão do trabalho não monetizado realizado pelas mulheres.

Para Nobre (2003) uma outra economia é necessária pois

As experiências alternativas de geração de renda surgem para as mulheres como possibilidade de acesso à propriedade dos meios de produção mediante a propriedade coletiva, e à remuneração; principalmente como a oportunidade de vivenciar outra relação de trabalho baseada no companheirismo, na gestão democrática (p. 208).

Desse modo, para que se possa discutir a possibilidade de trabalhos emancipados para as mulheres, de forma efetiva, Nobre (2003) aponta três esferas que devem ser consideradas: a primeira é a divisão sexual do trabalho e ampliação da noção de trabalho, visto que há a necessidade de efetivamente ocorrer as divisões das tarefas domésticas e de cuidado entre homens e mulheres, ou ainda dessas dimensões serem consideradas ao se discutir as jornadas de trabalho das mulheres; a segunda diz respeito à produção e reprodução dos trabalhos, uma vez que, pelas mulheres assumirem a maior ou toda a carga do trabalho doméstico e de cuidado, muitas delas optam por trabalhos na lógica da Economia Solidária, porque permitem essa flexibilidade (em poder realizar essas tarefas domésticas e também trabalhar nos empreendimentos) e uma compreensão das companheiras de trabalho frente a possíveis adversidades; e a última esfera possui relação com a desnaturalização da economia capitalista e patriarcal, que ocorre quando se possibilita colocar em discussão a desnaturalização de “escolhas cotidianas sobre o que comemos, o que vestimos, de quem compramos” (p. 9), isto é, colocar em questão a discussão sobre a possibilidade de se poder escolher o que consumir e de quem comprar.

Pensando, então, em como a Economia Solidária poderia se consolidar como uma alternativa de trabalho superior ao sistema hegemônico, emprestamos de Federici (2019) a seguinte citação

Hoje, a maioria das mulheres sabe o que algumas de nós sabíamos quando o movimento começou, que o trabalho não iria necessariamente nos libertar, mas esse fato não muda a realidade de que a autossuficiência é necessária para a libertação das mulheres. Quando falamos em autossuficiência como libertadora em vez de trabalho, precisamos dar o próximo passo e falar qual tipo de trabalho é libertador. Claramente, empregos com melhor remuneração e horários flexíveis tendem a oferecer mais liberdade às trabalhadoras (p. 83).

Não apenas trabalhos flexíveis e com melhores condições de remuneração, mas também que a voz, sabedoria e conhecimento das mulheres sejam ouvidas e reconhecidas, que possam expressar e construir caminhos e soluções para uma lógica de trabalho que as

considere em suas singularidades, sonhos e desejos, um trabalho que seja gestado, gerado e alimentado por mulheres, com mulheres e para mulheres.

### **2.1.2 Saúde e Economia Solidária**

Em relação à questão da saúde da trabalhadora e do trabalhador, ao considerarmos as bases dos preceitos da Saúde Coletiva e da Medicina Social Latino Americana (ASA LAURELL e NORIEGA, 1989), a questão da saúde se constitui neste campo conflitivo do mundo do trabalho, no qual o conceito saúde aparece como um processo histórico e social.

A produção social da saúde e/ou adoecimento segue o curso das tensões entre, de um lado, as exigências dos processos de produção e de valorização sobre o corpo e a mente das trabalhadoras e trabalhadores e, de outro, uma grande variedade de reações das trabalhadoras e dos trabalhadores a tais exigências, tanto individual, como coletivamente (COUTINHO, et al, 2017).

Neste campo, a saúde da trabalhadora e do trabalhador compreende o reflexo das formas de organização, divisão social do trabalho, da divisão sexual do trabalho, valorização da categoria, relacionando o processo saúde-doença às implicações históricas (COUTINHO, et al, 2017). A saúde da trabalhadora e do trabalhador se pauta em identificar as condições e formas de organização do trabalho que se apresentam danosas, a fim de denunciá-las e/ou buscar transformá-las.

Para essa discussão, parte-se, então, da compreensão, assim como aponta Dimenstein et al. (2016), acerca do papel fundamental que as injustiças sociais vivenciadas atualmente possuem no debate sobre os processos de saúde e doença. Nessa perspectiva, o conceito de saúde não é algo fixo, constante, cristalizado, mas é ação, é movimento, é mudança. Ou seja, compreende-se a

[...] saúde como fenômeno processual e histórico, mais que isso, de ordem experiencial e indissociável do contexto social, o que confere relevo à produção subjetiva, consideradas as condições materiais da existência nas quais essa subjetividade emerge. [...] saúde se inscreve numa perspectiva crítica e hermenêutica, desse nosso “estar em circulação no mundo” e com os outros (Dimenstein et al., 2016, p. 123).

Dessa maneira, é possível se discutir a concepção de saúde por meio de um prisma dialético, assim como aponta Laurell e Noriega (1989), quanto a necessidade de “[...]”

entender e analisar a saúde-doença enquanto processo social” (p. 21). A saúde passa a ser compreendida nesse projeto como um processo, uma produção social, cultural, econômica e política, que está além do processo saúde-doença. Belarmino et al (2016) apontam que é fundamental compreender que a saúde humana necessita de um olhar interdisciplinar em relação às "formas de organização da sociedade, de sua estrutura social e econômica, da doença e do cuidado” (p. 101), para que assim se possa efetivamente compreender o que é saúde e como produzi-la, ou ainda, garanti-la enquanto um direito humano.

Se focarmos o debate acerca da relação entre saúde mental e trabalho, o assunto se torna outro, contudo, o propósito aqui não é fazer uma distinção entre saúde e saúde mental, como se a segunda fosse uma subcategoria da primeira, mas sim discorrer sobre o amplo debate apresentado em que saúde diz sobre o modo do ser humano estar no mundo. Dessa forma, a saúde mental também é processo, construção que também depende do contexto social, cultural, econômico, ambiental e político em que este ser humano está inserido.

Loureiro, Costa e Santana (2016) afirmam que estados de saúde mais fragilizados dizem respeito a condições precárias de habitação (insalubres, com superlotação, com pouca iluminação natural), altas taxas de criminalidade e sensação de insegurança, não acesso a serviços ou acesso escasso, condições precárias de trabalho e renda, ausência de espaços verdes, assim como a falta ou inexistência de redes de apoio.

Belarmino et al. (2016) dão destaque ao afirmar que

[...] cada lugar é uma síntese de múltiplos fatores inter-relacionados, os quais irão determinar seu potencial de criar e perpetuar iniquidades sociais e em saúde ou, ao contrário, de serem espaços de oportunidade para a saúde se efetuar em suas mais amplas acepções e de maneira singular” (p. 101).

Outro ponto importante que os autores apontam é referente à saúde ser extremamente afetada quando ocorrem violações de direitos humanos, ou ainda quando os “grupos sociais são excluídos das oportunidades de geração de renda ou educação” (p. 103). Ou seja, nessa perspectiva é praticamente impossível se produzir saúde sem a garantia de direitos fundamentais, como alimentação, moradia, trabalho e renda, sem dignidade humana. Em que compreende-se que qualidade de vida diz respeito a possibilidade de ampliar as fronteiras do cuidado, abrigando desejos e afetos, por meio das condições sociais que são ofertadas. Também acrescentam para essa discussão a



importância do empoderamento (que vamos tratar aqui como fortalecimento grupal) e a autonomia dos sujeitos e grupos sociais acerca do seu processo de saúde. Sendo assim, ao considerar a saúde como um processo dialético, que necessita de autonomia e garantia de direitos, a sua ausência

Diz respeito ao não acesso a bens, produtos, políticas, sendo um fenômeno complexo relacionado à exclusão social, indigência, desfiliação, fragilização de laços sociais e pertencimento, violência, destruição ambiental, solidão, injustiça, aspectos que repercutem nos modos de subjetivação, na reprodução intergeracional das condições de vida e na mobilidade social (SILVA et. al., 2016, p. 196).

O trabalho, na lógica mercantil, não quer absorver apenas a trabalhadora e o trabalhador, mas quer a sua ação, a sua consciência, o seu saber, a sua voz, todos os elementos que lhe garantiriam uma vida em sociedade (GONÇALVES-FILHO, 1998). O trabalho na lógica capitalista retira, suga, tudo o que a trabalhadora e o trabalhador têm a oferecer: sua vida.

E o não trabalho? Martín-Baró (1989) descreve a questão da importância da categoria trabalho no processo de constituição da identidade das pessoas “marginalizadas” e dos desempregados, visto que quanto mais tempo essas pessoas se encontram afastadas do mundo do trabalho, mais as consequências para sua sociabilidade, e para sua saúde, vão se acirrando, uma vez que o processo de autodesvalorização que essas pessoas sofrem, “somada à piora das condições materiais de vida, vai produzindo uma deterioração da saúde mental” (p. 620).

Para Martín-Baró (2017), a vida é constituída historicamente, por isso “a saúde mental deixa de ser um problema terminal e converte-se em um problema fundante” (p. 253), já que está se dá por meio das relações entre pessoas e grupos, de forma diferente entre si, produzindo diversas maneiras de ser e estar no mundo e de se relacionar com ele e com os outros.

A partir disso, a intenção dessa discussão é pensar possibilidades para outras formas de organização do trabalho que sejam capazes de produzir saúde. Vale ainda ressaltar que, para essa suposição, estamos considerando que os trabalhos calcados em outras lógicas e organizações que não as impostas pelo modelo capitalista neoliberal podem, em alguns aspectos, produzir saúde (principalmente ao considerarmos os trabalhos autogestionários e em arranjos cooperativos).

Sendo assim, a Economia Solidária se apresenta como um projeto, uma possibilidade de organização do trabalho e da vida, baseada na coletividade em que sonhar por uma outra sociedade é possível. Paulo Freire (1992) falava sobre a esperança enquanto esperar, e tomo a liberdade de trazê-lo para esse debate. O esperar pode aqui, então, apresentar-se como possibilidade de produção de saúde; no trabalho, de construir o novo; de poder fazer o que se tem vontade; de mostrar do que se pode ser capaz; de encontrar sentido no trabalho realizado. Esperar o trabalho para além do retorno financeiro, construindo pontes de solidariedade, relações de afeto, e, sobretudo, esperar um modelo de trabalho que não consuma das trabalhadoras e trabalhadores seu tempo, sua vida, seu suor e seu sangue, mas que possa ser algo que faça sentido para si.

Não se tem a pretensão aqui de idealizar a Economia Solidária como superação do capitalismo ou como o melhor modo de se produzir, mas sim dialogar sobre ela ser uma possibilidade real e concreta de produção. Para isso, é necessário construir diálogos constantes em torno das questões conflitivas e contraditórias, conforme apontamos neste trabalho ao pontuar dimensões desse modo de trabalho relacionados à opressão de gênero, raça e saúde da classe trabalhadora.

### 3. Percurso Metodológico

Esta pesquisa se propõe a compreender quais as repercussões psicossociais do processo de construção do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira nas relações estabelecidas pelas trabalhadoras. Dessa forma, os objetivos da pesquisa são compreender se existe uma relação entre estabelecimento das relações de trabalho e de convivência das mesmas, assim como investigar quais os desafios e as contradições que estão presentes nas relações de trabalho autogeridas do Coletivo. Essas inquietações surgiram antes mesmo do nascimento dessa pesquisa e é em decorrência delas que essa dissertação é escrita.

A relação da pesquisadora com o Coletivo de Produtoras existe há mais de seis anos, dessa maneira, o pensamento acerca da produção de conhecimento parte de alguns princípios apontados por Maritza Montero (2006), em que “[...] los objetos de la psicología comunitaria son lá comunidade y los procesos y relaciones psicossociales que em ella se producen” (p. 27), na tentativa de colocar em destaque todo o saber produzido (de autogestão, agroecologia, coletividade, relações de trabalho e afins) por esse Coletivo de Produtoras.

Maria Cecília Minayo (1994) apresenta que o trabalho de campo propicia uma aproximação não só “com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar conhecimento, partindo da realidade presente no campo” (p. 51). Sendo assim, o campo de pesquisa passa a ser, então, um território – não apenas físico, mas também constituído de histórias e afetos – assim como apontado por Sato e Esteves (2002), em que “a relação entre um/a pesquisador/a e seu tema de pesquisa contém sempre uma dimensão afetiva. Uma pesquisa quase sempre se inicia das experiências vividas e das inquietações delas advindas” (p. 140).

O procedimento metodológico utilizado foi o da entrevista individual semi estruturada [Apêndice A]. Serão realizadas oito entrevistas, com as oito pessoas que compõem o Coletivo, sendo sete mulheres e um homem, de forma que elas possam contar acerca da trajetória de trabalho vivenciada por elas, entrada e militância no movimento social (no caso o MST) e entrada/participação no Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira.

Ao estudar o Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira pelo olhar da Psicologia Social e do Trabalho parte-se do princípio de que, a partir das discussões apontadas acerca

das relações de trabalho, das questões de gênero, da Economia Solidária e temas que são caros para a Psicologia Social, pode-se contribuir com o diálogo para a produção do conhecimento que parta das trabalhadoras, dos trabalhadores e dos movimentos de luta por reforma agrária. Desse modo, poder estudar e estar próxima de uma proposta de trabalho que se baseia na coletividade, no diálogo, na construção conjunta, nas tentativas de autogestão, na possibilidade de se pensar o trabalho para além das contradições impostas pelo capitalismo, é poder construir com essas mulheres a possibilidade de poder trabalhar, relacionar-se e produzir relações de trabalho antagônicas das que geralmente estamos acostumados a ter.

Nesse sentido, a proposta em se fazer uma pesquisa de mestrado dentro da Psicologia Social e do Trabalho é, a partir de todo o arcabouço teórico e todas as discussões feitas nesta grande área, compreender a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores por meio de propostas coletivas e associativas. Firmando os pés na Psicologia Social e do Trabalho, Gonçalves-Filho (1998) nos aponta que

Essa disciplina de fronteira, a psicologia social, caracteriza-se não pela consideração do indivíduo, pela focalização da subjetividade no homem separado, mas pela exigência de encontrar o homem na cidade, o homem no meio dos Homens, a subjetividade como aparição singular, vertical, no campo intersubjetivo e horizontal das experiências. [...] Os temas da psicologia social, justamente, incidem sobre problemas intermediários, difíceis de considerar apenas pelo lado do indivíduo ou apenas pelo lado da sociedade (p 11).

A categoria trabalho nessa pesquisa é elemento fundamental do qual se desdobra e no qual se pauta a escuta de toda a história narrada pelas produtoras desse Coletivo. Dessa forma, compartilhamos com Coutinho, Bernardo e Sato (2017) em que o trabalho deve ser compreendido em sua materialidade e em sua historicidade, o que exige a consideração das relações de poder presentes na divisão social do trabalho e nos valores e ideologias - entendidas aqui no sentido marxista -, bem como das condições e das peculiaridades do capitalismo contemporâneo (p. 13).

Ou seja, o trabalho deve ser pautado a partir de como as relações se estabelecem, em suas particularidades (em cada trabalhadora) e nos efeitos que elas produzem nas coletividades, na classe trabalhadora como um todo.

Antunes (1999/2009), que se utiliza de muitas das categorias de Lukács para pensar sobre essa temática, aponta que o trabalho se constitui como um importante processo para a humanização do ser humano, do gênero humano. É por meio do trabalho

que o ser social se faz enquanto gênero humano graças a autoatividade e ao autocontrole, o que o diferencia dos outros animais. A autoatividade e o autocontrole se relacionam com a ação consciente que, para os autores, é onde se inicia o caminho para a conquista/realização da liberdade humana. Desse modo, o trabalho, assim como a linguagem e a sociabilidade, é categoria de mediação entre o gênero humano. Antunes (1999/2009) ainda expõe que “*No trabalho o ser se expõe como subjetividade (pelo ato teleológico, pela busca de finalidades) que cria e responde ao mundo causal*” (p. 156, grifos do autor), dessa forma é pelo trabalho que ser humano idealiza e materializa o mundo em que está, em que vive (ou, ainda, no que pode vir a ser).

Ribeiro, Oliveira, Bernardo e Navarro (2017) apontam que o trabalho deve ser compreendido “de forma mais abrangente, como atividade vital, humana, consciente, intencional e não reduzida à esfera do mercado, na qual o que se predomina é a relação de compra e venda da força de trabalho” (p. 103 e 104). Isto é, coloca-se em um mesmo patamar os trabalhos produtivos e reprodutivos em suas mais diversas formas, uma vez que o trabalho se coloca como possibilidade de transformação, seja de uma coisa em outra, seja de uma situação em outra. O trabalho, portanto, passa por uma mudança e oferece possibilidade de se planejar a mudança de estado das coisas.

Essa pesquisa também tem como proposta contar a história dessas mulheres e desse Coletivo, do qual também sou parte (em determinado aspecto). Assim, o Coletivo toca em lugares íntimos em ambas as partes, compondo de diferentes formas as nossas histórias. A pesquisadora que aqui disserta já fazia parte do trabalho deste coletivo desde quando ele ainda era apenas uma ideia sendo gestada.

#### *As entrevistas e as depoentes*

Orientada pelos princípios da pesquisa ação, em que a pesquisadora já faz parte do cotidiano do trabalho realizado pelo Coletivo de Produtoras, a proposta é colocar em voga todo o saber produzido por esse Coletivo de Produtoras. Tomo a liberdade, então, de me ancorar nos escritos de Ecléa Bosi (2003), que tem sido fundamental na elaboração desse projeto. Uma de suas citações deixa em evidência a importância de poder narrar algumas histórias. A autora enfatiza que

Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela

floresceu. A pedra de toque é a leitura crítica, a interpretação fiel, a busca do significado que transcende aquela biografia: é o nosso trabalho, e muito belo seria dizer, a nossa luta (BOSI, 2003, p. 199).

Logo, partindo deste escrito, assumo como trabalho e como luta poder contar a história dessas produtoras.

A partir do contato, anterior a esta pesquisa, com as pessoas que compõem o Coletivo, vale lembrar o que Gonçalves Filho (2003) aponta sobre

Conhecer não é consumir alguém, é pensar com alguém. Alguém não é objeto de saciar. Alguém é quem impele de fora sem que possamos conter, sem que possamos passar para dentro. Não é coisa de abarcar ou engolfar. Alguém, a gente nunca pode capturar, a gente nunca manja (p. 9).

Já que conhecer é pensar com alguém, o conhecimento aqui produzido está sendo tecido por muitas mãos, por meio do trabalho da memória, da elaboração das experiências e das vivências compartilhadas, desde a produção até a comercialização dos alimentos.

O foco das entrevistas foi compreender com as depoentes suas histórias de vida, principalmente no que tange seu histórico trabalhista, a sua entrada no MST, chegada ao pré-assentamento e sobre a participação no Coletivo de Produtoras. Os lugares das entrevistas (geralmente na casa das entrevistadas) e horário foram escolhidos a partir da disponibilidade das depoentes, de modo que a entrevista foi gravada por áudio e, posteriormente, transcrita na íntegra. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, TCLE [Apêndice B] foi lido às participantes, explicitando as garantias éticas, sobre não responder a perguntas que não se sentirem à vontade, interromper a entrevista se assim desejarem, participar voluntariamente, entre outros aspectos. Todas concordaram e assinaram o termo. Em concordância com a resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510 (Brasil, 2016) e nº 466 (Brasil, 2012), o projeto desta pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa com seres humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - IPUSP (CAEE 47014821.3.0000.5561).

### *Análise das entrevistas*

As narrativas coletadas durante as entrevistas serão articuladas com as teorias da Psicologia Social e do Trabalho, exposta nos estudos sobre memória social de Ecléa Bosi, nas discussões sobre Humilhação Social realizadas por José Moura Gonçalves Filho, além

de outras proposições teóricas que discutem as temáticas de trabalho, economia solidária e gênero. Cada entrevista será apresentada no próximo capítulo da dissertação, e a ordem escolhida foi a de realização das entrevistas.

Gonçalves-Filho (2003) afirma que, nessa etapa, é “preciso pôr em diálogo autores e depoentes, o diálogo convergente, complementar e divergente. É preciso reservar à palavra de todos o mesmo grau de dignidade comunicativa: dão-nos todos o que pensar” (p. 23), na proposta de construção conjunta e horizontal do conhecimento.

#### 4. A história contada por quem viveu: as produtoras do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira

*Juraci, a produtora de sonhos*



Figura 9 - Maço de rabanetes recém-colhidos pelas mãos de Juraci (foto do acervo do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira).

Juraci é uma mulher indígena, de 45 anos, casada, mãe de 6 filhas, militante do MST e produtora rural no Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira desde a sua criação. O primeiro contato com Juraci foi com suas filhas durante as atividades de ciranda infantil que eram realizadas no pré-assentamento. Para além disso tudo, Juraci é uma eterna sonhadora. Acredita na potência do coletivo, do grupo, da solidariedade como solução para muitos dos problemas que ela tem enfrentado.

Juraci foi a primeira a ser entrevistada em decorrência do seu pedido de afastamento temporário do Coletivo de Produtoras, por conta de alguns desconfortos oriundos do cotidiano de trabalho, mas também pelo contexto de pandemia, já que, com suas filhas em casa, havia uma demanda de cuidados mais constantes e diários, por um período maior de tempo.

A entrevista com Juraci aconteceu em seu lote, no pré-assentamento Elizabeth Teixeira, em frente à sua casa, em um espaço aberto. Suas filhas, principalmente a mais nova, transitavam pelo espaço ao longo da entrevista, às vezes se sentavam conosco para nos ouvir e, em outros momentos, só passavam para ver o que estava acontecendo.



Juraci inicia mencionando que teve uma infância difícil, contando que seus pais se separaram quando ela e a irmã ainda eram crianças (ela tinha 3 anos) e que, após um tempo (quando tinha 8 anos), não teve mais contato com sua mãe, sendo criada apenas por seu pai (ao longo da entrevista fala sobre a dificuldade de ter sido criada sem uma figura materna). Conta que “depois que eles se separaram, meu pai começou a vida de nômade, de ficar mudando de cidade em cidade, então a gente nunca teve um lugar fixo”, ou seja, que eles mudavam de cidade conforme seu pai arrumava trabalho (nas fazendas, para cuidar de gado). Não cita as cidades por onde passou, mas já havia dito, em outra conversa nossa, que foram muitas, que algumas ela nem se lembra do nome.

Sobre o trabalho, o relato vem desde a infância, em que ela e a irmã trabalhavam. Geralmente, carpavam roça, faziam tijolos e telhas. Conta que seu dia era dividido entre estudar e trabalhar e que, nas férias, tinham que trabalhar o período todo. A carga de trabalho começou a aumentar a partir dos 10 ou 12 anos, porém, antes dessa idade, elas ainda brincavam na roça, subindo em árvores e nadando no rio.

Isso tudo aconteceu até que seu pai adoeceu, motivo pelo qual foram morar com uma irmã em Santos, mas Juraci conta que sua adaptação foi bastante difícil, pois não estava acostumada a morar na cidade. Como ela disse

foi uma transição, assim, muito difícil pra mim, porque acostumada a ser solta, na roça sem limite, poder ir em qualquer lugar e tudo, e chegar em uma cidade grande que eu nunca tinha ido e tudo fechado, tudo trancado para mim foi muito difícil. E foi aí que eu também fui tendo outras descobertas, outras opções, mas como a minha escolaridade, não era muito, não era boa, trabalhei muito foi com cuidar de criança, trabalho de faxineira, de trabalhar de casa de família, mas que também que quando chegou um certo tempo eu vi que não era, não era isso que eu queria, isso não era o que realmente me fazia bem.

Conta que sempre teve o desejo de voltar para a roça para fazer o que gostava, por conta disso conta sobre a sua entrada no MST, momento em que conheceu seu marido Afonso. Eles também não tinham “lugar fixo” de moradia e receberam convite para fazerem parte do MST. Em suas palavras, relata que

recebeu o convite pra ir pro MST que prometia terras e um monte de coisas e era tudo o que eu mais precisava, né, porque naquele momento não tinha condições de comprar um pedaço de terra, e de repente a gente tem um convite desses, justamente pra onde eu gostaria de estar. Então

pra mim, foi... foi um sonho, acho que foi a melhor coisa que aconteceu.

Vai narrando sobre o percurso feito com o MST por outras ocupações e acampamentos até chegar onde estão hoje. Relata, com riqueza de detalhes, uma marcha que participou em Brasília, em 2007, quando estava grávida do seu quarto filho, Giovanni. Ela relembra que

Eu acho que estava com seis meses, mas do Giovanni eu fiquei muito grande (risos) com aquele barrigão enorme (risos)... aí nós viajamos, nossa, foi a coisa mais linda que eu já tinha visto, porque eu, é... falava do Movimento mas eu não tinha noção, tudo o que eu via era na televisão, então não eram notícias boas e conhecer o Movimento assim, tão de perto. E em Brasília é um movimento muito grande, porque, eu nunca imaginei na minha vida que existia tanta gente que era do Movimento. Então quando a gente fechava as avenidas, que a gente olhava do alto, que lá na frente, aquele monte de gente vermelho, tudo de vermelho, aquelas bandeiras, era a coisa mais linda. Nossa, dá a sensação, é... é... não dá nem, como é que é, é inexplicável, não tem nem como explicar.

Mas foi aí que eu me apaixonei mais ainda pelo movimento, porque... nossa, as coisas que eles falam, as coisas que eles contam, o aprendizado em si, é muita coisa, eles resgatam tudo aquelas coisas do campo, de pessoa, praticamente acho que eles resgatam a vida da gente que a gente se esquece que um dia a gente viveu, ou às vezes nem sabe que existe, né. Então tudo isso foi muito bom, foi um aprendizado muito grande que eu tive...

Fora as reuniões, que a gente tinha, até pra gente poder saber abordar as pessoas, saber conversar com as pessoas e também entender que nem todas as pessoas são as pessoas boas, nem todas as pessoas são as pessoas que estão do nosso lado, então tudo isso.

Seu relato mostra como ainda possui grande identificação com a luta proposta pelo MST, mesmo estando em evidência (para quem vive e está próximo do pré-assentamento Elizabeth Teixeira) que a organização e a influência do Movimento não têm sido presente nos últimos anos.

Conta a “aventura” que foi chegar até o Elizabeth Teixeira. Estava grávida, com o filho de 3 anos e o marido. Vieram andando, de Franco da Rocha até Americana (cidade vizinha de Limeira), viagem que levou entre 3 a 4 dias. Carregavam apenas uma mochila nas costas e o desejo de ter um lugar para morar. Na época, alguns dirigentes do MST orientaram a família a chegar até o acampamento Milton Santos, na cidade de Americana, mas chegando lá, não haviam mais vagas, então foram encaminhados para o pré-

assentamento Elizabeth Teixeira. Conta que, ao chegar em Limeira, as famílias já estavam acampadas há cerca de 3 meses e que

no começo não foi fácil, porque a gente saiu de lá sem nada, Quando nós chegamos aqui, não tinha nada, era só (risos) a roupa do corpo e a gente. Mas a gente encontrou muitas famílias solidárias que nos ajudaram, nos apoiaram e um senhor, que hoje ele é falecido, ele nos abrigou dentro do barraco dele, nossa, foi muito bom. E eu com aquele barrigão enorme, e depois disso o barrigão cresceu mais (risos). Pensei “meu deus, onde que eu vim parar”...

Mas aí deu tudo certo, a gente conquistou um pedaço pra gente e tudo.

Narra como foram se estabelecendo e organizando a vida nesse novo território até que as famílias receberam a ordem de despejo que, segundo conta, foi no próprio ato do despejo. Já tinha dado à luz ao quarto filho e estava no período de resguardo. Diferentemente dos despejos dos outros acampamentos em que morou, este foi o mais violento. Conta que

foi a coisa mais horrível que eu já tinha presenciado no mundo, na minha vida. Foi a coisa mais horrível, mais horrível. E a gente via o trator vindo pra cima da gente, e ao mesmo tempo eles lançavam a bomba em cima do barracão, tudo ao mesmo tempo. Então aquilo, já vinha, já vinha, como é que é, o fogo com trator vindo e a gente não teve tempo de nada só de “vamos correr”. E desceu todo mundo! Porque o barracão era lá em cima. Então a gente falou, “aí pessoal, vamos correr”. Só que das coisas assim que eu me lembro daquele dia... nossa, é até difícil de esquecer. Porque quando a gente viu isso, a gente não conseguia pensar em nada, não conseguia pensar em ninguém, porque eu no momento ali era meus filhos e eu, que eu tinha que agarrar e segurar com tudo para não acontecer coisa pior. Agora você imagina, uma mulher de cesárea, de resguardo de 30 dias, saindo correndo, com um bebê e uma criança de 4 anos. Teve uma hora que eu não aguentei e o Matheus alguém pegou ele. E eu não vi mais nada. E o bebê eu não conseguia soltar (risos), esse daqui ninguém... o outro consegue correr, mas esse daqui ainda não (risos). E o mais assim, que eu me lembro, é aquela cortina de fumaça, a sensação que dava, que quanto mais a gente corria, aquela cortina de fumaça vinha, porque o vento tava contra nós, então a fumaça vinha atrás da gente. Então mesmo que a gente quisesse voltar pra trás pra acudir alguém, pra socorrer alguém a gente não tinha, a gente não tinha como.

Relata ainda que após conseguir sair do fogo cruzado, foi direto para o hospital, pois seu filho havia inalado muita fumaça e estava com muita dificuldade em respirar. As famílias que estavam acampadas foram acolhidas em um barracão da Igreja Católica até o dia em que voltaram para o pré-assentamento. Conta que “foi uma tristeza muito grande,

porque a única coisa que eu consegui ver foi um buraco de todo tamanho e ali dentro, pelo o que eu percebi foi vários barracos enterrados no mesmo lugar”. E foi nesse momento, de volta ao pré-assentamento, que as famílias começaram a contar as violências sofridas no dia do despejo. Juraci ainda nos diz que

nunca imaginava que pessoas eram capazes de fazer isso, com seres humanos. Quando a gente tá guerreando, assim, quando você tá guerreando com uma pessoa, a pessoa sabe que você vai guerrear e eles vão se defender, agora quando a gente não tem defesa nenhuma, como a pessoa guerreia contra pessoas que não tem defesa nenhuma?!

Relata seu retorno ao pré-assentamento, o esforço para encontrar um novo lugar para construir a sua casa e começar do zero, porque tudo lhe foi retirado e enterrado. Ao terminar de contar, diz “É uma aventura minha vida (risos). Uma grande aventura! E cada dia quando a gente pensa que acabou, vem mais aventura. Então...”.

Sobre sua inserção no Coletivo de Produtoras e a criação dele, menciona o período em que elas tinham a DAP para fazer as entregas de alimentos para o governo municipal e o momento em que isso acabou, bem como o início das discussões sobre a possibilidade da criação de uma iniciativa para o escoamento da produção. Explica a configuração inicial do Coletivo, em relação ao convite feito para as famílias participarem em que

As pessoas não foram, algumas sim foram escolhidas... foram convidadas, muitas famílias foram convidadas mas nem todas quiseram. Então, no total das famílias que receberam o convite e que quiseram foram 12. [...]

Foram 12 famílias, só que no começo é, como ainda era uma formação, eu entendi essa parte. Vamos começar, vamos ver o que dá mais certo, se vai ser uma feira, se vai ser a gente vender pra algum mercado... vamos ver o que vai dar certo. E foi assim. Foi engatinhando. Vamos ver primeiro o que vai dar certo... E como eles, as pessoas pensavam que era como antes, de vender grandes quantidades, então eles não aceitaram... E ganhava muito pouco né, porque não tinha grande... muitos consumidores, então eram pouco consumidores, não tinha como ganhar muito, aí a maioria desistiram. E algumas pessoas desistiram também por desavenças dentro do grupo.

Sobre esse início do trabalho do Coletivo, menciona as desavenças do passado e as de agora, sendo que muitas são em decorrência das falas agressivas, confusas e pouco compreensivas. Além disso, cita o desconforto causado quando não conseguem falar o que sentem, ou ainda quando relembram coisas do passado que já pareciam estar resolvidas. Acha que falta respeito quando há posicionamentos divergentes.

Ao conversarmos sobre sua produção e seu estado de saúde, informa que não tem dado conta de produzir e de organizar a produção, por não ter condições mínimas de trabalho, o que tem lhe causado muitas dores nas costas. Menciona, então, seu período de afastamento do Coletivo, que é

Até pro meu corpo poder descansar melhor. Porque foi 4 anos no batidão! Então férias, não existia, não existe férias (risos), então é no batidão. Porque a planta, você vendendo ou não, ela precisa todo dia ali ser regado, todo dia ser cuidado, principalmente a horta. Então hoje eu olho e tem horas que tenho vontade de chorar, porque nossa... imaginar aquelas couve flor, aqueles brócolis... as cenouras, as beterrabas (risos), o meu deus, porque eu tinha que ficar doente? (risos)... eu sonho ainda, é lógico! Eu vou ter uma grande horta, com sistema de irrigação preu não ter que ficar me matando e ganhar bastante dinheiro pra poder pagar alguém pra fazer pra mim (risos), pra não ter que carpir (risos)... ai... brincadeira... eu acho que se eu tiver uma estrutura, uma infraestrutura melhor eu acho que eu consigo, que daí eu já descanso bem... mas no momento é isso. É... descansar né, preciso (risos).

Ainda sobre o Coletivo de Produtoras, conta que foi a possibilidade que encontrou de trabalhar com o que gosta e sabe fazer, porque faz seu próprio horário, e esse trabalho permite que ela trabalhe em seu território, em sua própria casa, uma vez que não tem alguém que possa cuidar das suas filhas. Juraci ainda fala que, “com o Coletivo, tenho a oportunidade de sonhar, de desejar algo melhor”.

Sobre o Coletivo ter se tornado um Coletivo de Produtoras, de mulheres, ela relata que,

a princípio eu acredito que foram os homens que tinham no grupo que... queriam se crescer em cima da gente (risos), os machistas, que acham que porque são homens eles é que mandam. Então eu acho que foi começando por aí. Então a gente foi vendo que chegou num, num tempo que a gente olhou e só tinha mulheres.

Então, as mulheres que vão reinar (risos). Então foram as mulheres que reinaram, mas eu acredito que é mais nisso, nós focamos mais na parte de não ter um homem, até porque tinha certas conversas que se tivesse um homem era muito constrangedoras. Então a gente começou a ver esse lado, esse lado de ter só nós, só nós mulheres lá. Porque nós poderíamos conversar sobre o que nós quisesses e não tinha problema, não ia haver constrangimento.

E como o Seu Fogaça é uma pessoa que não participa muito, então a gente não... A gente não conseguiu incluir ele como uma pessoa... Não que ele não tenha importância, sabe... assim, porque pra mim ele, é, é uma pessoa importante da parte de levar a produção, né, então eu acho que é uma parte importante... mas como grupo, como Coletivo...

Juraci também fala sobre o trabalho dentro do Coletivo, em relação a divisão de tarefas. Informa que existiu essa tentativa, mas que não funcionou muito bem, porque algumas faziam e outras não, o que acabava sobrecarregando sempre as mesmas pessoas. Essas divergências também aparecem em relação à qualidade dos alimentos, às regras de não uso de veneno, uma vez que isso às vezes não é seguido, causando, assim, algumas mágoas e desentendimentos. Reforça que “Então, é... precisavam trabalhar mais rígido (risos), mas, assim... eu mesmo não consigo entender ou ver algo que possa ajudar nesse sentido, sabe”. Ela diz isso especificamente à articulação, fala essa que já foi dita inúmeras outras vezes, inclusive por outras produtoras. Sempre há, nos momentos de maiores conflitos, a tentativa de colocar a articulação nessa posição de “chefe”, de quem precisa resolver as questões que, no cotidiano, não conseguem ser resolvidas ou que as produtoras não se sentem confortáveis em tentar resolver.

Ao longo da conversa sobre o trabalho realizado dentro do Coletivo, Juraci narra fatos que possuem relação direta com as divergências que acabam acontecendo, em decorrência da não divisão de tarefas e das coisas não ditas, como

tem uma parte também, que agora eu consegui lembrar, foi o desgaste maior, para mim no Coletivo foi, como é que se fala... ver o grupo se corrompendo, tipo assim, eu mando alguma coisa errada, aí eu não posso chamar a atenção da outra pessoa, porque eu também estou mandando errado... Então vai virando aquele negócio, se a pessoa mandou errado eu também posso mandar... mandou uma coisa estragado, também posso mandar. Então isso pra mim também foi um dos, uma das coisas que eu fiquei muito chateada. Então eu falei assim, daqui a pouco todo mundo vai tá mandando errado e ninguém vai poder chamar atenção de ninguém. Porque está todo mundo fazendo errado. Então, eu acho que uma das coisas mais... a pessoa ter consciência, né. Se é pra mandar certo, vamos todo mundo mandar certo, né. Não tem necessidade de mandar nada errado.

Juraci, mesmo afastada do trabalho do Coletivo, continua nutrindo muitos sonhos. Um dos que mencionou é o desejo de que o Coletivo tenha uma cozinha semi-industrial, para poder produzir todos os processados de forma coletivizada (o que hoje ocorre de maneira individual, e que também gera conflitos), assim como a renda de todas as produtoras ser a mesma, independente da produção e do trabalho realizado (a questão da renda é uma das premissas, dos acordos coletivos). Fala também sobre a possibilidade de construção de uma horta conjunta com outras mulheres, inclusive porque ela tem espaço em seu lote que poderia ser usado para isso, mas que fica inviável se depender somente dela. Destaca-se um dos sonhos citados, que chamou bastante atenção. Ela diz que

um dos sonhos que eu vejo pro Grupo de Consumo, no meu caso, ah, eu gostaria muito que o grupo fosse pra frente, que evoluísse o suficiente para os meus filhos terem vontade de participar. Falar assim, “não, eu vou entrar no grupo, vou continuar o trabalho da minha mãe”. Mesmo que seja... que não precise ser produzindo ou de alguma outra forma que acrescentasse, algo pro grupo.

Porque nós... logo logo nós estamos amarrando as... (risos) tamos descansando... Aí quem vai tocar para frente são nossos filhos. E eles precisam ver que ser trabalhadores sem terra, que ser um agricultor não é tão ruim, né. Que eles podem tirar o sustento deles sendo agricultores. Porque a maioria deles pensam que trabalhar com a agricultura, não vai levar eles em lugar nenhum.

Você imagina, se tem caminhão, se tem trator, se tem outras coisas... quem que vai dirigir isso? São nossos filhos, né. E nisso eles se animam, porque se o Coletivo fosse mais forte, tivesse bastante consumidores, podia estipular um salário para uma pessoa que vai dirigir o caminhão: “ó, você vai só mexer com o caminhão, o seu salário é tanto, não é muito”, mas...

A entrevista vai chegando ao seu fim, com Juraci contando os sonhos e desejos para a produção de seus canteiros e horta, imaginando a entrega de batata baroa ou mandioquinha (como conhecemos) nas cestas de alimentos do ano que vem. Até que uma de suas filhas chega e pede ajuda para poder tomar banho (como já dito, não possuem água encanada, nem rede de tratamento de esgoto, muito menos energia elétrica, então a mãe esquentava água no fogão para elas se banharem) e encerramos a conversa.

### *Clarice, a força da terra*



Figura 10 - Orquidário da Clarice (foto do acervo pessoal da autora).

Clarice é uma mulher parda, produtora rural, de 62 anos, que detesta plantar horta, não come hortaliças, mas é delas que tira seu sustento. Clarice gosta de bichos e plantas, tem cachorros e carneiros no seu lote, mas também já teve uma criação de patos! Sobre plantas ela sabe de tudo um pouco, tem uma dezena de variedades no seu lote, mas seu xodó mesmo é com as orquídeas e suas várias espécies que ali habitam. Tem uma bagagem sobre o plantio que todas do Coletivo respeitam e tiram suas dúvidas com ela, assim como tem diversos cultivos em seu lote... agora está produzindo aspargos e, quem sabe, logo menos, morangos.

Clarice já participou ativamente de muitas ações e atividades do MST, muitas organizações de proposta coletiva e anda meio “calejada” com algumas dessas iniciativas. Ultimamente, está mais conformada com aspectos que não pode mudar e melhorar, mas ainda acredita e insiste na potência coletiva, embora de um jeito às vezes desesperançoso. Além disso, Clarice sempre fala o que pensa, consegue trazer questões para a discussão coletiva que outras pessoas teriam receio ou não se sentiriam confortáveis em falar.

Fizemos a entrevista em seu lote, numa área aberta ao lado da sua casa, entre rosas do deserto, suculentas, patas de elefante e sons de carneiros ao fundo.

Peço para Clarice iniciar a conversa contando sobre sua vida, infância, com o que trabalhou, e ela inicia com a seguinte frase: “Bom... eu nasci em Marília, na roça, na verdade eu nasci debaixo de um pé de café, contava minha mãe (risos)...”, e emenda contando que viveu em Marília até os 5 anos e que, depois, foi para o Paraná, até que voltou para Marília por volta dos 10/11 anos. Aos 13 anos foi viver em Campinas, quando começou a trabalhar em casa de família. Trabalhou em uma empresa de ônibus, vendendo passagem, depois trabalhou em portaria de prédio e também com faxina. Conta que o trabalho com faxina era o mais rentável, mas também o mais cansativo, todavia, como estava grávida (aos 14 anos) preferiu ficar com o trabalho da faxina para poder sustentar seu filho.

Clarice conta que, nessa época, morava com a mãe, o pai, sua irmã e seu filho. Seu pai faleceu quando seu filho completou dois anos e sua irmã se casou. Passou a morar na mesma casa com sua mãe e seu filho e enfatiza “quem criou meu filho foi minha mãe, porque eu trabalhava de segunda à segunda. Às vezes de final de semana eu pegava algum bico. Trabalhar em restaurante, fazer alguma coisa assim...”.

Após o falecimento da mãe e o casamento do filho, há 21 anos, se sentiu “uma à toa na vida (risos)” e se permitiu a fazer o que tinha vontade. É nesse contexto que conta a sua entrada no MST. Um homem que trabalhava com seu filho falou sobre o MST e



sobre a ocupação que havia ocorrido, Clarice ficou interessada e, assim como ela conta, não fazia ideia do que era o MST. Resolveu se aventurar mesmo assim e relata que “não vim com a intenção de plantar roça. Eu vim porque eu queria um pedacinho de terra pra construir um orquidário”, contudo, ao chegar na ocupação e passar a viver na roça, resgatou lembranças de sua infância e conta como o plantio foi tomando espaço na sua vida

Mas... a minha ideia não era isso. Só que depois que eu estava aqui eu comecei a... gostar. Gostar?! Eu comecei a lembrar as coisas de infância, como era quando a gente vivia na roça, né. Minha vida foi na roça. [...] Eu comecei a lembrar muita coisa que estava esquecida, como minha mãe plantava, como ela fazia pra tirar semente de algumas coisas... [...] Então muita coisa, assim, eu lembro disso. Que nem, a farinha de araruta eu lembro dos bolos que ela fazia com farinha de araruta, que era maravilhoso.

Sobre a sua chegada ao Elizabeth Teixeira, relata que fazia cerca de uma semana que as famílias tinham ocupado a área quando chegou e fez seu barraco. Nessa época, trabalhava para uma senhora em Campinas, então ia e voltava todo dia de ônibus. Até que resolveu diminuir a frequência no trabalho ao ponto de deixar de trabalhar com essa senhora e ficou direto no pré-assentamento, sem nenhuma renda. É quando se envolveu mais ativamente nas atividades do Movimento.

A conversa, então, toma o rumo sobre o dia do despejo que é marcado pela truculência das forças de segurança pública. Clarice conta que estava na linha de frente para não deixar a polícia entrar e na tentativa de proteger as crianças do possível confronto. Foi contando que a negociação com a polícia foi bem difícil, que chegaram às 5 horas da manhã e isso se arrastou até às 3 horas da tarde. Menciona a estratégia utilizada pelo Movimento em que toda vez que percebiam que não ia ter mais jeito, começavam a cantar o hino nacional, o que obrigava o pelotão a cessar seus movimentos. Fizeram isso até quando aguentaram

E isso foi até duas horas da tarde. E eles alegavam que a gente estava armada, com armas de trabalho: enxada e facão, realmente a gente estava com enxada e facão... é isso que a gente faz, o que a gente usa no dia a dia. Tendo criança, não tendo criança, qualquer coisa a gente está com uma enxada e um facão na mão! Uma tesoura, agora tem até uma serrinha de poda (risos).

Foi evoluindo (risos). E é isso, faz parte da nossa... Então eles disseram que a gente estava armada. Enquanto eles estavam com fuzil, bala de

borracha, bala verdadeira, de 38. Então... nós também estávamos armados. Enfim...

Relata a truculência da polícia (assim como narrado pela entrevista da Juraci). Em seu relato, a força policial levou um seminarista (que hoje é padre em Limeira) até o meio do canavial, tiraram sua roupa, deram um tiro em sua perna e o largaram lá. A freira da Igreja Católica, irmã Angélica, levou um tiro de bala de borracha no joelho e o dirigente estadual do MST levou um tiro em sua orelha, mas, como conta Clarice, a intenção não era atingir a orelha. Muita gente saiu ferida nesse dia.

Ao perceberem que não tinha mais jeito, saíram, ou melhor correram, porque atrás deles ouviam ainda os barulhos das balas. Ao cruzarem a linha do trem, conseguiram ajuda e ficaram cerca de 11 dias alojados em um barracão da Igreja Católica planejando a reocupação. Nesse período, procuraram apoios quando iniciou a parceria com os estudantes da UNICAMP e o Coletivo UP.

Após encontrarem os parceiros para a reocupação, precisaram, então, despistar a polícia, pois uma viatura fazia ronda em frente onde estavam alojados e outra viatura ficava de vigília no local onde tinha sido a ocupação. Clarice conta que foi a única ação que o MST fez durante o dia. Dessa forma, a estratégia utilizada pelo MST foi a das pessoas saírem aos poucos e irem se encontrando na entrada da ocupação, em que já tinham vários ônibus com estudantes e militantes do MST os esperando

E descemos... ocupando... de boa. E chuva... chovendo pra caramba... mas foi divertido. Aí já entramos soltando rojão, fazendo bagunça (risos). Assim... a gente chorou muito ao ver a destruição. Porque destruíram tudo. Enterraram tudo que a gente tinha...

E então desceram para ver o que ainda havia. É nesse ponto que Clarice conta que só viam as coisas enterradas, todos os barracos enterrados. Ela conseguiu, antes do trator passar por cima, tirar alguns móveis e utensílios, também conseguiu esconder umas plantas no meio da mata. Conta que tiveram a ajuda dos estudantes para criarem a portaria do pré-assentamento enquanto eles reerguiam seus barracos. Foi após esse período que se iniciaram os projetos em parceria com a UNICAMP.

Peço, então, para que ela conte sobre como era ser parte da direção local do MST. Relata que “apagou muito incêndio”, mas que seu maior trabalho, mesmo estando na direção, foi no cuidado com crianças, e fala sobre a construção da escolinha (único espaço coletivo para reuniões e atividades, onde inclusive ocorrem as reuniões e a organização

das entregas do Coletivo de Produtoras). Relata que apenas se afastou das atividades com as crianças quando teve um derrame (há pouco mais de 5 anos) e que isso a deixou mais estressada e sem paciência.

O local em que, até então, eram realizadas as atividades coletivas era precário, de lona e madeira, e lá eles guardavam tudo o que precisavam, de livros a cestas básicas. Com a verba de um projeto da UNICAMP, de outros projetos e das vendas de calendários, resolveram construir uma nova escolinha, só que, dessa vez, de tijolo. Clarice conta que, até para decidir como seria a escolinha, houve confusão entre quem queria a escolinha de tijolo e quem queria ela da forma que desce para construir.

A construção da escolinha é um marco importante na organização coletiva das assentadas e assentados, principalmente para que as crianças possam ter um local específico, e seguro, para realizarem as suas atividades. A construção se deu por mutirão, entre apoiadores (estudantes), assentadas e assentados. Todas as manutenções posteriores também mantiveram a proposta dos mutirões de trabalho.

Clarice relata que sempre foram as mesmas pessoas que auxiliaram na construção e manutenção da escolinha (não é à toa que dos nomes citados por ela, algumas sejam produtoras do Coletivo ou ainda seus maridos). Ainda menciona que acabou desistindo de cuidar da escolinha porque as pessoas que a usavam não tinham cuidado com o espaço, e acabava sempre sobrando para ela organizar e isso foi lhe cansando até que deixou de realizar essa função.

Conta sobre os contratemplos e as parcerias que não foram muito boas ao longo desses anos, todavia cita que as mais marcantes dizem respeito aos projetos relacionados ao plantio e à proposta agroecológica, em que professores universitários e técnicos queriam ensiná-las a plantar ou a fazer o que já sabem (como no caso do projeto que queria ensiná-las a plantar mandioca).

Clarice tem uma relação de amor e ódio com a proposta do sistema agroflorestal, porque algumas coisas que já colocou em prática funcionaram e outras foram por água abaixo. A relação com as formigas tem sido uma guerra constante, sem data de término. Conta a sua experiência com agrofloresta em outros assentamentos do MST. Ela passou um tempo auxiliando no assentamento Mário Lago e no Vale do Ribeira. Clarice fala que, na sua perspectiva, para que seja possível de fato manter uma produção pelo sistema agroflorestal, é necessário que se tenha condição financeira e mais pessoas que possam auxiliar nesse manejo, o que atualmente ela não possui. Clarice cuida sozinha de sua produção, sem um sistema de irrigação (já que a água que tem para aguar a produção é

via caminhão pipa), aguando todos os dias apenas com o regador e, dependendo do calor, mais de uma vez por dia.

E, então, relembra como a sua mãe plantava

Ela plantava em várzea, que é onde tem aquela, aquela... hoje acho que nem existe mais isso... as terras úmidas, sabe... e lá tinha um córrego que passava aqui (faz o desenho no ar), então tinha aquela terra bem úmida, pra cima, aí ela ia lá no meio do mato e fazia um quadrado ali, carpia ali um quadrado e plantava alface. Dava cada pé enorme... ai dava, aí era uma agrofloresta, porque tava lá no meio do mato. Ali ela plantava melancia, ela plantava o que ela queria... ela plantava e dava. Essa era a agrofloresta dela.

Lá no vale do Ribeira também tem uma umidade enorme dentro daquela mata, aí você vai lá, faz um limpo no meio da mata e planta, dá.

Em contrapartida, ela narra as suas dificuldades de plantio em decorrência da mudança do solo ao longo desses 14 anos. Relata que a qualidade da terra mudou muito, e que percebe que hoje a terra do seu lote parece um areião. Acredita que isso ocorra em decorrência dos lotes vizinhos que ficam aterrando terra com trator e não plantam nada por cima, deixando o solo exposto. Conta que, por conta disso e do seu lote ser o último daquela rua, quando chove, toda a enxurrada desce para sua casa e não há o que fazer.

Pedi para que contasse sobre o Coletivo de Produtoras, criação, trabalho executado, o que quisesse contar sobre sua experiência, e ela começa com a seguinte frase: “Como todo grupo é bem complicado, mas a gente vai tocando (risos)”. Ela também havia participado do grupo Luísa Mahin, mas não produzia na época (ainda trabalhava em Campinas), só auxiliava na montagem e separação dos alimentos para as entregas. Clarice conta que está no Coletivo desde a primeira ideia, visto que foi em uma conversa dela com Wilon, em que pensavam em como auxiliar na situação de algumas moradoras e moradores do pré-assentamento não terem renda alguma (assim como ela mesma). Em que

Ele quis criar esse grupo pra ajudar quem estava na mesma situação minha: sem renda nenhuma. Aí ele me falou como que a gente podia fazer isso... então aí a gente começou a discutir como que era, como que não era, como que ia ser... e ainda falei pra ele, tem que pegar pesado... então, pra selecionar as pessoas que iam fazer... que iam fazer parte desse grupo, que não dava pra ser todo mundo... não é todo mundo que planta... e pra fazer parte desse grupo... aí como tinha aquele encontro no Milton Santos... então foi convidado todos. Quase todos.

Clarice conta que a primeira conversa ocorreu em uma formação no Assentamento Milton Santos, em que participaram 16 pessoas moradoras e moradores do pré-assentamento Elizabeth Teixeira, e que era obrigatório a participação para poder fazer parte posteriormente do Coletivo. Dessa forma,

o grupo surgiu nisso... essa necessidade mesmo que algumas pessoas tinham. E como era uma quantidade mínima, era muito pouco, a gente ficou dois anos né, era 60 reais por mês... O que você faz com 60 reais... pelo amor de deus...  
Mas muita gente desistiu, não quis... Não quis, desistiu...

Sobre a atual configuração do Coletivo, fala sobre a inserção de Fogaça (o único produtor homem) na iniciativa, que mesmo não tendo participado da formação inicial, ela sugeriu que ele fosse convidado a participar para que pudesse fazer o transporte dos alimentos até a cidade

Em relação ao Coletivo ser um grupo de mulheres e como isso se deu, Clarice aponta que

é um espaço de discussão, a gente briga, a gente conversa... É um espaço legal, é uma distração também, chega a ser uma distração pra mim. Porque eu fico muito sozinha, o tempo inteiro né, sozinha. Então, quando eu vou pra lá, que eu me extrapolo um pouco, é ótimo.

Pergunto também sobre os impactos na sua vida a partir de sua entrada no Coletivo de Produtoras, e conta que

a responsabilidade de eu ter que produzir, isso é muito gostoso, embora eu não goste de plantar alface (risos), eu gosto de plantar. Então, isso pra mim é muito importante. E a questão financeira também, que me ajudou muito, muito, muito. Porque como eu tinha saído do emprego, eu tava sem renda nenhuma, então isso fez a diferença.

Ela também menciona (inclusive sobre as outras produtoras) a higiene e organização dos alimentos, das caixas e das sacolas. Já encerrando a conversa sobre a produção e remuneração, Clarice aponta que

Não tem, não tem problema. Eu recebo menos porque eu entrego menos, é justo. É justo isso (risos). Eu não posso querer receber mais do que eu entrego.  
Infelizmente eu não consigo... você viu as minhas beterrabas né, minhas sócias das beterrabas... brincadeira... brincadeira com essas formigas...

Conversamos também sobre a diferença entre o trabalho que ela realiza no Coletivo em comparação com os outros trabalhos que já teve. Em relação ao trabalho auto-organizado, em não ter figura do “patrão”, Clarice aponta

Ufa, é muito bom hein (risos). Dá pra tirar uma sonequinha depois do almoço... [...] Patrão não tá fazendo a menor falta (risos). Pra quem teve patrão a vida toda, hoje não ter patrão, é uma coisa muito saudável, é muito bom. [...] É, trabalho é sempre trabalho né... mas (risos)... Hoje é gostoso, porque eu faço o que eu quero. Eu ganho... talvez a mesma quantidade mas, eu faço o que eu quero. Se eu não tô afim de cuidar da horta, eu vou cuidar das minhas plantas. Se eu não tô afim de cuidar dos carneiros eu vou cuidar da horta. Então eu faço o que eu quero, no dia que eu quero e na hora que eu quero. Isso é muito diferente, do que você ser obrigada a fazer a mesma coisa todos os dias, ir pro mesmo lugar todos os dias... nossa... é estressante né. Não tenho que pegar ônibus, não tenho gasto com passagem, então, é bem compensador. Eu me organizo melhor, não tanto porque sou desorganizada, mas (risos)... Mas eu vou tocando.

Clarice ainda fala sobre ter o sonho de ver a compra da Kombi se efetivar, mesmo achando que isso pode gerar problemas. Também comenta sobre a atual divisão das tarefas. Acredita que, por não estar auxiliando nas montagens das cestas (em decorrência da Covid-19 e de suas condições clínicas), isso pode começar a gerar questões dentro do Coletivo. Todavia, há o combinado dela lavar, arrumar e costurar as sacolas retornáveis que o Coletivo utiliza para o envio dos alimentos para quem recebe as cestas por delivery.

Ainda sobre os sonhos, fala sobre querer que o grupo de consumo cresça, que o Coletivo chegue aos seus 10 anos de existência, mas focando na legalização dos lotes para as moradoras do pré-assentamento, assim como na melhoria da qualidade dos alimentos que estão sendo entregues, na melhoria das condições de trabalho para que possam plantar mais e melhor, sem tanto desgaste.

Como de costume, toda vez que vamos a sua casa, tomamos um café e vamos visitar suas hortas e estufas. Dessa vez não foi diferente.

*Marieta, a força do silêncio*



Figura 11 - Marieta entre seus pés de feijão andu (foto do acervo do Coletivo de Produtoras).

Marieta é uma mulher, indígena, de 59 anos, produtora rural e moradora do pré-assentamento Elizabeth Teixeira desde seu início. Também faz parte do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira desde a sua criação. É extremamente caprichosa e cuidadosa com a sua produção.

Marieta é bem quieta, não é muito de falar o que pensa e o que sente, por isso é sempre uma luta convencê-la a participar dos espaços de decisão coletiva e das reuniões. Mas, quando tem qualquer atividade de mutirão na Escolinha, ela é a primeira a se dispor para fazer a comida para o pessoal que vai ajudar (a mandioca cozida e refogada dela é a melhor de todas).

No seu lote, tem de tudo um pouco, mas o que ganha nossos olhos e corações são seus feijões, o andu, ou guandu, o de corda e o rosinha. São os melhores feijões sem veneno do pré-assentamento! Tem até árvores de castanhas em seu lote.

A entrevista foi feita na varanda da sua casa, no período da manhã, na companhia esporádica de seu marido, de suas galinhas e de sua porquinha.

Marieta nasceu em Maxacali, uma comunidade indígena em Minas Gerais, perto da cidade de Teófilo Otoni. Sua casa era de taipa (barro e madeira) e sua família trabalhava com o plantio de alimentos de onde tiravam a sua renda. Marieta conta o seguinte sobre sua infância e seu pai

Meu pai vivia da roça, mesmo ele sendo funcionário público, ele... o serviço dele era a horta. Ele plantava pra, pro pessoal da aldeia, pra merenda, essas coisas. Mas a gente tinha uma fazendinha que a gente ia de final de semana pra lá, moramos um tempo lá. Depois que ele veio trabalhar, a gente ia só de final de semana pra lá. Ai, é isso né. Eu morei na aldeia.

Marieta conta que sua família era grande, cerca de 19 irmãos, mas muitos morreram no parto. Relata que teve uma infância gostosa, legal, que eles tinham de tudo. Sobre a roça dos seus pais, relembra que eles plantavam milho, feijão, café, laranja, melancia e arroz. Em relação à colheita de arroz, lembra que dava bastante trabalho e que eles acordavam bem cedo para cuidar da roça de café para que os bichos e os passarinhos não acabassem com ela.

Sobre a sua infância, diz que aproveitou bastante, só não gostava de estudar. Ia para escola, mas não aprendeu nada nas aulas. E também não gostava da escola, principalmente porque tinha que ir a pé e andar cerca de 20km para chegar até lá. Depois, quando se mudaram para a cidade de Santa Helena de Minas ficou mais fácil o seu acesso à escola, mas já não conseguia aprender, não tinha mais vontade de estudar. Acredita que estudou até a 7ª série e que, depois, não teve interesse em voltar a estudar. Relembra também que o que mais gostava era quando chegava o final de semana e a família ia para a aldeia e passavam o final de semana na roça.

Diz que sempre ajudou seus pais na roça e que sempre gostou disso. Marieta conta que começou a trabalhar aos 7 anos de idade, fazendo comida em casa, já que ela e suas irmãs ficavam responsáveis por alguns serviços domésticos. Conta que a casa de seus pais sempre estava cheia de gente, uma vez que as pessoas passavam o final de semana na sua casa para poderem ir à feira ao domingo (e elas ajudavam na organização). É quando começa a relação de Marieta com a comida, com o preparo de comida para muita gente.

Marieta começa a trabalhar fora de casa quando se muda de Minas Gerais para São Paulo, porque, antes disso, desempenhava funções no trabalho doméstico e na roça. Isso muda quando ela se separa do seu ex-marido. Marieta casou com 16 anos e se separou com 19, tendo 4 filhas com esse marido.

Ela e a irmã vieram juntas para São Paulo. Na época, Marieta só tinha o RG e mais nenhuma outra documentação. Suas filhas ficaram morando em Minas Gerais, com a avó, e a cada 6 meses, ela ia para lá visitá-las.

Quando chegou em São Paulo, Marieta começou a trabalhar em uma fábrica chamada Bom Bife, em Vinhedo. Lá ela trabalhou 22 dias mas não se adaptou ao serviço, por isso começou um novo trabalho que consistia em cortar carne e, depois, foi para o setor da limpeza. Trabalhou em mais algumas fábricas depois do frigorífico e nesse período voltou para a escola. Estudava das 19h às 21h e das 22h às 6h trabalhava nas



fábricas. Mas foi ficando muito pesado e ela saiu da escola e começou a trabalhar com faxina nas casas de família.

Conta sobre uma das casas em que trabalhou

Eu trabalhava pra limpeza né, lavava roupa, passava... Cozinha não. Ai um dia eles saíram e falou assim pra mim: “ah você consegue fazer um arroz, um bife, uma salada”... Eu falei: “vou tentar” (risos). Porque casa de... desse povo rico né, é claro que você vai tentar (risos). Ai, eles foram pro mercado e eu fiquei. Fiz aquele monte de comida sabe, ela falou um arroz, mas eu falei: “ah, acho que vou fazer outra coisa”. Ai eu fiz... faltava a carne que eles foram buscar, ai chegou, fiz os bifés, a salada, pus na mesa os pratos... Daí ele me tirou da limpeza e me deixou na cozinha.

Marieta conta que gostava mais de cozinhar do que de limpar, porque em casa que tinha criança, o ambiente nunca ficava limpo e exigia manutenção constante. E que, na cozinha, por mais que cozinhasse para bastante gente, o serviço rendia mais. Depois dessa casa da família, ela passou a trabalhar em um restaurante, momento em que começou a pagar aluguel. Ela conta que a melhor coisa que fez foi ter saído dessa casa e arrumado a sua. Era um lugar bem pequeno, mas era bom. Ela fala sobre sua relação com Gilberto. Ela conheceu Gilberto em 1992, em um condomínio onde trabalhava e no qual ele fazia trabalhos de marcenaria, mas foram morar juntos apenas em 2000 em Jundiaí.

Sobre os trabalhos que teve, disse que o que mais difícil foram as faxinas em casas de família. E conta que

Eu acho que assim, a casa de família com criança, é difícil de trabalhar, porque você trabalha dobrado. Porque quando não tem criança, você limpa, pelo menos e põe as coisas no lugar, e parece que quando tem criança... não que criança faz mal... é que aí dá a impressão que a patroa chega e a casa não tá como ela quer né. Então tem tudo isso. Mas como ela já sabia, porque a patroa, essa patroa que eu fui que tinha essas 3 crianças, que eram umas capetinhas (risos), esses eram... ela saía de manhã, ele saía de manhã e só voltavam à noite. Então, quem cuidava? Era eu. Não os primeiros lá, porque os primeiros tinham babá, mas esses daí não tinha babá não, era eu, e eu, e eu (e bate no peito ao falar).  
[...] Cuidar deles, mandar pra escola... uma estudava de manhã, o outro estudava a tarde, então tinha que de manhã colocar um na perua, que pegava lá na porta.

De Jundiaí, ela se mudou para Campinas. Eles haviam comprado um terreno com a intenção de construir sua casa. A casa dela em Campinas era um barraco de madeira,

revestido com massa corrida. Marieta conheceu o MST apenas em 2007 (ano da ocupação do Elizabeth Teixeira), pois alguns encontros eram feitos na padaria no bairro em que morava. Gilberto foi quem se interessou e foi primeiro, para ver como seria. Segundo Marieta conta

Ele foi o primeiro que veio, eu não vim não, ele que veio. Ele chegou em casa, ele chegou do serviço falando assim: “eu vou”, como é que era... “me dá umas peças de roupas que eu vou não sei pra onde” (risos), não sabia nem pra onde vinha. “Fazer o que, não sei” (risos). Eu dei foi risada! “Fazer o que lá? Não sei. Volta que dia? Não sei” (risos). Era tudo não sei. Daí quem me perguntava, eu falava assim: “faço nem ideia, não sei”. E não me deu notícias...  
[...] Não tinha telefone. Ele tinha, eu não tinha... Ah, eu tinha, tinha o de casa. E aqui, chegando aqui o sinal era muito ruim, ele não ligava, e eu sem saber o que tava acontecendo.

Marieta conta, então, que as pessoas que vinham para cá, que eram seus vizinhos em Campinas, que lhe levavam notícias sobre Gilberto e o que era preciso enviar para ele. Enfatiza que ele passou a beber mais quando se mudaram para o pré-assentamento e que acredita que isso ocorra em decorrência da ausência de trabalho para ele aqui, porque em Campinas, sempre tinha um bico para ele fazer.

Até Marieta passar a morar em Limeira, ela ia e voltava com frequência para levar as coisas para Gilberto, porque ela ainda trabalhava com faxina em Campinas. Gilberto ficou e se envolveu com a organização do acampamento, além de ficar para garantir que teriam direito à terra. Conta sobre a decisão de se mudarem de Campinas para Limeira

Ai depois eu fiquei, eu vim fiquei um tempo, eu ficava uma semana e ele ficava uma semana, uma semana, uma semana... ai depois eu acabei perdendo o meu serviço né, porque, não tinha como. Ai cheguei na mulher e falei que não ia mais. E ele (Gilberto) falou que ia bancar tudo, que ele arcava e eu ficava aqui. Daí ele vinha só de final de semana, ou se não o final de semana que ele não vinha eu ia pra lá. E era assim minha filha, minha vida foi dura. Só fica mesmo (no pré-assentamento), quem tem coragem, porque se não, não fica não.  
[...] Chegou um momento que eu falei: “ou aqui ou lá”, desistir daqui e ir pra lá, ai ele optou por deixar o serviço também e vir pra cá. Que foi uma barra, né, você sobreviver daqui sem ter.

Marieta tem uma relação de longa data com o plantio, enquanto morava na cidade manteve o hábito de horta em vasos. Logo quando chegou, Marieta contou sobre os barracos de lona e que, só depois, houve a divisão dos lotes, e que morou em outro lugar antes desse onde se encontra hoje. Conta que

foi quando eu arrumei aqui. Isso aqui era tudo braqueara, a gente foi tirando, tirando, tirando até que foi acabando. Mas ainda tem algumas por ai (risos). Planta?! Não tinha nada do que tem aí hoje. [...] Tinha uns pezinho de arvorinha que é esses aí ó (e aponta na direção deles), mas já caiu a maioria, e era isso, não tinha muita sombra também.

Foi nessa época que Marieta resgatou a sua relação com o plantio e iniciou sua produção. Diz que no começo colhia muito mais do que agora, que plantava bastante feijão, abóbora, melancia, melão, milho... Mas, assim como apontado na entrevista de Clarice, afirma que a terra “não é a mais a mesma” (sic), que, com o passar do tempo, a qualidade da terra foi mudando, e o fato de não terem estrutura adequada para fazerem a recomposição do solo afeta suas produções.

Sobre o escoamento dos alimentos, pergunto para Marieta se ela participou de iniciativas de comercialização de alimentos antes do Coletivo de Produtoras. Teve o grupo Luísa Mahin, que organizava a iniciativa de Sacolão na UNICAMP, que ela fez parte, mas conta que era pouca produção que entregava. Também fez parte do PAA, em que a quantidade de alimentos entregues era maior. Sobre a entrada no Coletivo de Produtoras, Marieta diz que “O grupo de produtoras acho que foi o melhor né (risos). Tô falando a verdade”. Não se recorda muito bem como foi feito o convite para participar, mas está desde seu início. Conta que não ia em todas as reuniões, porque sempre tinha brigas, e que não gostava muito desse clima.

Pergunto o que mudou em sua vida com sua entrada para o Coletivo de Produtoras, e ela me diz que muita coisa mudou, principalmente a sua relação com as outras produtoras. Neste momento, Marieta foca no que tem de diferente no Coletivo, referente à organização do trabalho no começo da iniciativa e agora. Falou bastante sobre os itens processados que elas fazem para vender, que ela acha bom isso acontecer, para complementar a renda e não perder produção. Em relação às mudanças na sua vida, ela diz que

Mudou muito (risos). Sei lá, mudou bastante coisa, que eu não conseguiria, tipo assim, o estresse continua por conta de umas coisinhas e outras, mas pra mim eu melhorei bastante. Sabe, assim, que eu te falei, parece que eu tô perdendo a vontade de fazer as coisas, mas, aí eu volto atrás, e falo assim: “não, o quanto que eu ganhei estando nesse coletivo”... Outra coisa, se eu fosse trabalhar fora, eu não aguento trabalhar fora mais... Então eu vou ter que melhorar o que eu tenho, se eu quiser viver disso... eu tenho que fazer essa melhora. Mas pra isso,

precisa estar todos unidos. Todos colaborando, se elas colaborarem, vai dar tudo certo... Acho que é isso.

Falou também sobre a diminuição de consumidoras e consumidores. Sobre isso, ela diz “eu canso de falar pra elas: gente, vocês precisam ver o que tá acontecendo, mas não tem jeito...”, colocando a responsabilidade da resolução desse problema nas outras produtoras que compõem o Coletivo. Marieta acredita que a diminuição de consumidoras e consumidores se dá por dois motivos principais: a qualidade e a diversificação dos alimentos enviados pelas produtoras, o que faz com que as pessoas que consomem não queiram mais continuar consumindo, pois sempre estão presentes nas cestas os mesmos alimentos, que, muitas vezes, são alimentos que as pessoas ainda têm dificuldade de consumir (como peixinho, ora pro nobis almeirão, beldroega e afins).

Marieta também reclamou das produtoras que não entregam os alimentos que se comprometeram a entregar e que isso tem acontecido com frequência e que acaba prejudicando bastante na organização das entregas. Ela acha que esse é um dos maiores problemas do Coletivo.

Em relação à divisão das tarefas e a remuneração, Marieta diz que ainda tem alguns atravessamentos. Dependendo de quem faz a montagem das cestas (distribuição do que cada uma vai entregar – geralmente quem faz isso é a Melissa ou alguma articuladora) - ela sempre acaba enviando menos produtos, mesmo tendo produção suficiente. Ressaltou que sabe que esse problema acontece mais quando alguma das articuladoras monta a cesta. Sempre há a tentativa de equiparar as rendas ao fazer a montagem, todavia nem sempre é possível. Isso porque, além da equiparação, é necessário que se faça a montagem de cestas com alimentos diversos, entre uma semana e outra, para que não haja repetição de alimentos que são menos aceitos pelas consumidoras. Entretanto, as articuladoras que montam as cestas nem sempre estão alinhadas com essa discussão (equiparação de renda e diversidade), e na hora de montar, acabam distribuindo da forma que acha melhor.

Pergunto como é trabalhar no Coletivo. Marieta ri e fica em silêncio. Pergunto, então, se ela acha melhor trabalhar no Coletivo ou nas casas de família. Ela diz a seguinte frase: "(risos) Sei lá! Agora você me pegou". Dessa forma, para tentar explorar mais sua resposta, pergunto se é melhor ter ou não ter patrão, e Marieta me responde “É melhor não ter patrão! (risos) Porque daí você faz o que você quiser”.

Em relação ao trabalho com o Coletivo, ela diz que

Assim, o que eu acho que precisa, precisa mesmo melhorar é essa situação delas, elas precisam se pôr no lugar delas. Se tá errado elas têm que aceitar, né. Ó, essa semana mesmo, montando a cesta eu vi que tinha uns, uns espinafres que parecia que tinha tirado e posto lá no sol, de tão feio que tava, e isso é ruim. Porque eu procuro... já levanto de manhã, já vou lá, colho, já venho com tudo pra cá, chego aqui já vou separando, o que é isso, o que é aquilo, pego um pano molhado e ponho em cima, e toda hora eu tô jogando uma aguinha pra não murchar. E lá não! Acho que tirou e deixou lá... Tem vez, tem vez que eu não tenho vontade nem de pôr na sacola... e isso chateia. O Gilberto que fala: “você fica a maior parte do dia, quase o dia todo fazendo o certo, pra chegar lá e as pessoas mandar o errado” (risos). E aí acaba, o que acaba acontecendo, o que todo mundo fez... pau no rabo de todo mundo.

Sobre a responsabilidade do Coletivo, da proposta da auto-organização, Marieta diz que “É... todo mundo que tem que resolver, mas acaba sendo...”, esse relato traz para discussão algumas das dificuldades que encontramos ao se fazer a autogestão. Em muitos momentos do Coletivo, não houve a divisão delimitada de algumas tarefas, o que acabou sobrecarregando algumas pessoas, inclusive da articulação de Limeira e Campinas. Atualmente, há uma divisão mais específica de algumas tarefas, mas Marieta aponta que ainda não está do jeito que ela acredita ser o melhor, mesmo apontando que as coisas melhoraram.

A relação de Marieta com as outras produtoras se dá na base da convivência pelo trabalho. Ela não é muito de falar, mas escuta e observa tudo. Fica muito em silêncio, não se posiciona quando acontecem desentendimentos, guardando seus descontentamentos e ansiosos. Só fala nas conversas individuais.

Sobre como é ser uma produtora rural no MST, ela e diz que

Ser produtora, ser uma produtora, eu acho que é importantíssimo. Porque aqui você tá fazendo tudo aquilo que você quer, tudo aquilo que você gosta. Você trabalhar pra fora, eu acho que, eu não daria conta. Meu sustento é aqui, eu tenho me sustentado daqui, tirando o Gilberto, que trabalha aqui quanto fora. Mas eu não, eu... eu tento tirar daqui mesmo, e pra mim é bom. Não ter patrão, não ter ninguém pra encher o saco...

Marieta coloca em foco a importância da agricultura familiar para o sustento de sua família e da responsabilidade que tem em alimentar tantas pessoas, o que lhe coloca em papel de importância social também, pois a comida que ela planta está na mesa de muitas famílias de Limeira e Campinas. Sempre relata sobre poder trabalhar em casa, com o que gosta: plantar, cuidar dos animais e preparar refeições. Não é à toa que, sempre que

alguém vai a sua casa, Marieta tem alguma comida para lhe oferecer. Poder trabalhar em casa, fazendo o que gosta, decidindo sobre seu próprio horário de trabalho é algo que sempre faz parte de seu discurso.

Em relação aos seus sonhos para o Coletivo, Marieta diz que sonha grande que tem muito chão ainda onde ela quer chegar, segundo ela

Ah, não sei (risos)... não precisa chegar lá nos altos né... acho que todo mundo tem que se unir bem mais, focar bem mais tem que se unir muito ainda, pra chegar em um consenso. Não uma querer ser mais que a outra, isso não vale a pena, né. Eu acho que tem que ser igual. Eu faço o certo, eu acho que a outra tem que fazer o certo... claro que nós somos falhos, todo mundo falha, mas não sempre. Se eu errei hoje, eu tenho que procurar na semana que vem arrumar isso, semana que vem eu tenho que fazer isso. Ai toda vez, a mesma coisa, a mesma coisa, a mesma ladainha... e aí isso vai te deixando, acumulando muita coisa...

Após a entrevista, tomamos café com um bolo de mandioca feito pela Marieta e passeamos pelo seu lote, vendo como estava sua plantação de feijão andu e mandioca.

*Cíntia, uma mulher de garra*



Figura 12 - Foto da plantação de alfaces no lote de Cíntia (foto do acervo do Coletivo).

Cíntia é uma mulher parda, de 45 anos, mãe solo de 4 filhas e avó de 2 crianças, que vivem e são criadas por ela. Cíntia é uma das produtoras com a maior extensão de terras produtivas no pré-assentamento, sua renda é toda proveniente da venda seus alimentos como ambulante em alguns bairros de Limeira, além do que consegue escoar

pelo Coletivo de Produtoras. Desde que a conheço trabalha com a produção e venda de alimentos.

Conheci Cíntia por meio de uma de suas filhas (na época tinha 7/8 anos) que fazia parte das atividades de ciranda infantil. Cíntia é uma mulher taxada como brava, agressiva, barraqueira, o que faz com que as relações com ela demorem a se estabelecer. Após alguns anos, foi possível estabelecer com ela o vínculo que temos hoje. Por ter esse seu jeito mais bravo, muitas vezes briguento, Cíntia não mede suas palavras e, na maioria das vezes, tenta falar o que a incomoda, o que em muitos momentos pode deixar as outras pessoas um pouco desconfortáveis. Em seu discurso, é sempre enfatizado o seu trabalho no plantio e o cuidado com suas filhas.

Fizemos a entrevista em sua casa, na varanda. Seu marido João, uma de suas filhas e uma de suas netas estavam em casa no momento. Enquanto tomávamos um café, pedi para que me contasse de onde é, como foi sua infância, com o que trabalhou na vida. Conta, então, que foi registrada em Jordanésia, mas que sua família é toda do norte do país. Relata que sua mãe se mudou para São Paulo na dieta de seu nascimento, que, como ela não tinha onde morar e nem como pagar aluguel, acabou indo morar em uma mata.

Cíntia compara a sua vida com a de sua mãe, dizendo que ambas tiveram uma vida muito sofrida. Eram 6 filhas, mas morreram 2 que eram gêmeas. Conta que esse senhor, que foi como um pai para ela, ajudou a mãe a cuidar da casa e a criar as filhas e que sua mãe sempre trabalhou para conseguir sustentar a casa.

Relata que estudou apenas até a 4ª série. Aos 17 anos, ela se mudou de Jordanésia para Campinas, pois havia acabado de ser mãe da sua primeira filha, que ainda era um bebê. Ela conta que foi “mãe solteira” e que foi muito julgada por estar grávida e não ser casada.

Em Campinas ela conheceu o seu ex-marido, que é pai de suas outras duas filhas e com o qual viveu junto por 14 anos. Em conjunto com seu marido, ela montou uma empresa de reciclagem, que comprava os materiais recicláveis das catadoras e catadores, de modo que a renda que tirava dali era boa, o que permitia que ela tivesse uma “boa vida” na época. Foi nesse contexto que se divorciou e entrou para o MST. Essa aproximação se deu porque o MST fazia o trabalho de base perto da casa onde ela morava (em Campinas), onde se encontravam em uma padaria. Alguns vizinhos seus (Seu Chico, a Marieta e o Gilberto) começaram a participar das reuniões para discutir as ocupações de terra e ela resolveu também acompanhar essas conversas. Todavia, nessa época, ela ainda não tinha interesse em fazer parte do Movimento, nem sabia muito bem o que era,

porque ainda estava casada (mesmo que a relação já estivesse desgastada) e tinha a empresa de reciclagem junto com seu marido.

Após a separação, Cíntia chega na ocupação (depois de um tempo que as famílias já estavam ali acampadas) a convite da Jô, que é a mãe da Melissa, também produtora do Coletivo, e também sua vizinha em Campinas. No começo, ela não deu muita importância, mas ficou curiosa para conhecer, então chamou uma vizinha para ir com ela conhecer o lugar. Ela conta que, quando apareceu pela primeira vez no pré-assentamento, “[...] parecia uma madame! O povo aqui falava que eu até era uma mafiosa”, pela forma como se vestia e se comportava.

Até efetivamente se mudar para o pré-assentamento, fazia o trajeto Campinas - Limeira todos os dias de ônibus, acompanhada de Mercedes e Marieta, suas vizinhas. Depois de um tempo, passou a fazer esse trajeto cerca de duas ou três vezes na semana até que resolveu ficar de vez no pré-assentamento. Conta que todo dia tinha que assinar a presença para não correr o risco de perder seu barraco, visto que, se não a assinasse, o barraco era marcado com um X que anunciava que o mesmo poderia ser derrubado. Quando decidiu morar no pré-assentamento, ela trouxe suas filhas e se separou oficialmente de seu ex-marido. Foi morar no pré-assentamento sem renda nenhuma, porque saiu da casa e da empresa sem nada. Conta ainda que chegaram a passar fome quando se mudaram para o Elizabeth Teixeira, que dividiam o pouco que tinham entre elas e que chegou a questionar se ela daria conta de viver ali.

Pergunto para Cíntia porque ela decidiu entrar para o MST e porque resolveu se mudar para cá. Ela conta que, num primeiro momento, ela veio por curiosidade e, depois, acabou gostando; que sempre acreditou que tinha um destino, que iria pra roça em algum momento da sua vida. Dessa forma, pergunto de onde vem a sua relação com a roça, com o plantio e ela relata que nunca teve contato com a terra, mas que essa vontade veio de assistir à novela *Rei do Gado*

Tinha a Luana, aí eu falava, eu ficava boba. Se minha mãe tivesse, a irmã conta pra você, aí eu falava “eu vou ser igual essa mulher aí”, a mulher do *Rei do Gado*, a Luana, né. Aí eu tinha aquele sonho né. [...] Eu vim aprender aqui! Eu fiquei travada, o Arimateia veio me ensinar a carpir ... O Ari que me ensinava a carpir, eu travada que eu ficava de cama. Eu falava “ai meu deus, eu vou morrer de fome aqui”. Realmente morri de fome, passei fome aqui. Pra criar esses filhos. Foi isso, desde criança assim, com a novela *Rei do Gado*, eu falava “ai mãe, eu vou ser que nem essa mulher aí”. A minha irmã lembra, não sei se minha irmã chegou a comentar com meu marido, minha irmã mais velha. Foi isso. Aí eu vim pra cá e gostei desde o momento que eu



cheguei, era um matagal danado, Bárbara. Mas eu gostava, eu queria aquilo pra mim.

Sobre a ocupação e a construção do seu barraco, conta que quando chegou era tudo braqueara (um tipo de capim), com mais de 2 metros de altura, e que eles foram cortando para ir expandindo a ocupação.

Também relembra o despejo violento que vivenciaram, em que teve que correr da polícia e foi parar a quilômetros de distância para poder se salvar. Assim como tantos outros, seu barraco, junto com suas coisas, foi destruído e enterrado. Relembra que, naquele dia, as suas filhas estavam em Campinas, com seu ex-marido, e acompanharam tudo pela televisão. Achou que não iam sobreviver ao despejo e relata que “foi uma experiência. É que nem eu falo, a gente não pagou aqui com dinheiro, mas pagamos com a nossa vida [...] Por isso a gente tem que valorizar tudo isso que a gente tem aqui”.

Menciona a reocupação e a dificuldade em reorganizar tudo o que foi destruído, assim como menciona a importância que tiveram os parceiros do MST ajudando nessa reconstrução. As famílias ficaram em barracos perto do barracão (onde hoje fica a escolinha) e cada uma tinha um pedacinho pequeno de terra para plantar. Recordar-se de um temporal que teve, no qual parecia que tudo iria abaixo. Ela achava que tinha gente que ia morrer, porque os barracos iam desmoronando e voando.

Sobre a vida no pré-assentamento, ao longo de todos esses anos, ela diz que

Tem as dificuldades, tem, tem as lutas, tem. Mas a gente tem que agradecer a Deus. Porque do jeito que tá a cidade, as pessoas passando fome, a gente ter um pedacinho de terra pra plantar né. Glorificar esse Deus a todo momento. Estar aqui é difícil? É! Porque ainda, graças a deus, eu sempre fui uma mulher de cabeça, eu sempre procurei fazer o melhor para os meus filhos, até quando eu tinha meus filhos, que eu morava em barraco, a primeira pessoa que teve um gerador e televisão fui eu, porque meus filhos tinham mordomia. Só que eu não tinha uma casa construída, porque eu era boba, porque fazia tudo para os filhos. Gastava tudo, tudo que os filhos queriam eu dava. Era pra eu ter tido a minha casa há muito tempo.

Em relação às atividades em que ela participou com o MST, conta que sempre ajudou, principalmente na área da alimentação e, no início, da ciranda infantil, mas que nunca quis fazer parte da direção do pré-assentamento, mesmo tendo sido convidada

Não, nunca quis, fui convidada, sempre ajudei, mas... se a companheira aqui precisava de alguma coisa [...] podia ser a hora que fosse, eu

sempre fui companheira, mas nunca quis ser militante... deus me livre, não...

[...] Nossa, eu não rasgo minha bandeira de jeito nenhum, sou MST roxa (risos).

[...] Minha bandeira é o MST! Eu não rasgo minha bandeira de jeito nenhum! E eu agradeço primeiramente a deus e o Movimento que eu tô aqui até hoje. Nos dias de hoje eu fico muito chateada de ver as pessoas tudo virada né, aqui tem muito Bolsonaro aqui dentro, tem muito, muito, muito.

Desde quando iniciei minha aproximação com o pré-assentamento Elizabeth Teixeira, foi possível perceber um afastamento de algumas famílias dos ideais do MST. Isso se intensificou com a eleição de Bolsonaro, em 2018, e com a pandemia de Covid-19. Durante a execução do projeto realizado com a Fiocruz para a entrega das cestas básicas para as moradoras e moradores do local, foi possível ter contato com essa realidade e iniciar diálogos com as pessoas sobre isso.

Cíntia ainda cita o enterro de Beth, uma companheira do pré-assentamento. Nele, o pastor, também morador do pré-assentamento, recusou-se a usar máscara durante o velório e também incitava as pessoas a não usarem, dizendo que o vírus não existia (tivemos alguns embates com ele ao longo da execução do projeto em parceria com a Fiocruz).

Sobre a relação das pessoas acampadas com o MST, Cíntia conta que se entristece ao ver as pessoas falando coisas ruins do Movimento, sendo que elas só estão ali por causa dessa luta. Fala que

Sou muito grata por estar aqui hoje, pelo Movimento... Deus em primeiro lugar e o Movimento, por tudo que o Movimento tem feito né. Não rasgo minha bandeira de jeito nenhum. Vai ser MST enquanto eu estiver nesse mundão aqui. Graças a ele, hoje, você olha, a gente mora dentro da comida, dentro do alimento, não é?! [...] E não é?! A gente mora dentro da comida, né amor?! Ó, que salva aqui no meu lote, é só a minha casa e a garagem, se você for sair por aí, pelo fundo, você come...

Sobre as dificuldades que passou, conta que chegou a trabalhar na roça de outras pessoas em troca de um saco de arroz para alimentar suas filhas. Já passou o dia todo colhendo feijão andu em troca de um saco de arroz, sendo que tinha dia que não comia para ter comida para suas filhas. O cuidado com suas filhas e netas sempre atravessa a história e a fala de Cíntia.

Retomo o que ela mencionou, o fato de que, desde que se mudou para o pré-assentamento, começou a plantar. Começou com o cultivo de hortaliças e conforme foi aprendendo, foi expandindo sua produção. No começo, sofria bastante para manter a irrigação de suas plantações, porque, na época, não tinha muita noção e fez as hortas muito longe do local onde armazena água. Passou a vender sua produção de casa em casa em um bairro que é “próximo” ao pré-assentamento. Ia com a carriola cheia de manhã e voltava à noite, andava a pé cerca de 4km (na época ela não tinha carro).

Cíntia fala que sempre teve “cabeça” para fazer as coisas e para cuidar de suas filhas. Pelo seu jeito mais bravo, as pessoas do pré-assentamento diziam muitas coisas pejorativas sobre ela, chegaram até a dizer que ela usava alguma substância psicoativa. Segundo diz, a única coisa que fazia era tomar sua cerveja de vez em quando. Por cerca de 3 anos, Cíntia teve um bar em seu lote, foi uma das formas que encontrou de ter renda, para além do que ela conseguia vender (que era pouca quantidade), mas conta que deu muito trabalho e que, se fosse hoje, não faria isso novamente.

Pergunto se Cíntia fez parte de outras iniciativas dentro do Elizabeth Teixeira relacionadas à comercialização de alimentos. Ela conta que também participou do grupo Luísa Mahin, além das entregas do PAA, todavia, não se lembra por qual motivo não conseguia as documentações para a comercialização dos alimentos. Mesmo assim, conseguia entregar sua produção nas cotas das companheiras e dos companheiros desse grupo. Nesse mesmo período do PAA, também aconteceu o projeto de Sacolão da UNICAMP, mas conta que, nessa época, ela não tinha muita paciência e não gostava muito de como as coisas aconteciam, principalmente em relação à qualidade e aparência dos alimentos que eram entregues.

Sobre a sua entrada no Coletivo de Produtoras, conta que foi convidada pelo Wilon para fazer o curso no Assentamento Milton Santos, e, logo depois, o coletivo foi formado. Relembra que, no começo, a renda era bem pouca e vários produtores faziam parte, mas foram saindo porque não aceitavam o pouco que era pago. Cíntia fala que mesmo aquele pouco fazia diferença em seu orçamento. Menciona as intrigas e as brigas que aconteceram, que rolava muito “diz que me disse”, principalmente em relação a ela e que isso a desgastava bastante.

Comenta que o sonho dela sempre foi conseguir ganhar R\$ 2.000,00 por mês com as entregas para os grupos de consumo e teve um mês que conseguiu, período em que ela investiu o que ganhou em sua produção. Cíntia sempre menciona que o que ela ganha com o Coletivo é investido, e o que ganha na rua é para sobreviver e fazer a manutenção

da casa. Fala com felicidade sobre ter conseguido construir sua casa, com piso e um quarto bom para as crianças.

No começo da pandemia, quando o número de mortes estava alto, Cíntia nos fez prometer que, caso acontecesse algo com ela, cada uma de nós (articuladoras e produtoras) cuidaríamos de suas filhas e de suas netas. Essa relação com a morte e o cuidado com suas filhas e netas sempre se apresenta como uma demanda em momentos de crises.

Pergunto como está o trabalho do Coletivo e ela me diz que hoje está tudo bem, tudo dando certo. Cita sua relação com a Juraci, pois acredita que, após a sua saída, algumas coisas melhoraram. Ela acredita que o Coletivo, hoje, é mais unido e que existe uma parceria maior entre elas. Diz que, hoje, não tem do que reclamar, que tudo flui bem, inclusive a divisão das tarefas entre elas. Também conta que elas conseguiram se organizar para arrumar as coisas que estavam estragadas na escolinha.

Ainda sobre o Coletivo de Produtoras, questiono o que mudou em sua vida desde a sua entrada no Coletivo, e ela me responde que tudo mudou

Porque eu era uma pessoa assim, mesmo que eu ajudava as pessoas, eu era no meu canto né, não era de muita conversa né. Eu me soltei mais, mesmo que eu não vou na casa de uma companheira... nunca fui de ir na casa das pessoas mesmo, mas ali no grupo a gente se encontra, a gente conversa, troca as ideias, tudo... tem bastante diferença.

Sobre o Coletivo ser composto apenas por mulheres e ter partido delas essa definição, Cíntia faz referência à luta camponesa, à importância de ter esse espaço de convivência, de ter uma rede de apoio apenas entre mulheres para quando elas precisarem umas das outras. Ela diz que “me ajudou bastante, porque eu só era na roça, tinha dia que até 10 horas da noite eu tava regando horta, e saía pra vender. Eu era assim”, e ter o espaço do Coletivo contribuiu para que ela tivesse espaços de convivência (mesmo com todas as questões e conflitos que permeiam esse espaço).

Peço para que Cíntia me conte a diferença entre o trabalho que faz no Coletivo e os outros em que já trabalhou, como o da reciclagem. Diz que mesmo sabendo muito sobre os materiais recicláveis, porque trabalhou muitos anos com isso, fazia por necessidade, porque o que gosta mesmo de fazer é trabalhar com a roça, com o plantio, uma vez que “a roça é diferente, ali você tem que lidar com a terra, você sabe que você tá plantando aquilo que você vai colher, que você vai comer. E é muito bom”.

Quando pergunto sobre as maiores dificuldades do Coletivo, Cíntia fala que

é sobre transporte, que a gente tem que ficar dependendo dos outros, vai chegar uma hora que... e o que a gente vai fazer?! Que deus me livre chegar uma hora lá na segunda feira, eu ainda tenho esse carro, posso salvar ainda o Coletivo... ah o Fogaça não vai hoje, o que, não tem... eu posso descer aqui pegar o carro e vamos lá. Porque ele tá doente. Nós estamos sujeitos a isso a qualquer momento.

A questão do transporte tem sido uma pauta recorrente desde a campanha para a compra de uma Kombi. O Fogaça já tem apontado o seu cansaço em fazer esse trabalho e o receio do Coletivo é que aconteça algum problema e não tenhamos como resolver.

Sobre o Coletivo atualmente, ela diz que

Só tenho a agradecer ao grupo. Mas tá difícil agora, porque caiu muito as entregas do grupo, na rua não estou tendo como era de primeiro... tá difícil. Foi como eu falei, vamos ser realistas, agora eu só tô ganhando pra comer. Não vou mentir para você não, eu tô ganhando pra comer. Pra sobreviver, mais nada [...] Não tem mais condição... nem reciclagem tá mais compensando pegar, porque, não sei mais o que fazer... Não sei o que nós vamos fazer, não sei o que vai ser da gente, e ainda disseram que a gasolina vai subir mais... Que nem eu falei pro João, na rua dá dó! Dá muita dó das famílias! O grupo diminuiu pra caramba...

Sobre o que daria para melhorar no Coletivo, Cíntia aponta a questão de aumentar o número de consumidoras e consumidores e organizar melhor as articulações. O número de consumidoras e consumidores dos grupos de consumo de Limeira e de Campinas, de setembro a dezembro de 2021, caiu drasticamente, o que impacta diretamente na renda das produtoras. Alguns fatores foram identificados como a pouca diversidade de alimentos nas cestas, dificuldade com os grupos articuladores em manter a divulgação e contato com consumidoras, consumidores e afins. Cíntia deixa claro que acredita que possa ter relação com a forma como a comercialização é feita (que é realizada pelas articulações), do jeito que consumidoras e consumidores são atendidos e tratados, a forma como a conversa tem sido feita.

Em relação ao que ela sonha para o Coletivo

Eu sonho grande, né, da gente crescer, eu não quero que o grupo para não. A gente tem que lutar, correr atrás desses consumidores e trazer de volta, pra ele crescer, a gente pegar a nossa perua... Pra quem sabe ter um caminhão mais pra frente, pra gente fazer feira, andar aí pelo mundo. É grande que eu sonho... [...] Sonhar não é pecado.

Cíntia reforça que só tem a agradecer: “não tem coisa melhor do que levantar de manhã e cuidar das coisas”. Encerramos a entrevista com o seu neto chegando da escola e chamando a atenção da Cíntia, porque não foi buscá-lo na estrada.

*Seu Fogaça, a dança da terra*



Figura 13 - Registro da plantação de Antônio Fogaça (foto do acervo do Coletivo de Produtoras).

Antônio Fogaça é o único membro homem do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira. No auge dos seus 79 anos, é um exímio pé de valsa, no caso de forró, que, mesmo ao longo da pandemia de Covid-19 e com as chamadas de atenção do coletivo para que ele se cuidasse, não perdeu um dia de forró que é organizado pela terceira idade (só não foi quando o espaço estava fechado).

O primeiro contato que tive com Fogaça foi na organização e criação do Coletivo de Produtoras. Com a articulação, ele sempre foi muito tranquilo, mas ele é bem bravo e ranzinza na maioria das vezes. Ele tem funções delimitadas dentro do Coletivo, como a produção e o transporte das cestas de alimentos, mas não tem dimensão de todo o trabalho que é executado. Da mesma forma, por não gostar de reuniões e não compreender o funcionamento do Coletivo e sua proposta de autogestão, não participa das decisões coletivas, mas segue as regras e acordos que são firmados nesse espaço.

A entrevista de Fogaça foi feita no local onde acontece a comercialização das cestas, na casa de uma das articuladoras, num dia em que estava mais tranquilo e que

Fogaça estava com tempo (porque, geralmente, ele faz as entregas, conversa um pouco e já vai embora).

Fogaça é um dos 9 filhos, entre 5 mulheres e 4 homens. Nasceu em Água de Santa Bárbara, perto de Iaras, mas foi criado no Paraná. Fala sobre as várias cidades em que morou e que ele e seus irmãos foram criados no sítio, e que foi assim que aprendeu a plantar: com seu pai. Depois de um tempo, já adulto, comprou um sítio, mas logo vendeu e foi trabalhar como motorista de caminhão. Sobre seu histórico de trabalho, Fogaça conta que

Eu trabalhei com caminhão uns tempos. [...] Carregava de tudo. O caminhão era meu e o que aparecesse, frete, eu levava. Aí com uns 3 anos mais ou menos, eu vim pra Campinas. Eu vim pra Campinas, entrei na Guarda Noturna, trabalhei... entrei em uma construtora, trabalhei uma semana com caminhão, aí saí... entrei na Guarda Noturna e trabalhei 9 meses e 14 dias... Com a viatura... [...] Daí eu saí de lá e entrei na CentroSoy em Paulínia, trabalhei 17 dias... não 17 noites... Era da segurança. Mas lá... lá deu trabalho pra entrar. Tive que fazer tudo e com 17 dias eu saí.

Fogaça relata que saiu do trabalho no CentroSoy por conta de um conflito com outro funcionário e, para não piorar a situação e acabar brigando com o rapaz, acabou pedindo demissão do emprego. Relata que, tempo depois, começou a trabalhar na Mercedes. Permaneceu 5 anos trabalhando lá, mas, em 1983, demitiu-se e, no mesmo ano, conheceu o MST.

Nesse mesmo ano, um amigo estava morando no Tocantins e ele resolveu se mudar para lá também. Arrendou um pedaço de terra em uma fazenda e retomou o trabalho na roça. Ele já era casado e tinha filhos, mas sua família permaneceu em Campinas. Ficou um ano no Tocantins até que voltou para Campinas. De volta a Campinas, conta que trabalhou durante 7 anos na empresa Johnsons. Quando saiu da Johnsons, foi para as redondezas de Lins, para na cidade de Getulina, numa fazenda com o nome Jangada, da família dos Ribas (quando tem seu primeiro contato com o MST). Novamente em Campinas, ele trabalhou como motorista de ônibus municipal (estilo circular), por cerca de dois anos. Abandonou esse trabalho e arrendou um sítio em Indaiatuba, no qual permaneceu cerca de um ano.

Vale ressaltar que foi em Getulina que surgiu o Antônio Fogaça militante do MST, uma vez que participou da sua primeira ocupação de terra. Daí em diante, ele foi participando de ocupações pela região, em Lins, em Itapetininga, onde ficou por 13

meses. Depois, mudou-se para Indaiatuba, onde arrendou um sítio e começou a trabalhar como servente de pedreiro, de forma autônoma. Relata que foi ele mesmo quem construiu a casa que morou com os filhos e a companheira em Campinas.

Conta que sua irmã e seu irmão estão assentados em um Assentamento em Sumaré e que, nessa época, trabalhou lá com eles, por cerca de 1 ano, e foi lá que ele ficou sabendo que estava acontecendo uma ocupação de terra em Limeira. Veio para ajudar e acabou ficando. Está no Elizabeth Teixeira desde então, completando 15 anos.

Conversamos sobre os trabalhos que Fogaça já exerceu na vida: motorista (carro, caminhão, ônibus), produtor rural, servente de pedreiro, segurança de empresa. Hoje, ele é aposentado, produtor rural do pré-assentamento, sendo durante muito tempo o motorista das cestas agroecológicas do pré-assentamento até o ponto de retirada em Limeira. Todavia, ele vem apontando há tempos que está cansado, que não quer mais fazer esse trabalho. Pergunto para ele qual trabalho ele gostou/gosta mais de desempenhar e Fogaça diz que “Ah, eu gosto mais de trabalhar na roça. Eu gosto mais de estar na roça. Bom, agora com a idade que eu tenho, eu não tenho nem condições de mexer...”

Em outras conversas, Fogaça havia contado que aprendeu a plantar com o pai, dessa forma, pergunto para ele como foi essa relação

Meu pai plantava roça, mas quando eu comecei a trabalhar na roça mesmo, que eu peguei e comecei a trabalhar pra mim, depois dos 18 anos, aí eu dava show nele. As minhas plantas sempre davam melhor que as dele (risos).

[...] meu pai plantava de tudo. Só que ele tinha aquele jeitão antigo para plantar, né. Ele plantava o milho com uma distância meio larga, e 4/5 pé na cova, e eu plantei 2 anos assim. Mas depois eu resolvi plantar as sementes compradas e ele plantava as sementes do paiol. Então eu dava show nele por causa disso aí né. Porque o meu milho, o milho de semente selecionada, naquele tempo tinha um milho amarelão, muito bom, nossa mãe, como dava! Plantava e dava uma coisa mais linda!

Conversamos sobre a escola e a questão da educação, e ele conta que estudou até a 4ª série e que ele era conhecido como “fujão da escola”, porque, naquela época, seu pai não deixava que ele fosse todos os dias da semana às aulas, porque ele precisava trabalhar na roça para ajudar em casa. Ele conta que “quando chegava no tempo das férias mesmo, quando chegava mês de julho e tinha férias, eu ia começar a estudar no meio de agosto, já no final de agosto pra setembro, por causa das colheitas de café, que tinha lá. Então a gente ia colher café”.



Fogaça conta que gostava da escola, que gostava de estudar, que ele era muito bom nos estudos

Eu gostava de estudar e... eu gostava de estudar. Tinha vez que eu ficava 3, 4 dias sem ir pra escola, mas quando eu ia... naquele tempo era tudo na caneta, o ponto, né. Copiado na lousa, ela passava na lousa, e enchia, e enchia, e ia enchendo, e apagava em cima e... continuava... a gente acabava de copiar embaixo e ela começa já em cima, eu tava pronto já. A ponto de que dava 3 folhas de caderno e eu lia aquilo ali, pegava o caderno dos outros e lia aquilo ali e passava tudo pra ela. Ela [a professora] perguntava pra mim e eu falava tudo pra ela.

Relata ainda que, quando ele trabalhou na Johnsons, surgiu a oportunidade dele terminar os estudos, mas, na época, com seus 45 anos, achava que não fazia mais sentido estudar. Hoje, fala que se arrepende de não ter ido, de não ter terminado os estudos. Também conta que não participou das aulas de EJA que tiveram no pré-assentamento e, por estar mais velho ainda, já não queria mais aprender mesmo.

Voltamos a falar sobre o pré-assentamento. Fogaça estava presente na ação de despejo no Elizabeth Teixeira (assim como outras produtoras do Coletivo) e fala também sobre o despejo de Getulina, que foi bem violento. Disse que ele tinha a gravação do dia do despejo de Getulina, que ele pegou no INCRA. Cerca de 50/60 pessoas ficaram feridas e havia um helicóptero jogando bomba em cima deles. Fogaça vivenciou dois despejos violentos, mas afirma que o de Getulina foi o pior. No de Getulina, ele estava com 50 anos, enquanto, no de Limeira, Fogaça tinha 65 anos de idade.

Sobre o MST, Fogaça relata que

Eu conheço tudo o regulamento do MST e gosto. O MST é, na realidade... desde o tempo de Cristo existia os sem terra, porque a Maria, Santíssima, quando ela ganhou Cristo ela tava na terra dos outros, né. Na terra dos outros. E antes dela ter ele, ela já andava correndo, escapando dos... dos... reis, que naquele tempo queria matar, e se pegasse matava mesmo.

Pergunto para ele se ele participou do PAA e ele acredita que sim, mas não se lembra ao certo. Quando menciono a Cooperativa Maranata, ele afirma que fez parte e fala sobre como era essa relação. Conta que 20% do que era vendido ficava para a cooperativa, mas o problema, segundo ele, eram as pessoas que tomavam conta da cooperativa na época, visto que aconteciam algumas situações complicadas, como por

exemplo os produtores não serem pagos pela mercadoria entregue. Relata que ficou sem receber cerca de R\$ 2.000,00 em abóbora há cerca de 10 anos.

Em relação a sua entrada para o Coletivo de Produtoras, ele acredita que foi a convite do Wilon e do Mineiro (dirigente do pré-assentamento na época). Sobre o trabalho com o Coletivo, Fogaça aponta que

F: Na realidade, um coletivo é trabalhar todo mundo junto, não é... plantar todo mundo junto...

B: Também, pode ser assim...

F: Mas não funciona plantar todo mundo junto.

B: Por que?

F: Ah porque é... é... um trabalho com bastante vontade e outros não tem vontade... Teve um coletivo ali, um coletivo antes de tudo...

B: O senhor fez parte?

F: Eu fui lá ajudar e tudo, tinha dia que não aparecia ninguém. Nem sei o que é que deu. Nem sei o que que deu também... eu sei que a turma ia lá carpir... e não deu nada. Então assim, eu acho que cada um tem que trabalhar pra si.

B: O senhor acha que é melhor?

F: Ah é melhor. É melhor.

Ainda sobre a questão do Coletivo de Produtoras e a produção de alimentos, Fogaça relata que acredita que precisávamos arrumar um jeito de produzir melhor, mas que também era necessário ter para onde escoar esses alimentos. Assim como as demais produtoras do coletivo, ele aponta a perda de produção por não ter para onde escoá-la, além de que, só não perde mais produção, porque é possível direcionar para os porcos o que sobra, segundo ele

Tinha que ter um lugar pra poder entregar mais né. Mas fazer o que, a vida é assim, né. Não tem arrumação. Às vezes você tem as coisas mas não tem onde entregar. Às vezes tem onde entregar mas não tem as coisas. Eu gostaria, se tivesse, no caso se fosse fácil, entregar em alguma entidade de menor, dos velhinhos ali, que às vezes sobra e a gente entregava né. Porque tem muita coisa que tá perdendo lá...

Conversamos sobre a questão da fome e da possibilidade de doar os alimentos que estão para perder em seu lote e relembramos o projeto que fizemos em parceria com a

Fiocruz em que entregamos cestas de alimentos para famílias de um bairro pobre de Limeira. Após isso, encerramos a entrevista, mas Fogaça ainda comentou algumas coisas sobre o forró e suas diversas namoradas (inclusive, ele chegou a terminar um relacionamento porque a mulher não concordava com o fato dele ser do MST).

Vale mencionar que Fogaça tem funções específicas dentro do Coletivo de Produtoras, que foram acordadas em reunião entre elas, o que também contribui para que ele não tenha a dimensão total do que faz o Coletivo e como ele funciona.

Para além disso (e do forró), o espaço das entregas também acaba sendo um dos únicos espaços que ele tem de socialização e convivência, pois as produtoras também o auxiliam em suas demandas (como pagar as contas pelo celular, ligações para seus parentes, ensinar a mexer no celular, acompanhá-lo em algumas ocasiões médicas) e são sua rede de apoio no território.

Por Fogaça ser um homem idoso e que mora sozinho no pré-assentamento, ele acaba sendo cuidado pelas produtoras. Muitas vezes, ele almoça na casa da Clarice ou de Marieta, pois ele não faz comida apenas para si. No espaço das entregas, ele acaba conversando com as consumidoras e consumidores e criando laços com algumas pessoas, assim como com as articulações, que sempre vão visitá-lo em sua casa, além dele ter com quem conversar e compartilhar suas angústias.

### *Regina, a recém-chegada*



Figura 14 - Foto da colheita de carambola de Regina (foto do acervo do Coletivo de Produtoras).

Regina é a mais nova produtora do Coletivo, tendo adentrado em 2021 em decorrência da necessidade de diversificação de produção para realizar as entregas das cestas (bem no momento de afastamento de outra produtora, a Juraci). Ela foi a escolhida por ter participado do processo formativo sobre grupos de consumo no Assentamento Milton Santos, em Americana.

A entrevista foi feita na casa da Regina, no barracão ao fundo de sua casa, num dia bastante chuvoso, em meio aos seus animais de estimação.

Regina nasceu em Bandeirantes, no Paraná, mas, enquanto ainda era um bebê, sua família se mudou para Limeira, onde cresceu e viveu toda sua vida. Em relação a sua infância, Regina conta que aproveitou bastante, brincou bastante, mas que seu pai era muito bravo, batia nelas se brincassem muito. Conta que sua mãe e seu pai trabalhavam na roça para sustentar os filhos e quase chegaram a passar fome, pois a renda da mãe ia para pagar o aluguel e sustentar o básico para viverem (eram 4 filhas) e seu pai bebia bastante e não ajudava com as contas de casa. Cada irmã foi seguindo seu caminho e ajeitando sua vida. E diz que hoje a relação com seu pai é boa, que ele mudou muito desde sua infância.

Tem os estudos até o ensino médio concluídos, passou em um concurso público e trabalhou durante 10 anos em uma creche como monitora, mas conta que fazia de tudo nesse trabalho e que também gostava muito dele, inclusive porque comia muito bem lá.

Ficou casada durante 16 anos e, dessa relação, teve 4 filhas, contudo se separou porque ele bebia muito e não a ajudava em nada. Quando se divorciou, foi morar em um desses condomínios da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, conhecido como CDHU. Uma vez que começou a pagar aluguel, deixou o trabalho na creche e começou a trabalhar de cozinheira/merendeira em uma escola, onde permaneceu por 3 anos. Depois disso, começou a trabalhar na cozinha de um restaurante. Do trabalho do restaurante foi trabalhar na cozinha de uma empresa, local onde conheceu seu atual marido. Quando deixou de trabalhar na cozinha dessa empresa, foi trabalhar na linha de produção de uma fábrica.

Conta como conheceu seu marido e o MST (porque, antes disso, não tinha ideia do que era o Movimento)

A hora que eu ia servir a comida, ele era o último, sempre lá o último me esperando pra ficar lá conversando. Lá eu conheci ele, daí a gente

veio... a gente começou a sair, ele ia lá pra minha casa e como meu aluguel já tinha subido muito, tava muito alto e eu não tava dando conta de pagar sozinha, aí ele falou assim “vamos embora lá pra casa, Regina, que lá a gente não paga nada, eu moro lá no sítio”. Eu falei “bora lá então!”. Juntamos todas as coisas e viemos. Aí eu fiquei com ele, o que, uns 3... não, acho que eu fiquei uns 8 anos com ele sem casar, porque faz 2 anos... 1 ano que a gente é casado. Agora a gente tá há um ano casados. Vim pra cá, gostei. Depois eu continuei trabalhando numa firma, trabalhei mais 4 anos numa de peças de carro.

Regina conhece o MST quando conhece seu marido e fica sabendo da existência do pré-assentamento Elizabeth Teixeira. Tudo o que ela já tinha ouvido falar sobre o MST era o que passava na televisão e, depois, o que seu marido lhe contava, de modo que percebeu a diferença nos discursos. Quando passou a frequentar o pré-assentamento, as mulheres lhe convidavam para os atos em Brasília e em outras cidades, mas Regina nunca chegou a ir. Ela diz que “aí hoje nós tamos aqui. Eu tô aqui através dele né (seu marido). Gosto daqui, tô aqui. Aí eu entrei nesse projeto de vocês, tô gostando, tô amando (risos). Tô fazendo as minhas entreguinhas, tem as minhas coisas aí (aponta para a horta)”.

Assim que Regina se mudou para o pré-assentamento, as primeiras pessoas que conheceu foram a Jandira, conhecida como Mineira, e o Noel, conhecido como Mineiro (que foi dirigente do pré-assentamento durante muitos anos), que eram casados na época e foram quem acolheram a recém-chegada.

Desde que chegou, Regina e seu marido moram no mesmo lote (já havia sido feita a divisão entre as moradoras e os moradores), mas conta que só tinha uma casinha, que toda a estrutura do rancho e as melhorias foram feitas depois que ela chegou. Diz que

Era uma casinha toda, sem piso, sem... sem nada, era terra pura. Aí a gente conheceu a Mineira, a Mineira dormia aqui, a gente dormia lá, a gente tinha uma amizade muito grande com ela. E aí com ela eu fui aprendendo muita coisa, fui vendo as coisas. E hoje a gente tá aí. E tá bom!

Regina relata como se envolveu com o Movimento na ocupação de uma nova área em Limeira, em outubro de 2018, em que teve mais contato com outros militantes e com a luta em si.

Sobre a mudança da cidade para a roça, diz que ama a roça, que, quando precisa ir à cidade, já quer logo voltar. Ela vai à cidade para pagar as contas e já aproveita para visitar as filhas e sua mãe, que moram no mesmo bairro.

Regina menciona que acredita que o mais difícil na roça é ter que lidar com alguns animais, como os ratos e os lagartos, dos quais ela tem muito medo. Não é à toa que tem gatos e cachorros espalhados pelo seu lote para a protegerem desses animais. Os gatos já têm sua função estabelecida de não deixarem os ratos entrarem em sua casa.

Além disso, Regina também tem um galinheiro com galinhas caipiras e ródeas que também ajudam na complementação de sua renda. Regina tem cerca de 100 galinhas ródeas e caipiras que ficam em galinheiros separados, com o trato separado, para manter a qualidade de cada uma.

Em relação ao que foi marcante nesse tempo em que mora no Elizabeth Teixeira, diz que foram as coisas que aprendeu com as companheiras do Movimento. Cita que aprendeu a fazer colorau, sabão caseiro, açafrão e queijo. Foca, principalmente, em contar que foi Beth (a mesma companheira citada na entrevista de Cíntia), a Betona, que lhe ensinou a fazer o sabão (de óleo usado e soda). Regina era bem próxima de Beth, e sua morte atingiu todo o Coletivo. Regina nos conta

[...] o sabão foi a Betona que me ensinou. A Betona que me ensinou a fazer colorau, me ensinou a fazer... [...] eu ajudava muito ela, coitada. Nossa, eu tinha muita dó dela. Ela passava fome, dava as coisas pra ela. A minha família, juntaram lá e todo mês traziam uma cesta pra ela, todo mês. Aí ela vinha aqui em casa e não tinha as coisas lá, e eu também não tinha, mas eu dividia e dava pra ela. Porque tinha crianças. Por isso meus parentes ajudavam, por causa das crianças. Mas eu ajudei muito ela. Gostava muito dela. [...] ela era humilde, pensa numa pessoa humilde era ela. E sempre disposta, você nunca via ela triste. E eu ia sempre ajudando ela, era comida, era pra carregar celular, era tudo, tudo, tudo. Até então, o dia que ela morreu, a gente pegou as crianças dela, os pequeninhos, levamos eles lá na Santa Casa, pra ver a mãe deles. Aí depois a gente voltou com eles, mandei eles tomarem banho, eles dormiram aqui comigo e no outro dia eu levei eles lá na cidade deles, lá em... Piracicaba, pra eles... deixei eles lá com a irmã deles, lá no cemitério...

Sobre sua relação com a terra e o plantio, conta que isso se intensificou com seu atual marido, mas que também tem parentes que plantam no Paraná e sempre teve contato com essa realidade. Disse que, desde quando passou a morar no pré-assentamento, começou a plantar.

Em relação ao Coletivo de Produtoras, conta que ficou os 3 dias no Assentamento Milton Santos fazendo o curso, inclusive tem o certificado dele, mas não sabe dizer o que aconteceu na formação do coletivo do qual ela não foi chamada para fazer parte. Acredita que houve alguma falha na comunicação, porque esqueceram de avisar a data da reunião,

e, quando a avisaram, ela e o marido não conseguiram participar. Na época, a regra era: se não participasse na primeira reunião, não poderia fazer parte do grupo depois.

Conta que nesse curso foi ensinado algumas técnicas de plantio e como fazer adubo, além dos participantes ganharem algumas sementes também para dar o pontapé inicial na produção. Relata como foi o segundo convite para fazer parte do Coletivo, em 2021. Clarice foi a sua casa, pediu para olhar sua produção, e, depois, Jandira perguntou se ela tinha interesse em fazer parte do Coletivo, momento em que começou a fazer parte oficialmente da iniciativa. Diz que, ao longo dos anos, por não ter para onde escoar sua produção, acabou perdendo algumas coisas, mesmo levando para seus familiares na cidade (às vezes, ela vende para a vizinhança de sua mãe).

Pergunto como Regina vê o trabalho com o Coletivo, na perspectiva da auto-organização do trabalho, divisão de tarefas e afins. Diz que em relação à convivência com as outras produtoras é bem tranquilo, que se dão muito bem, que tem sido bem divertido poder estar nesse espaço, que aproveitam também para descontrair enquanto monta as cestas.

Para Regina, o que é mais difícil no trabalho do Coletivo é chegar até a Escolinha. Regina e Clarice moram no extremo oposto de onde acontecem as organizações das cestas, de modo que são cerca de 30 minutos, de subidas e descidas, até lá (em dia de chuva, acrescenta-se uma quantidade de barro tremenda ao trajeto). Do restante, não tem o que falar.

Outra dificuldade apontada é em relação ao envio de quantidade errada de alimentos pelas produtoras, que, às vezes, não entregam a quantidade de produtos necessária para fechar as cestas. Mesmo sendo uma dificuldade, elas têm conseguido se organizar frente a isso e têm tentado resolver o impasse.

E o que ela mais gosta no trabalho com o Coletivo é quando está todo mundo na Escolinha. Ela adora ver a montagem das cestas, separar e contar as coisas, montar e ver tudo arrumadinho para chegar às consumidoras e aos consumidores. Diz que “tudo prontinho, eu acho muito bonito. Eu tiro até foto pra minha mãe ver, pra patroa da minha mãe ver, pras meninas lá ver (risos)... Porque elas pedem pra ver, aí eu tiro foto pra elas verem...”.

Regina chega ao grupo após a discussão sobre ser um grupo apenas de mulheres, por conta, inclusive, dos problemas que já tiveram na época em que era um grupo misto. Dessa forma, para ela, não teria problema ser um grupo misto. Cita o caso do Fogaça e a reclamação constante de algumas produtoras sobre ele ter que participar das reuniões e

que, para ela, isso não faz sentido, já que ele não compreende o trabalho desenvolvido pelo Coletivo. Segundo Regina, “tanto faz, tendo homem, tendo mulher, cada um fazendo a sua obrigação certinha”.

Pergunto o que mudou em sua vida com sua entrada no Coletivo e diz que seu trabalho aumentou bastante, que não tem tempo nem de ir tomar café na casa da vizinha, o que, anteriormente, fazia todo dia. Seu trabalho diário é aguar a horta pelo menos duas vezes ao dia, menos nos dias em que chove. Nos dias de chuva, ela faz as tarefas domésticas, então reforça que o trabalho nunca acaba.

Tendo em vista os trabalhos que Regina já exerceu, pergunto qual deles (monitora, cozinheira e produtora rural) ela gosta mais e qual a diferença entre eles. Ela afirma que gostava de trabalhar na firma, no maquinário, mas o melhor trabalho ela acredita que é o de produtora rural. Porque, quando ela planta, ela sabe como foi plantado, tem o prazer em plantar e em ver nascer, crescer e se desenvolver, para depois poder colher e vender. Fala ainda que “já que você tá em casa você dorme a hora que você quer, você faz o que você quer, tudo... a gente faz o que a gente quer. Agora lá pra lá não, lá você tem ordem, tem horário, tem tudo. Aqui não. Mas eu não paro, viu. Eu não paro”.

Regina conta que sua renda hoje é toda vinda do Coletivo de Produtoras, pois seu marido é um faz tudo de pedreiro, mas trabalha apenas fazendo bicos.

Na casa de Regina, moram ela e o marido, mas eles dividem algumas coisas com Noel, o Mineiro, que, durante muito tempo, foi dirigente do pré-assentamento, e que, pela ausência dessa figura atualmente, acaba ainda desempenhando esse papel. Eles plantam juntos algumas coisas, como a mandioca, e é ele quem tem a vaca que dá o leite para fazer os queijos que Regina produz. Isso gera alguns desconfortos dentro do Coletivo, pois um dos acordos diz respeito a não comprar alimentos de outras produtoras e entregar como se fosse seu, todavia, nessa lógica da plantação compartilhada, fica mais difícil identificar o que é de cada um.

Sobre seu sonho para o Coletivo, ela fala sobre aumentar a quantidade de consumidoras e produtoras, para que o Coletivo sempre tenha pessoas consumindo os alimentos. Deseja que isso seja feito com qualidade e limpeza, tendo cuidado no envio dos alimentos, que é o principal para garantir a permanência das consumidoras.

Sobre a divisão das tarefas, Regina acredita que tem funcionado bem. Atualmente, Melissa e Marieta são responsáveis pela organização das cestas que são entregues pelo delivery (em que as produtoras montam as sacolas de alimentos individuais com o nome de cada consumidor que receberá a sua cesta em sua casa, por meio de um motoboy



parceiro); ela, Cíntia e Jandira organizam as quantidades de alimentos nas caixas que vão para a retirada (em que os alimentos de cada tamanho de de cesta - P, M e G - ficam expostos em mesas para cada consumidora e consumidor montar sua cesta). E, quando Melissa não está, Regina a substitui na organização do delivery junto com Marieta. Também se organizam após cada entrega para limpar e organizar o espaço da escolinha.

Para encerrar, pergunto para Regina como é ser uma produtora rural num assentamento sem-terra, e ela me diz

Como é ser uma produtora? Eu gosto, eu me sinto muito chique (risos). Eu sinto nossa... porque eu posso plantar, eu posso tirar, eu posso colher... eu gosto demais. Alimentar um monte de gente. Se alguém falar assim “eu preciso tanto de tal coisa, você pode me dar?”, eu dou, se eu tiver eu dou. Eu gosto eu acho... eu me sinto chique. Chego lá na minha mãe toda feliz no domingo, e falo “hoje eu tenho isso, tenho aquilo pra eu colher amanhã, então hoje eu vou embora mais cedo porque agora eu sou uma trabalhadeira, agora eu tenho que trabalhar” (risos). Portanto eu mando até as verduras que eu planto pras minhas primas lá no Paraná, e elas falam “nossa Regina, que coisa linda”, e eu “pois é, eu mesma que planto”. Eu e meu marido que fomos buscar, mas eu mesma que gosto de plantar, eu mesma que gosto de colher.

[...] Mas eu acho muito chique eu mesma fazer minhas coisas, eu gosto eu mesma de ficar mexendo... Ah, o meu marido já é do MST eu também sou! Nós estamos aqui através dele mesmo, se não fosse ele ninguém estaria aqui. Um povão muito gente boa.

Encerramos a entrevista com uma chuva caindo ao fundo. Me despeço e vou andando até a casa da próxima produtora. Logo após nossa entrevista, foi feita uma reunião entre todas as produtoras e, pelo descumprimento de alguns acordos, Regina, atualmente, se encontra afastada das atividades desenvolvidas pelo Coletivo. Nessa reunião, foi discutido com Regina o impasse de alguns alimentos que ela entregou não serem dela, mas sim da produção de Noel. Conversamos sobre os combinados e as responsabilidades a partir de cada descumprimento. Realizamos uma visita em seu lote e foram identificadas outras irregularidades em sua produção, como a ausência de alimentos que ela disse que teria para entregar nas próximas semanas. Dessa forma, o Coletivo achou melhor afastá-la das atividades até que Regina resolvesse essas questões.

*Jandira, nascida da terra*



Figura 15 - Jandira mostrando seu plantio de abóboras (foto do acervo pessoal da autora).

Meu primeiro contato com Jandira ocorreu por meio da ciranda infantil. Ela era companheira de Noel, mais conhecido como Mineiro, que sempre assumiu um papel de liderança dentro do pré-assentamento, no qual Jandira era conhecida como Mineira, por conta de seu relacionamento. Acompanhei de perto alguns processos de seu cuidado em saúde, auxiliando na articulação da rede de cuidados e nas intervenções necessárias dentro do Coletivo em relação a essa demanda.

Fizemos a entrevista em sua casa, na varanda, em companhia de sua maritaca e seu cachorro, ao lado de seus pés de manga e de fruta do conde, enquanto tomávamos café.

Jandira é uma mulher negra que nasceu no Paraná e que, aos 8 anos de idade, se mudou com sua família para o Mato Grosso, onde viveu pela região de Aparecida do Taboado e Paranaíba. Aos 12 anos de idade, mudou-se com sua família para o estado de São Paulo, nas redondezas de Bebedouro e Itajobi. Sua família era composta por sua mãe, seu pai, 3 irmãs e 5 irmãos.

Casou-se com 17 anos e, nessa época, estava morando em Palmares Paulista, também na região de Bebedouro. Ficou casada durante 18 anos, separou-se porque ele bebia muito, só ficava no bar e não trabalhava. Teve 3 filhas com ele, uma delas faleceu ainda criança. Quando se separou, voltou a morar com seus pais.

Sua filha mais velha tinha 8 anos quando conheceu um homem e foi morar com ele. Moraram em uma casa de Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo,

conhecida como COHAB, mas, tempos depois, ele faleceu, sendo vítima de um assassinato. Jandira voltou a morar com o pai até se estabilizar, porque ficou muito desestruturada após a morte de seu segundo marido. Após algum tempo, voltou para sua casa e criou suas filhas sozinha. Anos depois, conheceu Noel, e passaram a morar juntos. Mudaram-se para Minas Gerais e ficaram por lá cerca de 8 anos, morando com a mãe dele.

Foi a partir da relação com Noel que conheceu o MST. A irmã de Noel morava em Campinas e soube da ocupação de terras que iria acontecer em Limeira. Noel, ao saber, resolveu vir para cá, enquanto Jandira ficou em Minas Gerais. Nessa época, suas filhas estavam crescidas e a mais velha já morava em Ribeirão Preto (sua filha estava com 15 anos).

Jandira nasceu, cresceu e sempre trabalhou na roça e foi assim que criou suas filhas. Na época em que se mudaram para Limeira, ela e Noel não tinham nenhuma renda e o tempo era todo dedicado às atividades do pré-assentamento. Chegou a levar as filhas ao pré-assentamento, mas logo voltaram para suas cidades. Eles auxiliavam financeiramente as filhas de Jandira, pagando aluguel e afins, por meio dos bicos que faziam para conseguir dinheiro (e com o aluguel da casa que ela tem).

Em relação aos estudos, Jandira conta que chegou a ir à escola, mas foi por pouco tempo, que ia para brincar, porque não fazia o que a professora pedia. O pai fazia com que ela e as irmãs trabalhassem na roça e no serviço doméstico. Relata que ele era bastante violento com ela e com as irmãs. Segundo relatos de Jandira

Ele batia! Meu pai era muito bravo, muito bravo. E quando, às vezes, a gente fazia o serviço que ele colocava a gente para carpir mandioca, para carpir milho... se nós cortássemos um pé de milho ou de mandioca ele batia de cabo de enxada na nossa cabeça.

[...]

De chegar vez que a minha irmã mais velha hoje, que tá com 51 anos, ele batia tanto nela que um dia ele desmaiou ela com uma cabada de enxada na cabeça dela. Então, tipo assim, a nossa vida era uma vida violenta. Ele bebia e era baiano, ele era muito rígido, muito ruim, então ele criou a gente dessa forma. Então, a gente ia pra escola e a gente tinha trauma. Aí nós não aprendemos nada, nenhum de nós, tem só uma irmã minha que sabe ler um pouquinho, mas meus irmãos são todos analfabetos. Devido a essa violência que era os pais de antigamente.

Fala sobre sua vida no pré-assentamento Elizabeth Teixeira, no qual tem 15 anos de moradia e que faz parte do Coletivo de Produtoras. Comenta que as filhas insistem para que ela vá morar com elas na cidade, em Ribeirão Preto, mas ela conta que não

consegue ficar longe da terra, que a cidade não é seu lugar. Disse que prefere ficar na casa de seu filho, que tem um quintal e é perto do assentamento Mário Lago, também em Ribeirão Preto (ela aproveita para ir visitar e encontrar alguns companheiros do MST). Jandira fala que “o que me segura aqui, o que me amarra aqui no assentamento é a natureza, sabe. O que você colhe da roça, que a gente planta”.

Jandira se recorda do despejo, em que ela e Noel estavam do outro lado da ocupação, de modo que ninguém conseguia entrar e nem sair. Depois de muito tentarem, quando entraram, já estava tudo abaixo, com o helicóptero e cachorros da PM por todos os lados. Jandira continua “e eu tô aqui até hoje, vai fazer 15 anos que eu tô aqui, enterrei meu umbigo aqui (risos)”. Ao longo da entrevista, Jandira utilizou em muitos momentos essa expressão “enterrei meu umbigo aqui / meu umbigo está enterrado aqui”, a qual retoma um hábito antigo de se enterrar o umbigo dos recém-nascidos em pés de árvores para garantir uma vida próspera, ou ainda, em algumas crenças, dependendo de onde se enterrava o umbigo, era para trazer bons ventos para essa pessoa ou atraparlar a vida dela. Jandira fala da expressão no sentido de reforçar que o sentido de sua vida está no Elizabeth Teixeira, está nesse lote que hoje habita, está na sua relação com a terra, na sua relação com o plantio, portanto enfatiza que ela faz parte desse lugar, desse território.

Conversando um pouco mais sobre a sua relação com o MST, conta que, antes de ir ao pré-assentamento, só tinha ouvido falar coisas ruins sobre o movimento, o que passava na televisão e no jornal e concordava com o que era dito, inclusive achava que era errado tudo o que o MST fazia. Mas, após ter contato com os militantes e com a organização do movimento, após começar a fazer parte das reuniões, das atividades e das marchas, mudou completamente de opinião e acabou se tornando uma militante do MST.

Conta sobre as marchas que vão até Brasília. Na primeira vez que foi, passou muito mal, achou que não ia conseguir chegar, pedia ajuda para a carregarem, tremia por conta do cansaço. Jurou para si mesma que nunca mais iria, mas foi uma segunda vez e passou por todos os perrengues de novo. Relata também sua ida à Marcha das Margaridas e os contatos que mantém com algumas das mulheres até hoje. Reforça que gosta muito desses espaços de marcha, principalmente o das mulheres, por conhecer e poder conviver com pessoas de movimentos sociais espalhadas pelo Brasil.

Conta sobre os muitos momentos bons que vivenciou com o MST e que aprendeu bastante com o Movimento. Retoma uma atividade que foi realizada com as mulheres do pré-assentamento Elizabeth Teixeira e com o Assentamento Milton Santos, em que elas tiveram que contar sobre as suas vidas e encenar alguma situação que foi marcante.

Jandira escolhe contar sobre sua infância e como seu pai a tratava. Relata que todos trabalhavam na roça, pai, mãe (junto dos filhos pequenos que ainda dependiam dos cuidados dela) e irmãs, e ela era responsável por fazer comida para 12 pessoas desde seus 8 anos de idade. Ela fazia a comida e tinha que levar para eles onde estavam trabalhando, e era longe, demorava cerca de 2 a 3 horas para chegar até eles, e seu pai exigia que fosse tudo arrumadinho e os pratos tinham que ser montados por ela e com a mesma quantidade de comida para todos. Terminava de servir e tinha que voltar para casa para preparar o café da tarde que tinha que levar para eles novamente (às vezes, tinha que levar alguma ferramenta para o roçado que haviam esquecido em casa). Nessa atividade, ela teve que encenar o seu pai, e conta que ganharam como a melhor apresentação.

Relembra a questão da educação, contando sobre a experiência de EJA – que aconteceu durante alguns anos no pré-assentamento, em que Melissa, uma das moradoras e produtora do Coletivo - era a professora. Disse que, quando começou a aprender a ler, o projeto parou e não foi renovado. Em 2020, Jandira havia retornado aos estudos em uma escola em Limeira, mas parou por conta da pandemia. Quer voltar, mas está vendo a questão do transporte, porque não tem transporte municipal disponível para a escola em que estuda.

Sobre o Coletivo de Produtoras, Jandira diz que ama e que é também o que a segura no pré-assentamento. Pergunto se ela chegou a fazer parte do grupo Luísa Mahin e ela afirma que sim, contando que era um grupo de mulheres, mas que, na época, não tinha muita produção, porque, como era um barraco perto do outro, não tinha muito espaço para fazer horta, que seu forte era entregar pão caseiro. Conta também que os pães que fazia iam para as ocupações de novas terras do MST, que as lideranças entravam em contato e encomendavam cerca de 100 pães, que ela fazia, mesmo com toda a correria (porque, geralmente, os pedidos chegavam de um dia para o outro).

Jandira tem uma forte relação com a comida e a alimentação de várias pessoas. Em muitas ações e atividades do Movimento, ela foi solicitada para cozinhar para o pessoal, rodou alguns assentamentos e acampamentos sendo convidada para preparar as refeições. Conta

[...] quando a Eunice me ligava pra falar que ia ter ocupação... nossa, no Horto ali mesmo, eu fiquei 3 meses ali eu que tomava conta da cozinha, eu que fazia comida. Aquilo lá pra mim, eu ficava toda feliz. Aí eu já nem tava morando aqui mais no Elizabeth eu já ficava lá. Eu só vinha aqui uma vez na semana... e me dedicava a galera... pra mim era tudo, era show de bola. Era tudo o que eu gostava. E até hoje, sabe,

eu sinto falta, eu sinto saudade daquele tempo, daquela galera, aquele monte de mulher, quando a gente... das margaridas... eu tenho o grupo delas até hoje. Era tudo de bom. E pra você ver, hoje parou tudo, acabou tudo... eu fico pensando que podia tanto voltar aquele tempo, era tão gostoso, aquela galera, aquele monte de mulher. Era tudo de bom.

### Retoma o que a mantém no pré-assentamento

Então, o que me prendeu aqui, no assentamento... porque às vezes eu penso tudo o que a gente já passou aqui, o tanto que a gente já sofreu debaixo de lona, de você levantar de noite e tá com a cabeça no tempo, e aquele vento vir e levar aquela lona embora... a gente passou momentos terríveis aqui, mas hoje eu vejo, olho as minhas plantas todas lindas, olho meus pés de manga que tão a coisa mais linda, meus pés de limão tudo florido... então eu tenho uma raiz aqui, queira ou não, a gente acaba criando uma raiz. Eu vejo esse pé de fruta do conde [...] tá aqui dando fruto, eu penso que é a minha vida que tá aqui.

Sobre sua entrada no Coletivo de Produtoras, Jandira, em alguns momentos, mistura a história do grupo Luísa Mahin com a do Coletivo de Produtoras e transforma em uma única narrativa, inclusive, por terem sido experiências muito parecidas com o foco nas mulheres e na produção e escoamento de alimentos. Conta a história da criação do Coletivo como uma continuação do Luísa Mahin, com quem restou, ou melhor, com quem resistiu nessas iniciativas. Ela diz que “teve as que saíram e as que entraram... Mas eu tô desde o começo, eu tô desde que entrei na ocupação eu tô nesse coletivo. Não saí em momento nenhum. E tamos até hoje nisso aí”.

Sobre o trabalho que é feito no Coletivo de Produtoras, conta que o mais prazeroso é

tirar minhas produções, ir lá no meu pé de abóbora, que tá lindo e que você vai ver depois (risos)... quando eu vou passar minha lista e falar quantas abóboras, tantos pacotes de manga, tantos de mamão... de cebola... isso pra mim, eu fico muito feliz, porque eu tô tirando as coisas que eu plantei, as coisas que eu vi crescer, uma coisa que eu vi dá. Por isso que, eu olho assim, eu fico andando, daí eu vejo que madurou um cacho de banana que eu nem tinha visto... Então isso é uma alegria muito grande pra gente. De você ir lá, catar uma fruta, ir lá pegar uma manga, você ir lá pegar uma abóbora e fazer pra comer, você ir lá tirar um pé de mandioca e comer. É diferente de você ir lá no mercado, pegar uma manga daquela ali... pega uma do mercado e pega uma daqui pra você ver... a do mercado não tem gosto de manga.  
[...] Então, isso que eu olho e penso “que coisa linda” (risos) que é natureza. Você chegar lá, pegar uma fruta, você pegar um legume e...  
[...] Você tem aqui tudo!

Jandira fala sobre o seu conhecimento em fazer xaropes caseiros, que aprendeu sozinha, ao analisar as plantas e as misturas que delas poderiam sair. Afirma que seus xaropes funcionam e que sempre a procuram para solicitar seus xaropes. Segundo suas próprias palavras

tem coisas que a natureza te ensina a fazer. [...] Então, o que você vive na roça, a terra te ensina a viver, ensina você a fazer. E as meninas falam que eu sou muito inteligente, muito sabida, e me perguntam quem me ensinou. Eu respondo que foi a natureza, a terra. Eu fui criada, meus pais foram criados na roça, então eu aprendi na roça. Então tudo o que você pensar de planta, de roça, de plantar, de colher, eu sei um pouco, porque eu fui criada assim.  
[...] Tem gente que mora em cima da terra que não sabe trabalhar e nem lidar com a terra. Eu tenho essa raiz!

#### Retoma a história sobre enterrar o umbigo

Meu pai, antigamente quando as crianças nasciam, as mães catavam o umbigo da gente... meu pai dizia que enrolava na folha da bananeira e enterrava num pé de banana (risos). Por isso que eu falo que meu umbigo é enterrado aqui, não é aqui, mas tá aqui também. Porque meu pai enterrou nossos umbigos lá na onde ele criou nós: na roça! Então a terra te ensina a viver, ensina você a plantar, ensina você a colher.

Sobre o trabalho com o Coletivo de Produtoras, em relação ao que é mais difícil no seu trabalho, diz que é a responsabilidade que possuem em gerir o Coletivo, que é como se fosse uma empresa, uma cooperativa. Ressalta o cuidado necessário que elas precisam ter no envio dos alimentos, no contato com as consumidoras e os consumidores, porque, se algo der errado, o erro é do Coletivo e a responsabilidade é do Coletivo também. Relembra a renda extra de final de ano (e compara com o 13º das empresas). Fala ainda sobre a responsabilidade de ter produção para entregar em janeiro, que tem pouco tempo para poder descansar, tirar férias e visitar sua família, porque tem o compromisso com o Coletivo e, conseqüentemente, com quem consome seus alimentos.

Dentre seus sonhos para o Coletivo, o primeiro é ter uma cozinha estilo industrial para que elas possam fazer seus quitutes, e dá como exemplo a cozinha da UNICAMP (do curso de Engenharia de Alimentos, com o Grupo de Extensão Social e Tecnologia, o GESTO), na qual participaram de uma oficina de higienização e processos de cuidado com alimento. Nessa ocasião, fizeram doce de abóbora, com a abóbora de 36 kg colhida em seu lote.

Aponta que uma das coisas que mais gosta no Coletivo é a união entre as produtoras e fala sobre quando se acidentou

Você lembra quando eu quebrei o pé, que eu fiquei com depressão e tudo, cada uma das meninas tirou pra me ajudar, cada uma ficou responsável... a Clarice ficou de lavar minha roupa, a Cíntia vinha, eu devo muito favor pra Cíntia, muito. A Cíntia pode ter todos os defeitos dela, ela é locona pra conversar, estouradona, mas... a Cíntia marcou minha vida aqui dentro. Todas marcaram, só que a Cíntia deixou um legado na minha vida, na minha história. Em tudo! [...] Eu gosto de todas, gosto de todas.

Para encerrar a entrevista, pergunto para Jandira como é ser uma produtora rural no pré-assentamento, e ela responde

Pra mim... olha, eu vou falar a verdade pra você, eu sou uma produtora rural exemplo pra qualquer um aqui dentro, eu Mineira, falando com você. Eu sou uma produtora exemplar, que tudo que você imaginar de roça, tudo que você imaginar de plantar, de carpir, de colher, eu entendo um pouco.

[...] Mas tem hora que desgasta. A gente desgasta, fica esgotada... Pra você ver, eu não vou pra canto nenhum nesse final de ano. Com essa pandemia caiu bastante o número de consumidores, nosso pagamento caiu e vocês sabem o quanto que caiu, o preço que tá o combustível... então não vai dar pra ir pra canto nenhum nesse fim de ano. Eu vou ter que ficar aqui e o que eu vou ficar fazendo? Eu vou plantar!

A renda de Jandira é quase toda oriunda do Coletivo. Ela é pensionista de meio salário mínimo, mas tem um empréstimo para pagar em 36 anos, então não recebe quase nada. Tem também uma casa, essa da COHAB que ela aluga, mas, durante a pandemia, o inquilino não pagou o aluguel e ela o deixou morando lá gratuitamente, porque ele tem uma criança. Seu atual companheiro, o Zico, faz bicos e ela ainda está em processo de divórcio judicial com Noel. Por isso, Jandira reforça a necessidade do seu trabalho no Coletivo.

É importante frisar que foi com o Coletivo de Produtoras que se inicia o debate para que as pessoas começassem a chamá-la de Jandira, pois, ao longo do tempo em que ela está no pré-assentamento, ela é chamada de Mineira, por conta de seu ex-companheiro, o Mineiro. O processo se iniciou antes de seu divórcio e o debate se intensificou após o rompimento (que foi o momento, inclusive, em que sua depressão ficou em evidência, e que conseguimos uma parceria com uma psicóloga para atendê-la



gratuitamente). Encerramos a entrevista e fomos andar por sua horta, tirar foto de sua produção e de seus pés de abóbora recém-nascidos.

*Melissa, de sem-terrinha a produtora rural*



Figura 16 - Plantação de espinafre da Melissa (foto do acervo pessoal do Coletivo de Produtoras).

Melissa é a produtora mais jovem do Coletivo, mulher branca, de 29 anos de idade. Ela é responsável por toda a parte financeira do Coletivo de Produtoras (e pelo pagamento das rendas de cada uma), pela divisão e montagem das cestas, pela articulação e condução das reuniões do Coletivo. Também é conhecida como “professorinha”, pois chegou a dar aula no projeto de Educação de Jovens e Adultos, EJA, para moradoras e moradores do pré-assentamento. Por conta de sua pouca idade, já foi confundida como estudante universitária que realizava projetos no local, assim como também já foi desacreditada enquanto produtora rural.

Conta que conheceu o MST quando tinha 8 anos de idade quando ela e sua família moravam na cidade de Monte Mor e estavam passando por uma situação delicada. Encontraram-se com um dirigente do Movimento que fazia trabalho de base em seu bairro, quando foram convidadas a ingressarem ao Movimento. Se recorda de terem adentrado ao movimento pelo grupo Terra Sem Males e que o primeiro local em que foram morar foi no Assentamento Irmã Alberta, na cidade de Cajamar. Depois, foram

mudando para outras áreas (eram despejadas e iam ocupando novas áreas e assim por diante).

Melissa conta que como era muito nova não entendia muito bem o que era o Movimento, mas sabia que era o que tinha de melhor naquele momento para sua família. Menciona que

desde lá a gente foi passando até... infelizmente pelo Terra Sem Males a gente não conseguiu nenhuma área, a gente foi passando de assentamento em assentamento, em áreas e sendo despejados, e assim foi por dois anos. Aí por último, a primeira vez que ocupou ali onde é o Milton Santos (Americana), foi a gente da Terra Sem Males, daí teve o despejo, de novo... aí por fim, algumas pessoas foram pra outros assentamentos aí minha mãe... minha mãe acabou desistindo.

Com a desistência de sua mãe em continuar fazendo parte do MST, foram morar no Jardim Fernanda, um bairro de ocupação na cidade de Campinas, e lá ficaram por mais dois anos. Uma dirigente da regional do MST entrou em contato novamente com a mãe de Melissa, que é conhecida como Jô, e a convidou a voltar para o Movimento, pois haveria uma nova ocupação e precisaria de muita gente. Foi nesse retorno de Jô que Marieta e Cíntia também entraram para o Movimento (eram todas vizinhas em Campinas).

Sobre a vinda para o pré-assentamento Elizabeth Teixeira, Melissa conta que

daí a gente veio pra cá. Daí pra cá eu já tinha onze anos.[...] E sempre me interessei, comecei a me interessar mais pelas causas, daí eu já era maiorzinha, comecei a entender melhor, comecei a participar do EJA, da ciranda e entender mais o que era o Movimento, as causas sociais, a Reforma Agrária. E aí comecei a participar do EJA, e acho que com 16/17 anos eu entrei no grupo de mulheres, que foi o Luísa Mahin já.

Como Jô sempre esteve bastante envolvida com as questões de militância do MST, Melissa acabava acompanhando-a nas reuniões, formações e assembleias. Mel foi uma criança sem-terrinha, que participava dos espaços de ciranda infantil ofertados pelo Movimento. Posteriormente, tornou-se professora na EJA e, mais tarde, passou a compor o grupo de mulheres, de modo que a militância sempre esteve presente em sua vida. Conta que foi a partir do grupo Luísa Mahin que ela e mãe começaram a plantar, pois havia a possibilidade de entregarem alimentos para a Cooperativa vendê-los, o que contribuiu para que começasse a se interessar mais pela questão do plantio. Em suas palavras

Eu sempre plantava alguma coisinha, mas pra gente mesmo tá consumindo. Mas pra tá vendendo, tá tendo isso como renda, pra sobreviver, foi quando ela começou na cooperativa. E aí depois, logo, eu comecei a fazer sozinha. E aí eles me deram a oportunidade, já que ela era cooperada, aí eu acabava entregando na cota dela e também de outras pessoas, porque daí a dela estourou (risos)...

Melissa e Jô fizeram parte do coletivo Luísa Mahin até sua extinção. Conta que ficou bastante chateada quando isso aconteceu e teve que procurar trabalho em outros lugares. Começou a “fazer feira”, ao mesmo tempo que continuava plantando. Foi nesse momento que ela se mudou da casa da mãe e foi morar com o companheiro Walisson, em um lote também no pré-assentamento.

Sobre os trabalhos que já realizou na vida, Melissa conta que na feira, ela começou com uma banquinha de pastel até que conseguiu um ponto fixo e começou a trabalhar por lá. Com esse ponto fixo, passou a levar sua produção de verduras e hortaliças para serem comercializadas. Para garantir sua renda, foi incluindo outras coisas para vender, como celular, caixinha de som, chip... Chegou a enviar currículos para lojas e empresas, fez algumas entrevistas, mas ao analisar melhor as possibilidades, percebeu que poderia conseguir uma renda melhor com a barraca do que nesses outros trabalhos, mas reforça que nunca teve “registro em carteira”.

Ainda sobre seus trabalhos, menciona que fez artesanato com chinelos decorados que também eram vendidos na feira. Outro trabalho que teve foi em parceria com um projeto de extensão da Unicamp, no qual ela deu aula de alfabetização para moradoras e moradores do pré-assentamento, por meio da EJA. Ela recebia uma bolsa para executar essa tarefa, assim como também recebeu uma capacitação para isso. Além disso, mais recentemente, em concomitância com a sua participação no Coletivo, ela trabalha em um quiosque em uma das praias de Bertiooga. Diz que o trabalho no quiosque é “um escape, é um trabalho, é cansativo, mas sai um pouco daquela rotina”.

Sobre o início da organização do Coletivo de Produtoras, Melissa conta que

Na formação era bem mais pessoas né, quando começou na época do pessoal, da Lívia do Wilon, da Fer... não era... eu acho que era umas 15/17 pessoas no começo, era... ixi... começou mais como uma formação né... davam umas formações, a gente vinha, conversava, discutia e aí começou com a questão de começar a entregar, fazer umas entreguinhas, mas como feira, na Unicamp. E depois foi crescendo, a gente foi divulgando, tomando espaço e aí... e era só em Campinas, aí com o tempo foi aumentando. Mas no começo a gente entregava R\$ 10,00 por pessoa. E aí foi que o pessoal acabou desistindo, desistiu

bastante pessoas e ficou, e acho que quando começou em Limeira, já tinha um número bem reduzido...

O Coletivo de Produtoras foi passando, em seu início, por adaptações e desistências, inclusive em relação ao fato dele se tornar um Coletivo de Produtoras, de mulheres. Sobre isso, Melissa fala que

Eu acho que isso foi um... bem importante e um dos motivos da gente estar aqui hoje ainda. De serem só mulheres, que uma compreende a vida da outra, porque mulher entende mulher né. E acho que isso também é um ponto bem grande da gente... o motivo maior da gente ainda estar aqui hoje.

Outro ponto importante que Melissa traz em seu relato diz respeito à questão da renda, uma vez que, hoje, a renda oriunda do trabalho realizado pelo Coletivo é a que sustenta as famílias das produtoras. Ela faz uma comparação com o momento em que entregavam alimentos para a cooperativa: mesmo a produção sendo bem maior, o valor pago pela cooperativa era muito baixo. Relembra ainda que a produção daquela época era melhor e maior (em relação à variedade de alimentos). Ainda sobre o Coletivo de Produtoras, ela diz que “o grupo foi maravilhoso, em questão da gente trabalhar com o que gosta, ter essa autonomia de ser dona de casa e ter nossa própria renda, então...”.

Sobre os seus sonhos para o Coletivo, diz que sonha com seu crescimento, com sua melhoria e com mais visibilidade do que ele tem hoje!

Sobre ser uma produtora rural no Movimento Sem-Terra, Melissa relata que ama, adora ser produtora, segundo suas palavras

eu adoro, eu amo! Mexer com a terra, trabalhar, de plantar, colher... Que nem eu falei pra você, essa autonomia do tempo, né... e estar produzindo alimentos saudáveis, tanto pra gente consumir, quanto pra gente também estar vendendo, isso é maravilhoso, é uma coisa linda de Deus mesmo, da gente estar produzindo alimentos.

Todavia, aponta que uma das maiores dificuldades é o desgaste. Aponta que é bastante cansativo “porque tem trabalho bem pesado, muito manual. Então dá uma certa cansa, e aí, além de tudo isso, às vezes você planta e na hora de colher vem um bichinho, vem uma chuva, vem um sol (risos)... e dá aquela desanimada”. É um trabalho ainda mais pesado se for considerada a falta de estrutura das hortas e do pré-assentamento em si.

Sobre as diferenças entre o trabalho que desenvolve no Coletivo e o trabalho que desenvolve no quiosque na praia, Mel aponta que

lá [no quiosque] é mexer com o povo, né. Entregou, é ali na hora foi foi, o que não foi... e aqui não, tem que continuar, tem que ter uma construção de amizade, de companheirismo, aqui é diferente. Aqui é, aqui é tipo uma família mesmo, você tá construindo. Lá não, lá você entregou foi embora, tchau e (risos)...

Pergunto, então, como é trabalhar em um Coletivo, em que as decisões são conjuntas, em que não há chefe nem patrão, e ela conta que

Tem essas partes boas e tem algumas partes difíceis né. Porque a gente como coletivo tem que tomar decisões, e às vezes, nem sempre é o que todo mundo concorda, às vezes o que eu penso não é o que as outras pensam, então é diferente. Mas só pelo fato de não ter chefe, de você querer, você acaba fazendo o que você gosta, porque se não não teria ninguém, já tinha todo mundo saído. A gente acaba entrando num acordo assim, não é necessariamente porque tomaram a decisão que eu não concordo que não me ouviram. Então eu acho bem importante, acho que é... uma coisa muito boa.

Pergunto sobre as coisas que a marcaram ao longo desses anos que ela milita pelo MST, e ela relembra que sempre esteve no meio das decisões, mesmo quando muito pequena, “Sempre! Sempre no meio dos auê! Tanto que, agora que eu lembrei, a gente saiu não foi porque ela cansou, a gente foi lá pra Ribeirão Preto...”. Melissa conta uma situação que sua mãe sofreu, de ameaça, quando era liderança desse assentamento. Conta que tiveram que ir mudando de assentamento para assentamento até as coisas se resolverem de fato.

Ela conta que sempre participou das atividades coletivas

sempre nessa, reunião de núcleo, reunião de coordenação, assembleia... Na verdade a gente sente falta né, porque deveria ter mais disso. Nossa, sempre quando tinha reunião, conversava sobre esses conflitos que tem dentro do assentamento mesmo, um espaço de lazer, que pelo menos uma vez por mês a gente fazia uma noite cultural, todo mundo se reunia, conversava, fazia uma fogueira... Cozinhar uma mandioca, assar uma batata doce... porque depois que dividiu os lotes e que acabou com isso, ficou cada um por si. Acabou até enfraquecendo a luta, porque cada um tá na sua vidinha ali, morando ali...

Melissa relata a importância que tinham os espaços coletivos e o trabalho de base realizado pelo Movimento. E reforça que o que tem de organização hoje no pré-assentamento é o Coletivo de Produtoras, pois o que ocorreu foi a

principal causa que enfraqueceu mesmo. O pessoal ter se dividido também e... eu acho que... a gente tá aqui é uma coisa muito importante, porque a gente é o único grupo aqui dentro, que se reúne, mesmo que seja pra fazer a entrega, alguma coisa, mas em coletivo aqui dentro... Então eu acho que, é igual a gente fala quando o pessoal pergunta “quem é a liderança”, a gente fala “a liderança é nós” (risos), nós que tamos aqui, ocupando o espaço coletivo, levando o nome do assentamento, divulgando, pra ir lutando pra conseguir a regularização da terra”.

Em relação ao que mudou em sua vida com a sua participação no Coletivo de Produtoras, relata que

[...] eu não sei o que mudou, o que mudou muito foi a questão financeira, porque a questão de coletivo, essas coisas, é igual eu falei, antigamente era muito forte, e eu tava em todas, participando de tudo. Então... mas eu era adolescente, era muito nova né, agora que eu tô adulta (risos)... mas é isso mesmo, é mais a responsabilidade, essa compreensão mesmo de coletivo, de respeito... eu sempre tive... no meio disso, mas sempre teve alguém mais da minha idade, agora não, eu sou a mais nova, todo mundo é mais velha, mas eu sempre tive essa questão de respeito e de amizade com todo mundo.

Melissa representa, no Coletivo de Produtoras, essa articulação entre o novo e o antigo, entre o respeito e o cuidado, ajuda a demarcar a importância da organização coletiva e da militância para que a história não seja esquecida. Encerramos a sua entrevista e começamos a reunião de final de ano com o Coletivo de Produtoras.

## 5. Tecendo diálogos

“Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu. A pedra de toque é a leitura crítica, a interpretação fiel, a busca do significado que transcende aquela biografia: é o nosso trabalho, e muito belo seria dizer, a nossa luta”.  
(BOSI, 2003, p. 199).

Este trabalho buscou compreender e analisar como as relações de trabalho dentro do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira se constituíram e de que forma essas relações puderam produzir outras formas de se fazer economia e convivência, além de analisar como as relações ali estabelecidas produziram outras formas de vida, assim como quais as potencialidades e as dificuldades da experiência de autogestão do Coletivo.

Dessa forma, a tentativa é de se realizar uma conversa entre as experiências vivenciadas pelo Coletivo de Produtoras e a produção acadêmica dessa área, como forma de registrar experiências contra-hegemônicas de trabalho e também, quem sabe, auxiliar outras experiências que possuem como horizonte o trabalho na lógica da Economia Solidária. Foram elencados quatro eixos de análise, que estiveram presentes ao longo das entrevistas: a questão do início de suas vidas como trabalhadoras, marcadas pelo trabalho precarizado e sua relação com as questões de raça, classe e gênero; a relação com a terra, o plantio e como é ser uma produtora rural sem-terra; a questão do trabalho auto-organizado, e sobre as relações e propostas do Coletivo de Produtoras frente a discussão sobre o trabalho solidário e cooperativo.

A categoria trabalho, nessa pesquisa, é um elemento fundamental para a análise das histórias narradas e central pelas produtoras desse Coletivo. O trabalho aqui será pautado a partir de como essas relações se estabelecem, em suas particularidades (em cada trabalhadora), mas também nos efeitos que se produzem nas coletividades.

*O trabalho precarizado tem idade, raça e gênero: Trabalho Infantil / Trabalho Adolescente Desprotegido e a precarização do trabalho*

A partir das entrevistas realizadas (8 no total), ficou em evidência as situações de trabalho infantil e de trabalho adolescente desprotegido ao longo da história de vida das produtoras. Nesse sentido, trataremos aqui de nuances do trabalho infantil e do trabalho adolescente desprotegido, evidenciando os impactos que essa violação de direitos deixa

na vida dessas pessoas. Iniciaremos, então, com Clarice, que conta que aos 11 anos começou a trabalhar como empregada doméstica em casa de família. Essa realidade não é tão distinta das de suas companheiras de coletivo, como Juraci, que, desde seus 12 anos, trabalhou na roça com o pai e, posteriormente, também como doméstica; assim como Marieta, que, desde seus 7 anos, realizou trabalhos domésticos em sua casa; e como Jandira, que, desde seus 8 anos, era responsável por todo o trabalho doméstico de sua casa. Antônio Fogaça, por ser homem, conta o trabalho de uma vida inteira na roça, auxiliando o seu pai no plantio.

Cabe aqui explicar acerca do que é o trabalho infantil e o trabalho adolescente desprotegido. Ambos dizem respeito a uma violação de direitos, que conta com a privação dessas pessoas à sua infância e adolescência, colocando em risco o seu desenvolvimento integral. Toda pessoa com idade inferior a 14 anos não pode trabalhar, sendo possível apenas após os 14 anos na condição de aprendiz, seguindo a legislação competente. Adolescentes acima de 16 anos podem trabalhar desde que não seja em condições insalubres, de risco iminente e de trabalho noturno. O trabalho infantil / adolescente desprotegido se caracteriza pelo impacto que gera na vida escolar, seja pelo baixo rendimento ou pela necessidade de abandono, pelo risco iminente a sua saúde, o que interfere diretamente no seu desenvolvimento integral. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em lista sobre as piores formas de trabalho infantil (lista TIP)

- Todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
- Utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de pornografia ou atuações pornográficas;
- Utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;
- Trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, podem prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.

A partir do relato das produtoras e do que é estabelecido pela legislação, é possível compreender que elas estiveram em condição de trabalho infantil e adolescente desprotegido ao longo de suas vidas, uma vez que todas nasceram em um período em que ainda não existia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para regular essa situação e cuidar para que isso não acontecesse. Fica evidente, além disso, que a vida das mulheres,



principalmente, no caso, das mulheres que se autodeclararam como não brancas (negras, pardas e indígenas), foram marcadas pelo trabalho doméstico, seja em suas próprias casas ou, posteriormente, na casa de terceiros. Enquanto isso, o único homem relata o trabalho rural vivenciado em sua infância e adolescência.

Não é à toa que a vivência das produtoras vão de encontro com o que Lélia Gonzales (2020) aponta quando diz que

[...] nos casos de exploração do trabalho infantil em nosso país, [...] o futuro que aguarda aqueles que sobrevivem será, para os jovens negros, a revolta diante da falta de oportunidades que uma sociedade racista procura reforçar segundo os mais variados estereótipos (“negro é burro, incapaz intelectualmente, preguiçoso, irresponsável, cachaceiro” etc.). Para as jovens negras, o trabalho doméstico nas casas de família da classe média e da burguesia, ou então a prostituição aberta e a mais sofisticada dos dias atuais: a profissão de mulata (p. 47, 2020).

Ou seja, aparecem elementos importantes referentes à idade (crianças e adolescentes), raça (pardas e negras) e gênero (mulheres) nesse debate que estamos nos propondo a fazer, visto que as mulheres do Coletivo não fugiram à regra ao serem alocadas no trabalho rural e no trabalho doméstico, executando tarefas que demandavam responsabilidades não compatíveis com as suas faixas etárias (pensando no trabalho infantil e adolescente desprotegido). Ademais, não havia a possibilidade de recusar o trabalho da mesma forma que, o que é a característica marcante dessa violação de direitos, o acesso à educação foi restrito ou negado - ter negado o direito à educação, não por escolha própria, mas pela escolha dos seus responsáveis. Lélia Gonzalez (2020) aponta que, assim como foi apresentado nas histórias das produtoras

Em uma pesquisa que realizamos com mulheres negras de baixa renda (1983), constatamos que muito poucas entre nossas entrevistadas começaram a trabalhar adultas. Migrantes na grande maioria (principalmente vindas de Minas Gerais, do Nordeste ou do interior do estado do Rio de Janeiro), e muitas vezes já tendo “trabalhado na roça”, entravam na força de trabalho por volta dos oito ou nove anos de idade para “ajudar em casa”. Desnecessário dizer que, nos centros urbanos, começavam a trabalhar “em casa de família”, além de tentarem frequentar alguma escola. Pouquíssimas conseguiram fazer o primário (p. 100).

Em relação à escolaridade, conforme citação de Lélia Gonzalez, das oito integrantes do Coletivo, apenas duas concluíram o ensino médio (e há de se considerar que são as duas mulheres que se identificam como brancas).

Outro ponto importante a ser colocado diz respeito ao trabalho na vida adulta, em que foram inseridas em trabalhos com baixa remuneração, ausência de direitos trabalhistas e com pouco reconhecimento social. A partir do olhar voltado para a situação de trabalho infantil vivenciadas por essas mulheres, o que salta aos olhos é a reflexão de que a entrada no mundo do trabalho, de forma precarizada e que viola direitos fundamentais, cria ambiente para uma vida de precarização no trabalho. Conforme exposto nos relatos, a maioria das produtoras teve que interromper a vida escolar (como o relato de Jandira, que não sabe ler, mas que há algum tempo voltou para a escola) para auxiliar nas tarefas de casa.

Ainda sobre a inserção precoce no mundo do trabalho, também esteve presente, em alguns relatos das produtoras, as questões relacionadas aos danos à saúde em decorrência do esforço físico realizado ainda em sua tenra idade e da falta de recursos adequados para a execução das tarefas (em sua infância e adolescência e nos dias de hoje). Muitos relatos dizem respeito a dores musculares, questões posturais e lesões ocasionadas por esforço repetitivo e uso intenso de força física. Atualmente, isso se apresenta como um grande dificultador no trabalho, de modo que elas esboçam que o trabalho que realizam hoje é o único que conseguem executar. Essas questões apontadas por elas sobre a saúde me fazem pensar em quando Gonçalves Filho (2003) elucida que

O tema da saúde é recorrente no depoimento de trabalhadores. A saúde é virtude corporal por excelência. E o corpo é apanágio do homem proletarizado: aquele que foi espoliado, oferece o que resta - sua força muscular - como mercadoria para a venda em troca de salário (p. 26)

Todavia, após anos de exploração de seu corpo, como oferecer o que pouco lhe resta? Um corpo que, mesmo cansado e com dor, ainda precisa trabalhar? A proposta das parcerias com profissionais de saúde se coloca como uma possibilidade de reduzir danos à saúde das produtoras, assim como as discussões e projetos de melhoria para o plantio e cuidado com a plantação.

Além disso, esteve presente no discurso das produtoras a vivência com o trabalho doméstico na vida adulta, demarcando e dialogando com outras pesquisas e estudos que apontam a cor e o gênero dessa modalidade de trabalho, relegando a essas mulheres a condição apenas de “empregadas”. Para esse diálogo, utilizarei a fala de Marieta, que conta sobre seu trabalho nas casas de família

[...] mas assim, eu já morava no emprego. Eu trabalhava pra limpeza né, lavava roupa, passava... Cozinha não. Aí um dia eles saíram e falaram assim pra mim: “ah você consegue fazer um arroz, um bife, uma salada”... Eu falei: “vou tentar” (risos). Porque casa de... desse povo rico né, é claro que você vai tentar (risos). Ai, eles foram pro mercado e eu fiquei. Fiz aquele monte de comida sabe, ela falou um arroz, mas eu falei: “ah, acho que vou fazer outra coisa”. Ai eu fiz... faltava a carne que eles foram buscar, ai chegou, fiz os bifés, a salada, pus na mesa os pratos... Daí ele me tirou da limpeza e me deixou na cozinha. [...] Porque toda hora que você limpa, a criança tá passando, toda hora sujando tudo, mas o pior de tudo é que eu cuidava, além de cuidar da cozinha, que a menina que cuidava das crianças, as vezes ela não ia, e eu é que tinha que ficar. E as meninas se adaptavam mais comigo porque eu morava lá, já amanhecia lá. E também eles gostavam muito de fazer coisa a noite, entendeu. Então eu tinha que fazer lanche, essas coisas, pra 60 e sei lá quantas pessoas. [...] Era gente de igreja, da igreja cristã. Ai... quando eles faziam esses cultos lá, tinha que fazer, eles ficavam até 4 horas da manhã! [...] Deitar pra quê? O dia que esse povo tava lá eu não dormia não. Ai eu... eu fui ficando, ficando, até que enjoiei. Daí saí de lá e fui trabalhar em um restaurante. Depois do restaurante eu saí né [...] E daí eu já pagava aluguel. Foi a melhor coisa que eu fiz.

Marieta relata mais cenas de quando trabalhava como empregada doméstica, mas esse trecho selecionado apresenta muitos traços importantes, principalmente a sensação que ela traz de que seu trabalho tinha duração de 24h, de sempre precisar estar à disposição e pronta para realizar o que fosse necessário, como limpar, cozinhar e cuidar das crianças, muito além do que foi contratada para fazer. Ou seja

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão”. [...] ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares (GONZALES, 2020, p. 58).

Pensando ainda sobre a precarização do trabalho, outros relatos nos trazem elementos importantes a serem discutidos aqui

Clarice: Eu vim pra cá (pré-assentamento), fiz um barraquinho, mas eu ainda fazia minhas faxinas, ainda trabalhava. Eu trabalhei com uma pessoa durante 20 anos. [...] Em Campinas. Mas eu ia e voltava, direto né. [...] Tudo de ônibus. Fui largando... até que resolvi ficar aqui, direto, sem salário, sem renda, mas fui ficando...

Cíntia: Eu plantava e a gente passava muita... vixe, eu cheguei a trabalhar aqui na roça em troca de arroz, para os meus filhos comerem. Por um pacote de arroz. [...] Eu toquei o bar aí também. [...] Toquei o bar 3 anos. Deu trabalho, deus me livre. Muito sofrido, se for pra eu tocar bar hoje em dia eu não toco. Eu tocava por causa da necessidade, sabe.

Melissa: [...] eu comecei a trabalhar na feira, na verdade eu comecei na feira trabalhando com uma banquinha de pastel, e daí logo em seguida eu consegui um pontinho lá e fui trabalhar lá [...] (vendia) Verdura! Aí eu comecei a colocar também celular, caixinha de som, chip, fui colocando um monte de coisinha lá pra vender. E eu até fui assim fazer umas entrevistas pra trabalhar, mas como aqui era difícil a questão de transporte e tudo, aí, querendo ou não, o dinheirinho que tinha das verduras, eu coloquei na ponta da caneta e dava mais do que eu trabalhar registrada, indo daqui lá.., Aí, registrada, registro na carteira mesmo eu não tenho nenhum.

É possível notar no diálogo com as produtoras como suas vidas sempre foram marcadas pela necessidade de assumirem tarefas e responsabilidades além do que lhes eram compatíveis, pela necessidade de sustento e cuidado das suas famílias. Martín Baró (1989) discute sobre o povo latino saber “se virar” para conseguir seu próprio sustento, algo muito comum à sobrevivência da classe trabalhadora. Dessa forma, o trabalho precarizado sempre esteve presente como a opção existente, ou como a única opção, além do não trabalho. Da mesma forma, a questão da importância da educação não foi pautada e nem estimulada pelos seus pais, pois não trazia, de imediato, o sustento para sua família.

Assim como Lélia Gonzalez (2020) disserta, a precarização do trabalho (em suas diversas fases da vida) acarreta péssimas condições de vida para essas pessoas, como moradia, alimentação, saúde, descanso. E para além do trabalho “fora de casa” essas mulheres ainda tinham o trabalho doméstico de suas próprias casas para dar conta, cuidar dos filhos, maridos, pais e mães que também dependiam dos seus cuidados, ou seja, a necessidade da dupla e tripla jornada de trabalho das mulheres.

O que chama a atenção nesses relatos é que as mulheres que compõem o Coletivo são de lugares de nascimento diversos, com idades diferentes, mas que passaram por situações muito parecidas, que culminaram em suas entradas ao MST. Muitas, ao citarem sua baixa escolarização, colocam-se numa posição de incapacidade de gerir as atividades do coletivo (como a separação e montagem das cestas e o controle financeiro, tudo o que envolve a necessidade de escrita e concentração), isto é, colocam-se nessa posição de menos conhecimento do que estudantes universitários que frequentam e

realizam trabalhos em parcerias com o pré-assentamento, contribuindo para a manutenção dessas mulheres nesse lugar da subordinação, do descaso, do sem valor.

Ao escutar e olhar para essas narrativas, relembro do que Gonçalves Filho (1998) apresenta a respeito da humilhação social, sobre essa modalidade de angústia, em que os humilhados “sofrem continuamente o impacto de uma mensagem estranha, misteriosa: "vocês são inferiores" (p. 14). Percebo as diferenças nas relações produzidas no Coletivo no seu início e agora, em como há um esforço em romper com essa lógica da reificação, de forma a produzir autonomia e protagonismo, ao passo que começam a ocupar outros lugares sociais, ao participarem de programas de rádio, eventos universitários e afins.

O Coletivo de Produtoras é composto por 8 pessoas, um homem branco, 2 mulheres brancas, 2 mulheres indígenas, 1 mulher negra e 2 mulheres pardas (a partir da autoafirmação delas mesmas), nessa perspectiva, temos 5 pessoas não brancas no coletivo, mas todas possuem histórias de vidas marcadas pela violência de classe, raça e gênero. Nessa perspectiva, Lélia (2020), nos diz que

[...] a *mulher negra anônima* sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de lutar pela sobrevivência nos transmite a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. [...] apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder (p. 64).

O que é de fundamental importância apresentar aqui sobre a precarização do trabalho é a ausência de direitos trabalhistas, inclusive no que tange a remuneração adequada pelo trabalho realizado, tempo de descanso e de convivência familiar dignas, o que acarreta, ao longo da vida, a falta de estabilidade financeira na atualidade e na velhice, bem como influencia nas escassas condições de saúde dessas trabalhadoras.

Dessa maneira, a Economia Feminista é grande aliada nesse debate, como forma de colocar em evidência a necessidade de repensar a economia e a organização do trabalho pelo pilar do gênero. Isso porque, ao se considerar as desigualdades de raça, classe e gênero no que tange o mundo do trabalho, é possível perceber a particularidade de cada uma dessas dimensões e pensar o trabalho a partir disso, a fim de que a exploração de crianças, adolescentes e mulheres seja abolida. Nobre (2002) aponta que a Economia Feminista, além de criticar o paradigma dominante, coloca em questão a necessidade de considerar a contribuição das mulheres na economia, pois são elas, com os seus inúmeros

trabalhos precarizados, que sustentam a roda do capital girando. Há ainda a necessidade de compreender o trabalho de forma mais ampla, considerando todas as suas facetas. Seria, então, a Economia Feminista, aliada à Economia Solidária, uma possibilidade de ruptura da lógica de trabalho capitalista, oportunizando assim formas de diminuição da opressão dessas trabalhadoras e das crianças e adolescentes?

*A relação com a terra, o plantio e a trabalhadora do campo*

Ao longo das entrevistas realizadas (e conforme a proposta do Coletivo de Produtoras), todas as acampadas se identificam com a luta defendida pelo MST e sua bandeira. Cada produtora inicia a sua trajetória no movimento por um motivo, mas o que é marcante nos relatos é que, após conhecer o Movimento, as produtoras encontram o sentido de estarem ali, como um resgate da sua própria história, um novo caminho a ser trilhado, que passa a ter importância crucial nas suas trajetórias. Juraci é convidada para fazer parte do Movimento quando conhece seu atual marido; Clarice fica curiosa sobre essa nova ocupação que lhe contam; Marieta, Cíntia e Melissa (na época uma criança) também vão à convite feito por militantes que estavam fazendo trabalho de base no bairro em que moravam; Fogaça já conhecia o Movimento e tem dois irmãos que também são militantes; Jandira até criticava o MST antes de conhecê-lo e perceber que o Movimento não era como o descreviam na televisão; e Regina, após conhecer seu atual marido, conhece o Movimento.

Ao pensar sobre a entrada ao MST e a relação com a terra e com o plantio, foi necessário compreender como as produtoras elaboram essas questões. Dessa forma, trazemos os seguintes relatos

Juraci: Então eu quis mais voltar pra a roça de novo, só que cresci né, então muitas coisas mudam na cabeça da gente né. Mas... a vontade de voltar pra roça foi sempre maior. Até que conheci o Afonso né, e por ter conhecido o Afonso, por a gente não ter um lugar fixo, a gente... recebeu o convite pra ir pro MST que prometia terras e um monte de coisas e era tudo o que eu mais precisava, porque naquele momento não tinha condições de comprar um pedaço de terra, e de repente a gente tem um convite desses, justamente pra onde eu gostaria de estar. Então pra mim, foi... foi um sonho, acho que foi a melhor coisa que aconteceu. [...] Então, pra mim no momento foi a melhor opção que eu fiz. [...] Porque sair da cidade e ir pra um campo, nossa... e aquele sonho, sabe, de ter uma terra, de poder plantar, de poder ter a casa e tudo...

Clarice: Bom... eu nasci em Marília, na roça, na verdade eu nasci debaixo de um pé de café, contava minha mãe (risos)... [...] Mas eu não vim com a intenção de plantar roça. Eu vim porque eu queria um pedacinho de terra pra construir um orquidário. [...] (risos) Mas... a minha ideia não era isso. Só que depois que eu tava aqui eu comecei a... gostar. Gostar?! Eu comecei a lembrar as coisas de infância, como era quando a gente vivia na roça, né. Minha vida foi na roça. [...] Eu comecei a lembrar muita coisa que estava esquecida, como minha mãe plantava, como ela fazia pra tirar semente de algumas coisas...

Marieta: Não era bem na cidade, mas era no sítio. Meu pai tinha uma terrinha, a gente sobrevivia de lá, né... [...] Plantava! Meu pai vivia da roça, mesmo ele sendo funcionário público, ele... o serviço dele era a horta. Ele plantava pro pessoal da aldeia, pra merenda, essas coisas. Mas a gente tinha uma fazendinha que a gente ia de final de semana pra lá, moramos um tempo lá. Depois que ele veio trabalhar, a gente ia só de final de semana pra lá. [...] A gente plantava milho, feijão, café... tinha pomar de laranja, aquelas melancias. E plantava também arroz.

Cíntia: Então, eu sempre... eu acho que eu tinha um destino pra isso. Porque quando eu trabalhava na reciclagem sempre vinha umas coisas assim, boa sabe. Eu pensava “vou guardar, quem sabe um dia eu vou pra roça...”. [...] Tinha a novela, você vai dar risada, sabe o Rei do Gado? [...] Tinha a Luana, aí eu falava, eu ficava boba, “eu vou ser igual essa mulher aí”, a mulher do Rei do Gado. Ai eu tinha aquele sonho [...] Eu vim aprender aqui! [...] Foi isso, desde criança assim, com a novela Rei do Gado, eu falava “aí mãe, eu vou ser que nem essa mulher aí”. [...] Aí eu vim pra cá e gostei desde o momento que eu cheguei [...]. Mas eu gostava, eu queria aquilo pra mim.

Antônio Fogaça: Sempre plantei [...] Desde pequeno, desde moleque. [...] Trabalhei um ano no sítio da minha irmã. Aí depois eu tava conversando com o Taíde e ele falou que a turma tinha entrado numa terra aqui em Limeira, daí eu vim pra cá. [...] Ah, eu gosto mais de trabalhar na roça. Eu gosto mais de estar na roça. Bom, agora com a idade que eu tenho, eu não tenho nem condições de mexer... [...] Meu pai plantava roça, mas quando eu comecei a trabalhar na roça mesmo, que eu peguei e comecei a trabalhar pra mim, depois dos 18 anos, aí eu dava show nele. As minhas plantas sempre davam melhor que as dele (risos).

Regina: Gosto daqui, tô aqui. [...] minha mãe trabalhava na roça, ele e minha mãe. [...] (aprendi a plantar) com meu marido, e a gente tem parente que tem sítio, então a gente via eles plantando... meu tio tem colheita de uva, de colheita de tomate... de tudo, eles têm de tudo. [...] Ah, eu gosto de plantar, eu amo plantar, cuidar das minhas coisas... faço de um tudo, o dia inteiro... [...] eu amo roça.

Jandira: Eu trabalhava na roça, igual aqui, eu criei e nasci na roça. [...] Então, eu fui criada na roça, nosso pai criou a gente na roça. Tanto que, antigamente, os pais não dedicavam dos filhos irem para a escola, era mais na roça, meu pai dedicou a gente na roça. Aí eu não estudei. [...] Não fui mais pra cidade, enterrei meu umbigo aqui, no sem terra aqui (risos)... [...] Criou raiz... do que tão as plantas, a minha vida tá aqui enterrada também (risos). [...] eu amo as minhas plantas, eu gosto de levantar cedo e cuidar [...] Então, por isso que o que me segura aqui, o

que me amarra aqui no assentamento é a natureza, sabe. O que você colhe da roça, que a gente planta... [...] enterrei meu umbigo aqui (risos).

Melissa: E aí eu comecei a plantar, minha mãe começou a plantar também, pra entregar na cooperativa e eu comecei a ajudar ela. E aí começou a despertar meu interesse por plantar. Eu sempre plantava alguma coisinha, mas pra gente mesmo tá consumindo. Mas pra tá vendendo, tá tendo isso como renda, pra sobreviver, foi quando ela começou na cooperativa.

Seja pelo contato inicial com a produção para subsistência, seja pelo apreço à flora e a suas inúmeras manifestações, a entrada ao MST auxiliou a relembrar e estabelecer outras formas de se viver, que foram se aperfeiçoando conforme a permanência na luta pela Reforma Agrária foi aumentando. Com as políticas públicas que fomentaram a agricultura familiar e, posteriormente, a criação do Coletivo de Produtoras, a agricultura passa a ser a fonte de renda principal dessas produtoras, ampliando os seus horizontes.

Outro ponto bastante presente nas entrevistas diz respeito às condições de trabalho (que são precárias), tendo em vista o fato de ainda se encontrarem em um espaço que não está regularizado, de não terem recursos o suficiente para investir em equipamentos que auxiliem no trabalho na roça. Existe a queixa recorrente em relação à irrigação das hortas, que, em sua maioria, acontece de forma manual (lembrando que lá o abastecimento de água é feito por meio de caminhão-pipa) e do desgaste físico causado pelo trabalho do roçado. Se os direitos básicos dessas pessoas não estão sendo garantidos (pensando no saneamento básico), que dirá conseguir executar a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, a PNSIPCF? O que se tem, com muito custo, é o programa Saúde sobre Rodas que bimestralmente realiza visitas ao pré-assentamento. Todo o cuidado com a saúde, pensando as questões ergonômicas e posturais das trabalhadoras, foi realizado voluntariamente, com fisioterapeutas parceiras, assim como, quando Jandira necessitou de cuidado em saúde mental, foi uma psicóloga parceira quem se disponibilizou para atendê-la.

Pensando no processo de de saúde no meio rural, uma vez que o resgate de suas histórias e a relação estabelecida com a terra e com o trabalho, nesse contexto, podem ser fatores importantes, cabe aqui estabelecer paralelos. Belarmino, Dimenstein, Leite et al (2016) compreendem o rural como a imensa diversidade das condições e produções de vida e saúde, que, para além do local da produção agrícola, é também o lugar onde se desenvolvem “bens culturais e sociais que reverbera nos processos subjetivos e de socialização” (p. 98) de quem ali habita. Ou seja, é o terreno onde se



trabalha (e onde também pode haver exploração da força de trabalho), mas que também é palco das lutas sociais pela terra. Dessa forma, por conta de sua inerente contradição, o rural pode reproduzir desigualdades e iniquidades sociais e de saúde, ou pelo contrário, ser terreno fértil para a produção de saúde, para que outras acepções possam surgir. Ou ainda, para que ambas as coisas aconteçam ao mesmo tempo.

Os autores ainda apontam a questão da saúde mental em contextos rurais, uma vez que, nestes territórios, há uma infinidade de direitos que são violados (como apontado ao longo dos relatos). Eles ainda mencionam como se produzir saúde em pessoas que foram apartadas do processo de geração de trabalho e renda. Não é à toa que discutimos sobre isso no capítulo sobre Economia Solidária: como a de saúde deve ser compreendida como um eixo fundamental dessa proposta ao se pensar uma outra lógica de trabalho, respeitando as particularidades e singularidades dos sujeitos.

Compreende-se, ademais, que, ao se oportunizar que as histórias dessas produtoras sejam contadas, escutadas, lidas, e narradas, também há um caminho para se produzir saúde, uma vez que, ao contar suas histórias, elas se colocam como protagonistas de suas vidas, de suas trajetórias e dos caminhos que estão por vir. Como diria Ecléa Bosi (2003) “a narrativa é terapêutica” (p. 34).

Outro traço marcante ao longo das entrevistas foi a identificação com a categoria de trabalhadora, como produtora rural

Juraci: [...] quem vai tocar para frente são nossos filhos. E eles precisam ver que ser trabalhadores sem terra, que ser um agricultor não é tão ruim, né. Que eles podem tirar o sustento deles sendo agricultores.

Marieta: Ser produtora, ser uma produtora eu acho que é importantíssimo. Porque aqui você tá fazendo tudo aquilo que você quer, tudo aquilo que você gosta. Você trabalhar pra fora, eu acho que, eu não daria conta. Meu sustento é aqui, eu tenho me sustentado daqui [...] Mas eu não, eu... eu tento tirar daqui mesmo, e pra mim é bom. Não ter patrão, não ter ninguém pra encher o saco...

Cíntia: É que nem eu falo, a gente não pagou aqui com dinheiro, mas pagamos com a nossa vida! Por isso a gente tem que valorizar tudo isso que a gente tem aqui, né. [...] Vai ser MST enquanto eu estiver nesse mundão aqui. [...] você olha, a gente mora dentro da comida, dentro do alimento, não é?! [...] se você for sair por aí, pelo fundo, você come... [...] Mas a roça é diferente, ali você tem que lidar com a terra, você sabe que você tá plantando aquilo que você vai colher, que você vai comer. É muito bom.

Regina: Como é ser uma produtora? Eu gosto, eu me sinto muito chique (risos). Eu sinto nossa... porque eu posso plantar, eu posso tirar, eu posso colher..., eu gosto demais. Alimentar um monte de gente.[...] Eu

gosto... eu me sinto chique. [...] Ah, o meu marido já é do MST eu também sou! Nós estamos aqui através dele mesmo, se não fosse ele ninguém estaria aqui. Um povão muito gente boa.

Jandira: Eu gosto de tirar minhas produções, ir lá no meu pé de abóbora [...] isso pra mim, eu fico muito feliz, porque eu tô tirando as coisas que eu plantei, as coisas que eu vi crescer, uma coisa que eu vi dá. [...] Você tem aqui tudo! [...] Então tem coisas que a natureza te ensina a fazer. [...] Então, o que você vive na roça, a terra te ensina a viver, ensina você a fazer. [...] Então a terra te ensina a viver, ensina você a plantar, ensina você a colher. [...] Tem gente que mora em cima da terra que não sabe trabalhar e nem lidar com a terra. Eu tenho essa raiz!

Melissa: Ó de bom, eu adoro, eu amo! Mexer com a terra, trabalhar de plantar, colher... Que nem eu falei pra você, essa autonomia do tempo, né... e estar produzindo alimentos saudáveis, tanto pra gente consumir, quanto pra gente também estar vendendo, isso é maravilhoso, é uma coisa linda de Deus mesmo, da gente estar produzindo alimentos.

Maria Nazareth Wanderley (2015) aponta que a história do Brasil nega a importância do campesinato no desenvolvimento do país. Enfatiza que o camponês / campesinato é o reconhecimento político e acadêmico dos produtores familiares, colocando em lugar de destaque a importância dessa categoria para o desenvolvimento econômico e social do país. Na fala das produtoras, elas ressaltam a importância que o trabalho desempenhado por elas tem na sociedade: o de alimentar as pessoas, principalmente, alimentar com alimentos livres de venenos.

Esses relatos que as produtoras apresentam sobre a importância do trabalho desempenhado por elas vai de encontro com o que Arruza (2019) traz ao dizer que “Ao redefinir o que é considerado ‘trabalho’ e quem é considerado ‘trabalhador’, rejeita a subvalorização estrutural do trabalho – tanto remunerado como não remunerado – das mulheres no capitalismo” (p. 34). Ao entrarem para o MST e ao plantarem, passam a se reconhecer enquanto trabalhadoras rurais sem-terra, mas também a serem consideradas enquanto tal (quando passam a comercializar sua produção). Federici (2019) aponta que

Apesar de uma tentativa sistemática das potências coloniais de destruir os sistemas femininos de agricultura, as mulheres hoje constituem a maior parte dos trabalhadores agrícolas do planeta e estão na vanguarda da luta por um uso não capitalista dos recursos naturais (terra, florestas e águas). Mediante a defesa da agricultura de subsistência, o acesso comunal à terra e a oposição à expropriação da terra, as mulheres estão construindo internacionalmente o caminho para uma sociedade não exploradora, na qual a ameaça da fome e da devastação ecológica desaparecerá (p. 277).

Assim sendo, o trabalho e a forma como esse trabalho vem sendo realizado pelo Coletivo de Produtoras apontam para uma tendência internacional da necessidade do cuidado com a terra e o que ela provê, de forma a garantir uma convivência mais harmoniosa e menos exploratória, que tem sido encabeçada e organizada pelas mulheres.

Com a criação do Coletivo de Produtoras, na tentativa de mantê-lo vivo e gerando trabalho e renda, a proposta do MST carrega em seu cerne a luta camponesa. Wanderley (2015) afirma que o campesinato remete ao caráter familiar da forma de produção de alimentos, tanto no quesito produtivo (de alimentar sua família) quanto no processo de organização do trabalho, que necessita da coletividade, da cooperação entre os pares, evidenciando, assim, que viver e trabalhar no campo não diz respeito apenas a produzir alimentos, mas sim a um modo de vida, de se relacionar em sociedade.

Nessa perspectiva, o campesinato é compreendido como uma resistência associada a questões mais coletivas de trabalho e de produção, como forma de demarcar politicamente quem são e sua importância na história do país, e é nesse caminho que o Coletivo de Produtoras tem guiado seus passos, uma vez que “[...] as mulheres são as agricultoras de subsistência do planeta. Ou seja, as mulheres produzem a maior parte dos alimentos consumidos pela família (direta ou estendida) ou vendidos em mercados locais” (FEDERICI, 2019, p. 279).

Wanderley (2015) afirma ainda que, para essas camponesas, “O lugar que assumem no mundo do trabalho constitui o elemento central que forja a sua própria identidade social” (p. 5039), o que é possível ser visualizado ao longo dos relatos das produtoras, nos quais a importância do trabalho realizado pelas mesmas aparece. Da mesma forma, é possível identificar, ao longo dos anos, que, com a consolidação da experiência, elas foram adentrando mais espaços e se tornando mais protagonistas de suas histórias e se tornando conhecidas pelo trabalho que realizam.

Tendo em vista, então, a luta camponesa que, na atualidade, acaba sendo representada pela luta pela reforma agrária, em que essas produtoras são camponesas e sem-terra, Caldart (2001) aponta que ser sem-terra é mais que uma condição social, é um sujeito social. Para ela, o

sem terra é mais do que sem terra, exatamente porque é mais do que uma categoria social de trabalhadores que não têm terra; é um nome que revela uma identidade, uma herança trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes, e que tem a ver com uma memória histórica, e uma cultura de luta e de contestação social (p. 211).

Com os relatos e as discussões aqui apresentadas, fica em evidência o fato de que, para se promover saúde, é necessário que haja identificação política, como forma de romper com as correntes da opressão. Ao adentrarem no MST, ao compartilharem suas histórias e suas dores, passam a compartilhar um lugar em comum, enquanto gênero, raça e classe, podendo elaborar de forma coletiva suas dores e enigmas, como uma possibilidade de enraizamento (WEIL, 2001), como uma possibilidade de nesses encontros, escreverem de fato suas histórias.

E, aqui, evidencia-se a importância das mulheres, principalmente do trabalho doméstico e precarizado, que não tem reconhecimento e nem visibilidade, que auxilia na sustentação das engrenagens que mantêm a roda do capitalismo girando. São essas mulheres e tantas outras que têm produzido os alimentos que chegam nas casas de inúmeras pessoas, são elas que preparam as refeições, são elas que alimentam quem dessa comida necessita. Foram elas que mantiveram, após 15 anos de luta e 6 anos de Coletivo, a esperança viva de que as coisas vão acontecer, de que a luta vale a pena.

#### *Sem chefe nem patrão: a autogestão na prática*

Partindo do pressuposto e das bases da Economia Solidária, a partir da experiência do Coletivo de Produtoras, foi possível identificar elementos concretos, das dificuldades e das potências de se vivenciar um trabalho autogestionário, ou ainda que tem como horizonte o processo de trabalho horizontal. A proposta é que, com os relatos aqui trazidos, possa-se contribuir com a discussão da autogestão e de outras formas de gestão do trabalho.

A autogestão enquanto um termo não é questionada e nem mencionada ao longo das entrevistas, mas se encontra nas entrelinhas, nas práticas cotidianas. Compreende-se aqui a autogestão como uma forma de luta e reorganização da sociedade, assim como aponta Lefebvre (2017), “o conceito de autogestão, hoje, é a abertura na direção do possível” (p. 141). Da mesma forma, Nascimento (2019) diz que a autogestão é a gestão por si mesmo, inerente a todo movimento de emancipação, ao questionar o poder do Estado.

Andrada (2013) ainda aponta que “[...] é no cotidiano que a vida acontece, que a autogestão acontece, que o mundo se faz” (p. 3), isto é, as narrativas relacionadas à autogestão se apresentam por meio dos relatos sobre a forma de organização do grupo em

si, como funciona a separação dos alimentos, dos pagamentos, a divisão das tarefas. Para melhor elucidar, segue alguns relatos

Juraci: A nossa proposta era que... aliás, essa sempre foi a proposta de todos receberem a mesma quantidade em dinheiro né, pra que todos pudessem crescer juntos, pra um não crescer mais que o outro. E as companheiras estarem sempre num mesmo valor. [...]

Clarice: É... a responsabilidade de eu ter que produzir, isso é muito gostoso, embora eu não goste de plantar alface (risos) eu gosto de plantar. Então, isso pra mim é muito importante. [...] 5 anos já? Cacetada, como o tempo passa... como o tempo passa. Agora a gente precisa... se organizar... ter competência pra se organizar sem ficar enchendo o saco de vocês o tempo todo né...

Marieta: É... todo mundo que tem que resolver...

Cíntia: Aqui a gente tá se virando...

Regina: Sobre a divisão da limpeza, de tudo, nós fazemos tudo nós mesmas, juntas. Todo mundo junto!

Melissa: Ah, lá é mexer com o povo né. Entregou, é ali na hora foi foi, o que não foi... e aqui não né, tem que continuar, tem que ter uma construção de amizade, de companheirismo, aqui é diferente. Aqui é, aqui é tipo uma família mesmo, você tá construindo. Lá não, lá você entregou foi embora, tchau e (risos)...

As produtoras trazem a autogestão no discurso ao falarem sobre a divisão das tarefas do coletivo, principalmente as voltadas para limpeza dos utensílios e do local onde a montagem das cestas acontece, além da distribuição dos alimentos e da montagem das cestas. Já, quando mencionam sobre as tarefas que dizem respeito ao controle financeiro (recebimento e pagamento), divisão do que e do quanto cada produtora irá enviar, essas tarefas acabam sempre ficando com as mesmas pessoas, assim como a parte da comercialização que é realizada por parceiras do Coletivo. O ponto crucial quando debatemos sobre a autogestão com as produtoras, é que todas saibam todos os processos, todas as tarefas do Coletivo, mesmo que algumas tarefas já tenham pessoas responsáveis por sua execução (principalmente no que diz respeito às tarefas que necessitam do uso de equipamentos eletrônicos e redes sociais). Nesse sentido, é importante que se saiba tudo o que o Coletivo executa e precisa para existir, e que todas possam participar e opinar sobre as discussões tomadas.

Dentre as potências da autogestão no Coletivo, podemos notar a divisão das tarefas e as tentativas de equiparação de todo o trabalho e da renda. Entretanto, uma das maiores dificuldades é o fato de não há quem faça algumas das tarefas, ou de serem

sempre as mesmas pessoas que as executam (o que, às vezes, pode sobrecarregar algumas pessoas). Todavia, também há uma questão importante a se pensar a respeito da autogestão, tendo em vista que aprendemos o que é isso na prática, na tentativa e no erro. Tendo a experiência do Coletivo de Produtoras como horizonte desse saber produzido coletivamente, acredito que seja interessante dentro da perspectiva da autogestão que, para algumas tarefas específicas, sejam delegadas pessoas para executá-las ou para serem responsáveis por sua execução. Assim, a proposta continua não tendo chefe, mas faz com que os processos de trabalho aconteçam, sem que cause a sensação, e de fato aconteça, a sobrecarga de alguma trabalhadora.

Discutindo, então, outras formas de organizar o trabalho, tentando romper com as práticas de trabalho que não possibilitam a criação do novo e a voz ativa das trabalhadoras, a comunicação é um ponto crucial e que sempre causa questões e desconfortos, seja pela falta de informações que são passadas, seja pela forma como se fala, ou como cada uma compreendeu a questão. Temos algumas questões apresentadas pelas produtoras referente a questão da comunicação

Juraci: E aceitar né, acho que a aceitação ou melhor o respeitar. Se eu não tenho a mesma opinião que as outras eu acho que no mínimo eu mereço respeito pela minha opinião. [...] ... Para mim no grupo isso teria que ser trabalhado, entendeu, um pouco mais. Porque hoje... eu estava meditando esses tempos atrás, e ficava... imaginando assim, as coisas ruins aqui dentro aconteceram, foi por causa disso, porque se você não tem a mesma opinião que eu, você é minha inimiga. E eu acho que as coisas não são assim, a gente vive num país democrático, então mesmo que eu não concorde com a sua opinião, eu respeito a sua opinião. [...] O respeito da opinião do próximo.

Clarice: Como todo grupo é bem complicado, mas a gente vai tocando (risos).

Marieta: Eu canso de falar pra elas: “gente, vocês precisam ver o que tá acontecendo”, mas não tem jeito... [...] Assim, o que eu acho que precisa, precisa mesmo melhorar é essa situação delas, elas precisam se pôr no lugar delas.

Jandira: De dividir sim, e isso vai ficando puxado. Porque tem as caixas pra lavar, todo mundo vê que tem as caixas pra lavar, mas ninguém quer lavar. Não é minha obrigação. É assim! (pausa) Mas devia entender que se todas estão fazendo, se nós fazemos parte do Coletivo, todas tem que fazer. [...] Então, por isso que tem que ter muita conscientização, ter muita responsabilidade...

A comunicação é uma dificuldade inerente em todos os seres humanos, não apenas

no trabalho, todavia, é elemento fundamental num trabalho que é calcado na lógica da solidariedade e do companheirismo. Há sempre a tendência de responsabilizar o outro pelas dificuldades na comunicação e na implicação para que as mudanças aconteçam. Como proposta de melhoria, fazíamos reuniões quinzenais para que se pudesse resolver as tensões que ocorriam no trabalho, como forma de mediar essas relações, contudo, atualmente, não temos conseguido fazer com frequência, o que também tem contribuído para o agravamento de algumas situações. Compreende-se, portanto, a necessidade de reuniões de mediação para auxiliar no processo de resolução dos conflitos causados no trabalho. Sobre isso, Andrada (2013) diz que

Assim como cada pessoa tem seu modo singular de agir, de ler ou de cozinhar, cada trabalhador faz escolhas cotidianas sobre sua maneira de cooperar, terá seu modo peculiar de interpretar uma decisão tomada em assembléia ali, no seu dia-a-dia de trabalho, sem que isso venha necessariamente a acarretar um “desvio de sentido” ou, ainda, uma subversão da ordem democrática autogestionária (p. 4).

Na proposta da autogestão não se pretende que todas as pessoas façam tudo da mesma forma, mas que as diferenças possam ter espaço para existir e conviver, pois as divergências e as contradições sempre estarão presentes, mas pautadas nas tarefas para resolução das demandas existentes do trabalho, na possibilidade de se construir coletivamente os modos de trabalhar. Como afirma Sato e Esteves (2002), “o conflito é a demonstração de que há possibilidade do debate público das questões que permanentemente acometem o empreendimento. O conflito demonstra que há vida política no grupo” (42), ou seja, há a abertura para que a autogestão de fato aconteça.

Quando discutimos o fato de não haver chefe nem patrão, algumas considerações a partir da prática também são importantes. O fato de não ter alguém que delegue as tarefas faz com que algumas delas fiquem soltas, que não sejam feitas ou que demorem muito tempo para acontecer, o que também gera brigas e desconfortos. Em relação ao Coletivo de produtoras ser autogestionário sem ter chefe e nem patrão, perguntamos para as produtoras como é isso, qual a relação disso com os outros trabalhos que elas já desempenharam na vida, e algumas questões foram trazidas

Clarice: Patrão não tá fazendo a menor falta (risos). Pra quem teve patrão a vida toda, hoje não ter patrão, é uma coisa muito saudável, é muito bom. [...] É, trabalho é sempre trabalho né... mas... [...] (risos) Hoje é gostoso, porque eu faço o que eu quero. Eu ganho... talvez a mesma quantidade mas, eu faço o que eu quero. Se eu não tô afim de

cuidar da horta, eu vou cuidar das minhas plantas. Se eu não tô afim de cuidar dos carneiros eu vou cuidar da horta. Então eu faço o que eu quero, no dia que eu quero e na hora que eu quero. Isso é muito diferente, do que você ser obrigada a fazer a mesma todos os dias, ir pro mesmo lugar todos os dias... nossa... é estressante né. Não tenho que pegar ônibus, não tenho gasto com passagem, então, é bem compensador.

Marieta: É melhor não ter patrão! (risos) Porque daí você faz o que você quiser.

Regina: Trabalhando bastante, não tem tempo nem pra conversar com a minha amiga ali (risos). [...] Esse (trabalho) é melhor porque você planta e você sabe que é seu, é gostoso você plantar uma coisa e vê nascer, né. E é gostoso você tirar dali, comer, vender... ixi... já que você tá em casa você dorme a hora que você quer, você faz o que você quer, tudo... a gente faz o que a gente quer. Agora lá pra lá não, lá você tem ordem, tem horário, tem tudo. Aqui não. Mas eu não paro, viu. Eu não paro. A hora que eu penso que eu vou sentar no sofá... eu vou lá só pra conversar um pouquinho com ela e já volto.

Jandira: O mais difícil é nós... nós temos uma responsabilidade como se a gente tivesse uma firma, eu penso assim. Nós temos esse Coletivo, mas ao mesmo tempo, eu sinto que a gente tem uma empresa. Tipo uma cooperativa, registrada, porque nós temos, quer queira quer não, nós temos uma responsabilidade com aquele grupo, com aquele Coletivo. Por exemplo, se a casa cair, nós vamos saber que a casa vai cair e cai nós tudo junto. Se a gente fizer coisa errada é o grupo que vai pagar, não é só uma. [...] Porque é um coletivo, eu não posso pensar que eu posso continuar no erro porque eu faço parte de um coletivo, mandando coisa estragada, mandar coisa faltando, mandar coisa a mais, eu preciso pensar que eu faço parte desse coletivo. Às vezes traz preocupação porque a gente se sente amarrada a esse coletivo. [...] Eu sinto que a gente tem essa empresa e essa responsabilidade.

Melissa: Tem essas partes boas e tem algumas partes difíceis né. Porque a gente como coletivo tem que tomar decisões, e às vezes, nem sempre é o que todo mundo concorda, às vezes o que eu penso não é o que as outras pensam, então é diferente. Mas só do fato de não ter chefe, de você querer, você acaba fazendo o que você gosta, porque se não não teria ninguém, já tinha todo mundo saído. A gente acaba entrando num acordo assim, não é necessariamente porque tomaram a decisão que eu não concordo que não me ouviram. Então eu acho bem importante, acho que é... uma coisa muito boa.

A proposta de trabalho autogestionária se propõe a romper com a lógica capitalista de produção, mas isso não significa que é algo fácil e tranquilo de ser feito. Em um trabalho em que não há nem chefe e nem patrão, esse processo de controle e condução do trabalho é feito pelas próprias trabalhadoras, pelos acordos e arranjos estabelecidos entre elas. Nesse sentido, Andrada (2013) aponta



[...] divergências jamais deixarão de existir em seus cotidianos. Porém, ela não são mais indicativos de tensões entre patrão e empregados, mas sim de dinâmicas cotidianas e democráticas de pessoas com interesses, histórias e opiniões diferentes entre si, ainda mais quando expostas à construção de um projeto que guarda tantos desafios e ambiguidades” (p. 6).

*A convivência que gera trabalho, o trabalho que gera solidariedade*

Ouvi uma vez, numa mesa de um evento sobre a Luta Antimanicomial, uma pessoa trabalhadora da Economia Solidária expondo o que era a ECOSOL, com os seguintes dizeres “Essa economia precisa ser solidária, mas não só solidária e nem tão pouco só economia”. Lembro que as pessoas ao redor que não tinham dimensão da proposta da ECOSOL ficaram sem entender, até que ela explicou a potência de sua frase. É uma economia que precisa gerar renda para as trabalhadoras, mas não apenas isso e não a qualquer custo, porque a sua beleza e sua essência está no poder da solidariedade, das relações de solidariedade que são tecidas nesses encontros. Uma forma de se fazer economia que é um meio e não um fim em si mesma.

O trabalho realizado pelo Coletivo se propõe a romper com uma lógica alienante do trabalho, de uma forma de organização em que as trabalhadoras tomam as decisões, são proprietárias do próprio trabalho e de suas próprias histórias, em que se é necessário o diálogo constante, a cooperação para a resolução dos problemas, em que a cooperação e a solidariedade são as chaves para que o trabalho possa acontecer. Dessa forma, ao pensar a ECOSOL por esse prisma, a seguinte citação de Gonçalves Filho (2003) nos abre os olhos para essa proposta, quando nos diz que “A amizade é fiadora da igualdade porque a amizade é igualação na humanidade. Amizade não significa que os amigos se tornem os mesmos: a amizade alimenta-se de diferenças porque o amigo aborda o amigo na singularidade e na alteridade” (p. 37).

O fato de ser um trabalho realizado com militantes de um movimento social, no caso o MST, que já possui um trabalho de construção de uma coletividade e de uma solidariedade em torno da luta pela terra, evidencia ainda mais o caráter coletivo da iniciativa. Sendo assim, a proposta do trabalho na lógica cooperativa, é algo já fomentado pelo movimento e que, ao surgir a proposta, é abraçada pelas produtoras. Atualmente, frente ao cenário político, social e cultural do país, o Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira acaba sendo um dos únicos grupos organizados, ou melhor, auto-organizado

dentro do pré-assentamento, e que tem realizado movimentações importantes no que diz respeito à efetivação dos direitos das moradoras e dos moradores daquele território.

Alguns relatos das entrevistas trazem elementos interessantes sobre o processo de identificação com o MST e como isso repercutiu em suas vidas

Juraci: Mas foi aí que eu me apaixonei mais ainda pelo movimento, porque... nossa, as coisas que eles falam, as coisas que eles contam, o aprendizado em si, né, nossa, é muita coisa, eles resgatam tudo aquelas coisas do campo, de pessoa, praticamente acho que eles resgatam a vida da gente que a gente se esquece que um dia a gente viveu, ou às vezes nem sabe que existe, né. [...] ... aquela coisa assim de... pessoas, de união, de você vê todo mundo querendo ajudar, todo mundo preocupado todo, mundo ali... uma só pessoa. Isso, nossa... Me fez me sentir muito bem. [...] Que num mundo em que a gente não acredita em mais nada, de ver que ainda existem pessoas que se preocupam com a gente, que gostam da gente.

Cíntia: Eu sempre ajudei bastante no Movimento. Da área da alimentação... [...] Fiz, fiz... da ciranda né, mas eu tô bem esquecida... [...] Eu sempre ajudei. [...] Não, eu nunca tive vontade. Fui muito convidada, sempre fui convidada, mas nunca tive vontade não. Mas eu fui pau pra toda obra. Não, nunca quis, fui convidada, sempre ajudei, mas... se a companheira aqui precisava de alguma coisa, podia ser a hora que fosse, eu sempre fui companheira, mas nunca quis militante... deus me livre, não... [...] Nossa, eu não rasgo minha bandeira de jeito nenhum, sou MST roxa (risos). [...] Minha bandeira é o MST! Eu não rasgo minha bandeira de jeito nenhum! E eu agradeço primeiramente a deus e Movimento que eu tô aqui até hoje.

Jandira: [...] às vezes, no Movimento [...] me chamavam (para cozinhar). Em São Paulo mesmo eu cozinhei muito. O pessoal no Nelson Mandela, nos assentamentos, nas ocupações todas que tinha, eles me levavam pra cozinhar. Nossa, isso pra mim era tudo de bom, tudo de bom. [...] nossa, no Horto ali mesmo, eu fiquei 3 meses ali eu que tomava conta da cozinha, eu que fazia comida. Aquilo lá pra mim, eu ficava toda feliz. [...] Era tudo o que eu gostava. E até hoje, sabe, eu sinto falta, eu sinto saudade daquele tempo, daquela galera, aquele monte de mulher...

Melissa: E sempre me interessei, comecei a me interessar mais pelas causas, daí eu já era maiorzinha, comecei a entender melhor, comecei a participar do EJA, da ciranda e entender mais o que era o Movimento, as causas sociais, a Reforma Agrária. E aí comecei a participar do EJA, e acho que com 16/17 anos eu entrei no grupo de mulheres, que foi do Luísa Mahin já. [...] Mas aqui, graças a Deus sempre foi mais tranquilo. Mas sempre nessa, reunião de núcleo, reunião de coordenação, assembleia... Na verdade a gente sente falta né, porque deveria ter mais disso. Nossa, sempre quando tinha reunião, conversar sobre esses conflitos que tem dentro do assentamento mesmo, um espaço de lazer que pelo menos uma vez por mês a gente fazia uma noite cultural, todo mundo se reunia, conversar, fazer uma fogueira... Cozinhar uma mandioca, assar uma batata doce...

Essa sensação de coletividade e a relação estabelecida entre as pessoas do Coletivo, fortalecem um senso de comunidade que já estava presente de alguma forma, bem como potencializa e traz concretude a um sonho coletivo. As produtoras falam sobre o que é a participação no Coletivo e como elas compreendem essa participação e seus desdobramentos

Juraci: Olha, então... pra mim o coletivo foi um, foi não, o que eu posso te dizer... na época que eu quis entrar pro coletivo, eu queria trabalhar, mas com criança pequena, e no meio, num lugar onde você não tem um carro, você não tem um lugar pra você trabalhar, onde você poderia... numa cidade que você vai trabalhar e deixar suas crianças numa creche e pronto. E não tem onde deixar as crianças pra ficar, ou se você vai trabalhar, não em condições, porque o salário que você vai ganhar não dá nem pra pagar a pessoa pra cuidar dos seus filhos, então eu ficava pensando assim, como que eu vou trabalhar pra me sustentar, pra ter um dinheiro extra ou pra ajudar em casa, se não tem como, com criança pequena e tudo. O único jeito é esse, o único, como é que se fala... a única coisa que eu sei fazer é isso (risos), que tá na minha frente, eu tenho tudo [...]. Então o Coletivo pra mim foi isso, entendeu. Foi eu ter uma independência financeira, poder trabalhar naquilo que eu gosto, e não ter que me preocupar com as crianças, porque eu faço meu horário. É... o dia que eu não quero eu não vou, no dia que eu não tô afim eu não faço (risos)... então pra mim isso foi... foi a luz no fim do túnel. E com o Coletivo, tenho a oportunidade de sonhar, de desejar algo melhor, entendeu... [...] O Coletivo também pra mim foi um momento de descontrair (risos) de chegar lá, um fala uma coisa, o outro fala outra, tá acontecendo isso, tá acontecendo aquilo, e os seus problemas que você tem em casa você acaba esquecendo. Então você vê que aquilo é melhor que um (risos) uma sala de psicologia (muitos risos). Porque ali você... quer resolver o seu problema né, quer falar do seu problema mas você escuta tantos problemas, que cê fala assim “meu problema não é nada (risos), o que eu tô passando não é nada”. Então é legal sabe, essa troca de energia, da parte de construir e ir aprendendo coisas novas. Até porque eu aprendi muita coisa, coisas que eu não sabia de cultivo, dessas coisas eu aprendi. Então essa parte do coletivo pra mim é maravilhosa.

Clarice: Não... o espaço de discussão, a gente briga, a gente conversa... É um espaço legal, é uma distração também, chega a ser uma distração pra mim. Porque eu fico muito sozinha, o tempo inteiro né, sozinha. Então, quando eu vou pra lá, que eu me extrapolo um pouco, é ótimo.

Marieta: (risos) O grupo de produtoras acho que foi o melhor né (risos). Tô falando a verdade.

Cíntia: Muito bom, eu não tenho o que reclamar não. A gente tem união sim, hoje eu vejo união ali dentro. Eu vejo, hoje eu vejo união ali dentro. [...] Porque eu era uma pessoa assim, mesmo que eu ajudava as pessoas, eu era no meu canto né, não era de muita conversa. Eu me soltei mais, mesmo que eu não vou na casa de uma companheira... nunca fui de ir na casa das pessoas mesmo, mas ali no grupo a gente se encontra, a gente conversa, troca as ideias, tudo... tem bastante diferença. [...] É muito boa, nossa. A gente não tem tempo, de ir na casa de uma

companheira, porque temos muitos serviços, então enquanto a gente tá ali a gente conversa, distrai, a gente precisa também. Nossa, me ajudou bastante...

Regina: Eu aprendi bastante... [...] É bom, a mulherada... pelo menos comigo não tem desrespeito não. [...] Tem dia que a gente ri até demais (risos). Nossa, tem dia que a gente dá bastante risada. É bom. [...] Ah, o que é mais gostoso no Coletivo... deus... é gostoso quando tá todo mundo lá dentro, separando as coisas, eu gosto... na hora de contar, arrumar tudo bonitinho, eu gosto.

Jandira: graças a deus que tem as meninas na nossa vida, porque se não fosse vocês pegarem na nossa mão, acho que nem acontecia mais esse grupo aqui dentro, que vai fazer 15 anos... Vocês passam anos, e anos, e anos, e tão aqui com a gente, dando a maior força, sustentando a gente, porque tem hora que vocês sustentam a gente.

Melissa: Então eu acho que, é igual a gente fala quando o pessoal pergunta “quem é a liderança”, a gente fala “a liderança é nós” (risos), nós que tamos aqui, ocupando o espaço coletivo, levando o nome do assentamento, divulgando, pra ir lutando pra conseguir a regularização da terra. [...] porque a questão de coletivo, essas coisas, é igual eu falei, antigamente era muito forte, e eu tava em todas, participando de tudo. Então... mas eu era adolescente, era muito nova né, agora que eu tô adulta (risos)... mas é isso mesmo, é mais a responsabilidade, essa compreensão mesmo de coletivo, de respeito... eu sempre tive... no meio disso, mas sempre teve alguém mais da minha idade, agora não, eu sou a mais nova, todo mundo é mais velha, mas eu sempre tive essa questão de respeito e de amizade com todo mundo.

Nestes trechos, é possível compreender que o Coletivo de Produtoras, para além de um espaço de geração de trabalho e renda, é compreendido pelas produtoras como espaço de convivência, mas também de organização da luta. Nobre (2002) aponta

Que as experiências alternativas de geração de renda surgem para as mulheres como possibilidade de acesso à propriedade dos meios de produção mediante a propriedade coletiva e à remuneração; e principalmente como a oportunidade de vivenciar outra relação de trabalho baseada no companheirismo, a gestão democrática (p. 208).

Partindo do princípio de que, ao promover espaços de convivência e, porque não, de produção de saúde, aposta-se que esse tipo de trabalho mais democrático oportuniza o protagonismo das trabalhadoras. Falaremos agora a respeito da convivência entre as produtoras e a resistência das mulheres do Coletivo

Juraci: Então, as mulheres que vão reinar (risos). Então foram as mulheres que reinaram, mas eu acredito que é mais nisso, nós focamos mais na parte de não ter um homem, até porque tinha certas conversas que se tivesse um homem era muito constrangedoras. Então a gente começou a ver esse lado, esse lado de ter só nós, só nós mulheres lá. Porque nós poderíamos conversar sobre o que nós quiséssemos e não tinha problema, não ia haver constrangimento.

Clarice: Mas tem muita gente boa, muita gente disposta a ajudar. Tem muita, muita, então, por enquanto a gente tem que ir tocando assim.

Cíntia: Ah, hoje tá muito bom, viu, Bárbara, tá muito bom. Parece que hoje eu estou vendo mais união, no grupo. Nós trabalhamos mais contentes, porque antigamente era muita coisa.

Regina: Pra mim poderia ter homem também, mas como eu entrei só tinha mulher... As meninas falam assim “o Fogaça tem que frequentar a reunião”, eu falei “pra que, deixa ele lá quieto no cantinho dele”, ele não gosta. Eu, pra mim, ele tava entregando em Campinas também, mas, quem sou eu pra pôr ele. Pra mim tanto faz, tendo homem, tendo mulher, cada um fazendo a sua obrigação certinha...

Jandira: Principalmente quando a gente vai fazer reunião, uma respeita a outra. Você lembra quando eu quebrei o pé, que eu fiquei com depressão e tudo, cada uma das meninas tirou pra me ajudar, cada uma ficou responsável... a Clarice ficou de lavar minha roupa, a Cíntia vinha, eu devo muito favor pra Cíntia, muito. [...] a Cíntia marcou minha vida aqui dentro. [...] Eu gosto de todas, eu amo a Melissa, gosto de todas. A Juraci eu sou apaixonada pela Juraci, olha aí...

Melissa: Eu acho que isso foi um... bem importante e um dos motivos da gente estar aqui hoje ainda. De serem só mulheres, que uma compreende a vida da outra, porque mulher entende mulher né. E acho que isso também é um ponto bem grande da gente... o motivo maior da gente ainda estar aqui hoje. [...] o grupo foi maravilhoso assim, em questão de a gente trabalhar com o que gosta, ter essa autonomia de ser dona de casa e ter nossa própria renda, então... Também é um escape, é um trabalho, é cansativo, mas sai um pouco daquela rotina.

Com tudo o que foi exposto referente ao trabalho que gera convivência e solidariedade, faremos um paralelo com o que Antunes (2009) apresenta sobre o sentido do trabalho

Dizer que uma vida cheia de sentido encontra na esfera do trabalho seu primeiro momento de realização é totalmente diferente de dizer que uma vida cheia de sentido se resume exclusivamente ao trabalho, o que seria um completo absurdo. Na busca de uma vida cheia de sentido, a arte, a poesia, a pintura, a literatura, a música, o momento de criação, o tempo de liberdade, têm um significado muito especial. Se o trabalho se torna autodeterminado, autônomo e livre, e por isso dotado de sentido, será também (e decisivamente) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do uso autônomo do tempo livre e da

*liberdade* que o ser social poderá se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo (p. 143, grifos do autor).

Assim como Martín-Baró (2017) afirma que “O trabalho é fonte básica para o desenvolvimento da personalidade humana, processo básico de configuração da própria identidade, o âmbito fundamental de realização ou de fracasso humano” (p. 260), o trabalho é uma dimensão importante e estruturante na forma com que vemos e nos relacionamos com o mundo.

Dessa maneira, com o relato das entrevistas em consonância com a proposta dessa pesquisa, mostra-se possível apontar que o trabalho na lógica da autogestão vem na contramão disso tudo, como uma possibilidade de ofertar espaço para o conhecimento, para a voz e o saber de todas, colocando-as como protagonistas do seu trabalho e das suas histórias. Andrada (2013) aponta que

Um dos maiores encantos da Economia Solidária parece, pois, a possibilidade que possa se reaproximar os trabalhadores da condição de coautores da História; da história de vida e de trabalho de cada um, da história de seu grupo, da história *latu sensu*, a partir das circunstâncias que encontram (p. 4)

Dessa forma, retiramos o trabalho do lugar apenas da subsistência e o colocamos no lugar da produção de novas relações, de uma nova forma de sociedade, da identificação e da estruturação de uma outra sociabilidade, a partir do que se sabe e do que se gosta e sente prazer em fazer.

Não é à toa que, não apenas no Coletivo de Produtoras, mas muitas das iniciativas de Economia Solidária, são mulheres que sustentam esses trabalhos, pois, assim como Nobre (2002) aponta, a ECOSOL se torna um espaço em que novas práticas possam existir, proporcionam-se experiências de igualdade e autonomia entre e para as mulheres.

São essas as mulheres que aceitam os trabalhos mais precarizados para poder se sustentar e conseguir viver as suas vidas, são essas mulheres que “abandonam” o pouco que têm para lutar por seus direitos e construir uma nova forma de compreender o mundo em que vivem. É possível compreender por meio das entrevistas que a leitura sobre o mundo a sua volta, sobre seus direitos vem a partir da entrada dessas mulheres no MST, sendo, num primeiro momento, a inserção pela necessidade de moradia e trabalho e, posteriormente, pelo resgate de sua identidade com a terra, com a luta pela reforma agrária e pela identificação como trabalhadoras. É por meio desse processo que podem reaver a

sua história e a sua vida, podendo construir relações mais saudáveis, cooperativas e solidárias entre seus pares, mesmo com as contradições e dificuldades existentes.

Compreende-se que, mesmo com as dificuldades apresentadas em relação ao trabalho, sua organização e estrutura, a experiência do Coletivo de Produtoras na lógica da Economia Solidária possibilita que ocorra o resgate ao protagonismo, evitando assim que essas trabalhadoras se mantenham no processo de reificação, de apagamento do sujeito, de retirada de sua dignidade. Elas ainda apresentam no corpo as marcas da reificação (Gonçalves Filho, 1998), mas, como Martín-Baró (2017) bem disse, é necessário “[...] uma dose de ruptura com o sistema imperante (p. 267)” para que se possa produzir saúde, já que “[...] devemos nos esforçar para buscar modelos teóricos e métodos de intervenção que nos permitem, como comunidade e como pessoas, romper com a nossa cultura de relações sociais corrompidas e substituí-la por outras relações mais humanizadoras” (p. 267).

No Coletivo de Produtoras, isso é algo que faz parte da realidade e da vivência de um cotidiano próximo, uma vez que, além de terem conhecimento sobre isso, podem gerar trabalho e renda com o que sabem fazer de melhor: o cuidado, o plantio e a alimentação.

## Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Sebastião. O Assentamento Elizabeth Teixeira. In: Jornal “Terra, Esperança e Vida”, Limeira, p. 1, 2009, Abril.

ANDRADA, C. F. Trabalho e política no cotidiano da autogestão: o caso da rede Justa Trama. Tese (Doutorado). São Paulo, SP, 2013.

ANDRADA, Cris Fernandes e ESTEVES, Egeu. G. Sonho, história, loucura? Economia Solidária: um movimento de resistência no mundo do trabalho. Porto Alegre: ABRAPSO, 2017, p. 169-197. In: RASERA, E. F; PEREIRA, M. S.; GALINDO, D. (orgs.). Democracia participativa, estado e laicidade: psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção. Porto Alegre: ABRAPSO, 2017.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo 1999/2009.

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019, 128p.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero. Revista Outubro, n. 23, 1º semestre de 2015.

BELARMINO, Victor Hugo et. al. Território e determinação social da saúde mental em contextos rurais. In: DIMENSTEIN, Magda, LEITE, Jáder, MACEDO, João Paulo, DANTAS, Candida (orgs). Condições de vida e saúde mental em contextos rurais. São Paulo: Intermeio; Brasília: Cnpq; Natal: UFRN; Teresina: UFPI; Fapepi, 2016, p. 95-118.

BOSI, Eclea. A Pesquisa em Memória Social. BOSI, E. O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003b. p. 49-57.

BOSI, Eclea. Sugestões para um jovem pesquisador. BOSI, E. O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003c. p. 59-67.

BRASÍLIA. SANTOS, Gilvan. A educação do Campo. In: VI Congresso Nacional do MST. Canta MST. 2014.

BRASÍLIA. MUNHOZ, Pedro. Canção da Terra. In: VI Congresso Nacional do MST. Canta MST. 2014.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. Estudos Avançados n. 15 p. 43, 2001.

CHIAVON, Francisco Dal; FERREIRA, Elenir; FRANZ, Amélia; VILELLA, Moacyr; MARTINS, Adalberto. A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999). Caderno de Cooperação Agrícola: CONCRAB, nº 8. 1999.

CHERFEM, Carolina Orquiza. Consubstancialidade de gênero, classe e raça no trabalho coletivo/associativo. Campinas/SP, 2014.



COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Marcia Hespanhol; SATO, Leny (orgs). *Psicologia Social do Trabalho*. Petrópolis, RJ: RJ. 2017.

DIMESTEIN, Magda, LEITE, Jader, MACEDO, João Paulo e DANTAS Candida (orgs). *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais*. São Paulo: Intermeios; Brasília: Cnpq; Natal: UFRN; Teresina: UFPI; Fapepi, 2016, 428p.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019, 388p.

FREITAS, Fábio Accardo. *Educação infantil popular: possibilidades a partir da Ciranda Infantil do MST*. Dissertação (mestrado). Campinas, SP, 2015.

RODRIGUES, Tessy Priscila Pavan de Paula; MAZALLA NETO, Wilon; SPINELLI, Lucas Gebara. *A organização da produção como ato pedagógico para a autoemancipação coletiva*. In: *Anais do VI Seminário Nacional de Educação e Movimentos Sociais*, João Pessoa, 2011.

PAVÃO, Marcela Piccoli. *A ciranda no acampamento Elizabeth Teixeira: uma história a ser contada*. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Limeira, SP, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GONÇALVES-FILHO, José Moura. *Humilhação social - um problema político em psicologia*. *Psicologia USP*, 9 (2), 1998, 11-67.

GONÇALVES FILHO, José Moura. *Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante*. In A.M. B. Bock (Org.), *Psicologia e compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, 375p.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 14ª edição, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020, 176p.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitech, 1989.

LEFEBVRE, HENRI. *Problemas teóricos da autogestão*. *GEOgraphia*, Niterói, vol. 19, n. 41, p. 135-141, 2017: set./dez.

LISTA TIP – *Piores formas de trabalho infantil*. Disponível em: <https://livredetrabalho infantil.org.br/trabalho-infantil/piores-formas/>. Acesso em 22/10/2023.

LOUREIRO, Adriana, COSTA, Cláudia, SANTANA, Paula. *Determinantes contextuais da saúde mental*. In: DIMENSTEIN, Magda, LEITE, Jáder, MACEDO, João Paulo,

DANTAS, Candida (orgs). Condições de vida e saúde mental em contextos rurais. São Paulo: Intermeio; Brasília: Cnpq; Natal: UFRN; Teresina: UFPI; Fapepi, 2016, p. 95-118.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Psicologia Política do Trabalho na América Latina (2014, Fernando Lacerda Jr., trad.). *Psicologia Política*, 14(30), 1989, 609-624.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, 334p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTEIRO, Maritza. *Hacer para transformar: el método en Psicología Comunitaria*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

NASCIMENTO, Claudio. *A autogestão comunal. Lutas anticapital*, 2019. 126p.

NOBRE, Miriam. *Mulheres na economia solidária*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 205-211. In: CATTANI, A. D. (org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

RIBEIRO, Marcelo Afonso; OLIVEIRA, Fábio de; BERNARDO, Marcia Hespanhol; NAVARRO, Vera Lucia. In: Leny; COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Marcia Hespanhol (org). *Psicologia Social do Trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p. 103-126.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, 528p.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTIAGO, Eneida. & YASUI Silvio. *Saúde mental e economia solidária: cartografias do seu discurso político*. *Psicologia & Sociedade*, v. 27, nº 3, 2015, p. 700-711.

SATO, Leny; ESTEVES, Egeu. *Autogestão: possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo autogestionário*. São Paulo: ADS- CUT, 2002.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SILVA, Monique et al. *Condições de vida no meio rural: iniquidades sociais e saúde mental*. In: DIMENSTEIN, Magda, LEITE, Jáder, MACEDO, João Paulo, DANTAS, Candida (orgs). *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais*. São Paulo: Intermeio; Brasília: Cnpq; Natal: UFRN; Teresina: UFPI; Fapepi, 2016, p. 196-220.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo, Contexto, 2006.

SINGER, Paul. 10 anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Mercado de Trabalho, 56, p. 89-94, 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O que são direitos humanos das mulheres. São Paulo: Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 2006.

WANDERLEY, M.N.B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. RESR. Piracicaba, v.52, n.1, p. 25-44, 2015.

WEIL, Simone. (2001). O enraizamento. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração.